

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS – ESTUDOS LITERÁRIOS

**REPRESENTAÇÃO METAFÓRICA DO HOMEM EM TEXTOS AMAZÔNICOS
DE EUCLIDES DA CUNHA**

ALAIN ROCHA GRAÇA

MANAUS – AM
2017

ALAIN ROCHA GRAÇA

**REPRESENTAÇÃO METAFÓRICA DO HOMEM EM TEXTOS AMAZÔNICOS
DE EUCLIDES DA CUNHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas, como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Antônio Magalhães Guedelha

MANAUS – AM
2017

DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Letras

Alain Rocha Graça

**“REPRESENTAÇÃO METAFÓRICA DO HOMEM EM TEXTOS AMAZÔNICOS
DE EUCLIDES DA CUNHA”**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Antônio Magalhães Guedelha - **Orientador**
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof^ª. Dr^ª. Francisca de Lourdes de Souza Louro - **Membro**
Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Prof^ª. Dr^ª. Cássia Maria Bezerra do Nascimento - **Membro**
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. Marcos Frederico Krüger - **Suplente**
Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Prof. Dr. Orlando da Silva Azevedo - **Suplente**
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pois sem ele este momento não seria possível.

Aos meus pais Armiro Graça e Valdice Rocha, que me deram a luz, carinhos, cuidados, amor e colocaram-me sempre em suas orações. Amo vocês!!

À minha companheira nessa jornada, Dejanira Cidade Jacauna, por me apoiar em todos os momentos com carinho, atenção, compreensão e lucidez nos períodos mais difíceis, mesmo quando todas as distâncias se tornavam grandes problemas. Vencemos e venceremos sempre. DEUS CONOSCO ESTÁ!

Ao senhor Domingos Lopes e dona Maria Jacauna, meus pais do coração, pelas lembranças, apoio e orações.

Aos meus irmãos Valciene, Emanuel, Lenira, Vilmara e Efraim.

A Márcio Azevedo pela estrutura oferecida quando não tinha onde ficar no início da seleção e pela parceria, diálogos e suporte durante o curso. Sou muito grato por tudo!

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - Fapeam, pela concessão de bolsa de estudos por meio do Programa RH-Interiorização.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação de Letras da Universidade Federal do Amazonas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Antônio Magalhães Guedelha, pela orientação e por não ter largado minhas mãos quando pensei seriamente em desistir do curso.

Aos colegas do mestrado Adriana, Adelcyanne, Anay, Bernard, Cláudia, Jamescley, Maria Auxiliadora, Monique, Rafael e Sibely por todos os momentos compartilhados, desde o processo de seleção, até o final do curso. Acredito que ainda faremos muitas coisas juntos no universo acadêmico.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Ufam pela disposição em nos ensinar o melhor caminho para o conhecimento.

Aos membros da Banca Examinadora, que aceitaram o convite para ler minha dissertação e presentear-me com suas contribuições para aperfeiçoar a pesquisa.

Muito obrigado a todos!!!

“A Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a civilização distante”

(EUCLIDES DA CUNHA)

RESUMO

Esta dissertação é resultado da pesquisa que teve como objetivo geral analisar a representação metafórica de três tipos humanos, o seringueiro, o caucheiro e o nativo, nos textos amazônicos de Euclides da Cunha. Foram feitas leituras de metáforas criadas pelo escritor e vislumbradas a partir dos conceitos da Metáfora Conceptual de Lakoff e Johnson (2002). Antes disso, comentei sobre os passos do desenvolvimento a partir das abordagens clássicas (iniciada por Aristóteles) e interacionista (I. A. Richards e Max Black). Também fundamentei em Ricouer (2000) e Guedelha (2013). O percurso metodológico deu-se por meio da pesquisa bibliográfica, sendo o objeto somente os textos presentes na coletânea *Amazônia – um paraíso perdido*, editado pela Editora Valer, em 2003. A partir desse ponto, pude constituir um quadro teórico que possibilitasse verificar a representação metafórica do homem amazônico tendo por base a teoria da metáfora conceptual; cotejar os escritos de diferentes analistas da obra de Euclides da Cunha em seus textos amazônicos; e analisar os textos euclidianos, no que diz respeito à representação dos tipos humanos vinculados aos seringais. As metáforas apresentaram contrapontos entre os seringueiros brasileiros (sertanejos), caucheiros (peruanos) e os nativos (indígenas e caboclos). Os sertanejos são representados com características de heroísmo, lutador e com atos de nobreza. Os caucheiros aparecem como destruidores, conquistadores pela força das armas e assassinos. Os nativos são descritos como preguiçosos e desregrados. Euclides se colocou também como personagem dentro do espaço amazônico. Ele não somente narrou os fatos e ações vivenciados pelos seringueiros, caucheiros e nativos, mas se fez presente dentro do ambiente e também fez uso de sua posição de sujeito para representar seus personagens de acordo como percebia e vivia as situações. Para isso, ele não se privou em usar metáforas.

Palavras-chave: Literatura Amazônica. Euclides da Cunha. Metáfora Conceptual. Homem amazônico.

ABSTRACT

This dissertation is the result of the research which had as general objective to analyze the metaphorical representation of three human types, the rubber tappers, the caucheiro, and the native, in Euclides da Cunha's Amazonian texts. Readings about metaphors created by the writer were carried out and glimpsed from the concepts of Conceptual Metaphor, by Lakoff and Johnson (2002). Previously, I commented on the steps of development from the classical (initiated by Aristotle) and interactionist approaches (I. A. Richards and Max Black). I also substantiated the research on Ricouer (2000) and Guedelha (2013). The methodological journey was based on bibliographical research, whose object was only the texts which may be found in the collection *Amazon - a paradise lost*, edited by Editora Valer, in 2003. From this point, I was able to constitute a theoretical framework which would allow to verify the representation metaphor of Amazonian man based on the theory of Conceptual Metaphor; to compare the writings of different analysts of Euclides da Cunha's work in his Amazonian texts; and to analyze the Euclidean texts, with respect to the representation of the human types linked to the rubber plantations. The metaphors presented counterpoints among the Brazilian rubber tappers (*sertanejos*), caucheiros (Peruvian), and the natives (indigenous and caboclos). The sertanejos are represented with characteristics of heroism, fighter and with acts of nobility. The caucheiros appear like destroyers, conquerors by the force of the arms, as well as assassins. The natives are described as lazy and unruly. Euclides also put himself as a character within the Amazonian space. He not only narrated the facts and actions lived by rubber tappers, caucheiros and natives, but he was present within the environment and also made use of his subject position to represent his characters according to how he perceived and lived the situations. In this regard, he did not deprive himself of using metaphors.

Keywords: Amazon Literature. Euclides da Cunha. Conceptual Metaphor. Amazonian Man

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 EUCLIDES DA CUNHA: APONTAMENTOS BIOBIBLIOGRÁFICOS.....	12
1. 1 Infância, juventude e formação de Euclides da Cunha.....	12
1. 2 Queda de Canudos e nascimento de Os sertões.....	18
1. 3 Euclides da Cunha na Amazônia.....	22
1. 4 A cunha de Euclides.....	28
1.4.1 Autor e Autoria.....	32
1.4.1.1 Autor e autoria: o “plano de trabalho” de Foucault.....	33
1.4.1.2 Autor e autoria: aproximações e tensões entre autores.....	35
1.4.1.3 Autor e autoria: o caso de Euclides da Cunha.....	37
2 A METÁFORA COMO FORMA DE REPRESENTAÇÃO DO MUNDO.....	39
2. 1 Metáfora Clássica.....	39
2. 2 Metáfora interacionista.....	45
2. 3 Metáfora conceptual.....	47
2. 3. 1 Metáforas orientacionais.....	53
2. 3. 2 Metáforas Ontológicas.....	54
3 QUEM AMANSARÁ O DESERTO?.....	58
3.1 Atores.....	58
3.1.1 Seringueiros sertanejos.....	58
3.1.1.1 Judas Asvero.....	70
3.1. 2 Cauchero peruano.....	74
3.1.3 Nativos.....	85
3.1.3.1 Indígenas.....	85
3.1.3.2 Caboclos.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	98

INTRODUÇÃO

O escritor Euclides da Cunha veio para a Amazônia em 1904 como chefe, pelo lado brasileiro, da expedição mista brasileiro-peruana responsável por demarcar as fronteiras brasileiras com o Peru, por meio do levantamento cartográfico do rio Purus, com vistas a por fim nos frequentes conflitos de fronteira na região. Antes mesmo de embarcar rumo ao Norte, Euclides já escrevera cinco artigos sobre a Amazônia no jornal *O Estado de São Paulo*, tratando de questões variadas sobre a terra e a gente, o que mostra que seu interesse pelos acontecimentos na região já havia sido despertado.

O primeiro artigo, “Fronteira Sul do Amazonas. Questão de Limites”, discorre sobre a conquista, exploração e ocupação do espaço amazônico; o segundo, “Contrastes e Confrontos”, que posteriormente integraria o livro homônimo de Euclides, aborda a natureza e a evolução histórica do Peru, assim como as contradições daquela civilização; o terceiro, “Conflito Inevitável”, analisa as incursões peruanas na Amazônia brasileira e a iminência de uma guerra entre os dois países, tendo como motivação a defesa ou a posse de territórios; o quarto, “Contra os Caucheiros” que, segundo Guedelha (2013, p. 84):

Trata-se de uma crítica à estratégia do governo brasileiro em enviar militares ao Alto Purus e Juruá para combater a invasão peruana. Para Euclides, seria mais acertado e prudente o caminho da diplomacia, tendo em vista a construção de uma resolução amistosa dessas pendências entre os dois países.

O quinto artigo intitulado “Entre o Madeira e o Javari”, tem como tema o povoamento nas proximidades dos rios Madeira e Javari e as consequências desse povoamento.

Esses textos, individualmente e em conjunto, revelam um escritor atento e preocupado com questões regionais importantes para a época, fins do século XIX e início do século XX. Sendo nomeado para a chefia da comissão mista pelo Barão do Rio Branco, ministro das relações exteriores do Brasil, Euclides, ao mesmo tempo em que providenciava os preparativos da viagem, passou a se municiar ainda mais de informações sobre a terra e a gente que haveria de contactar.

Antes de embarcar, Euclides escreveu cartas a amigos e familiares tratando de questões relativas à iminência da viagem e fazendo prospecções sobre o que previa encontrar na região. Continuou a escrever missivas durante a viagem e depois de retornar para São Paulo. Em algumas dessas cartas, confidenciou que tinha a intenção de aproveitar o ensejo da viagem para escrever um livro sobre a Amazônia, ao qual daria o enigmático título *Um paraíso perdido*. No decorrer da viagem, fez minuciosas anotações e escreveu diversos textos

que certamente fariam parte desse livro projetado. No entanto, sua morte prematura inviabilizou o projeto, mas os escritos de sua passagem pela Amazônia sobreviveram ao tempo. Alguns deles encontram-se reunidos na seção “Amazônia, terra sem história” do livro póstumo *À margem da história*.

A segunda metade do século XX assistiu ao recrudescimento do interesse de pesquisadores de diversas áreas pelos textos amazônicos de Euclides, interesse que tem sido mais intenso no presente século XXI. Conseqüentemente, seus textos têm sido reeditados repetidamente. A editora Valer de Manaus, por exemplo, publicou uma coletânea desses textos no ano de 2003, com o título *Amazônia – um paraíso perdido*. Essa coletânea foi o livro base do qual recortei os textos de Euclides necessários para esta pesquisa.

Quando Euclides chegou à Amazônia, o Brasil se encontrava no auge da produção e exportação da borracha, tendo em vista que a demanda industrial desse produto se tornava cada vez mais crescente, e a Amazônia era o único lugar do planeta onde havia as seringueiras, as árvores produtoras do látex, matéria prima da borracha. Posteriormente, como transplante de sementes (ou mudas) para a Malásia, a Ásia também passaria a ter sua produção de borracha. Uma das conseqüências mais notáveis dessa demanda foi a intensa migração de nordestinos para os seringais localizados na floresta amazônica, agenciados dos Estados do Nordeste para atuar como mão de obra na extração do látex.

Em suas atividades ao longo do rio Purus, anotando meticulosamente praticamente tudo o que via, Euclides não ficou indiferente ao encontrar, em plena selva amazônica, os sertanejos, agora transformados em seringueiros, mas sendo vítimas da exploração desumana, da espoliação, de violências extremadas, semelhantemente à situação em que os encontrara no arraial baiano de Canudos, e que foram retratados em *Os Sertões*. E assim como ocorrera em Canudos, movido pela ânsia de denunciar os maus tratos a que os nordestinos eram submetidos, fadados a um estado de penúria alarmante, Euclides transformou o sertanejo-seringueiro no tema central de seus escritos amazônicos.

Nos contatos que tive com esses textos, observei que o escritor faz alguns contrapontos entre os seringueiros brasileiros e os caucheiros peruanos. E também entre os sertanejos e o nativo da Amazônia. Nesse sentido, pude constatar que esses três tipos humanos podem ser entendidos, nos textos euclidianos, como três categorias de representação: o seringueiro (nordestino), o caucheiro (peruano) e o nativo (indígenas e caboclos). Foi essa constatação que me motivou a realizar a pesquisa que resultou na presente dissertação, cujo objetivo geral foi definido nestes termos: analisar a representação metafórica

dos tipos humanos seringueiro, caucheiro e caboclo nos textos amazônicos de Euclides da Cunha. Quanto aos objetivos específicos, foram assim delineados:

a) Construir um quadro teórico a respeito da representação metafórica, tendo por base a teoria da metáfora conceptual em contraponto com outras abordagens do fenômeno metafórico;

b) Cotejar os escritos de diferentes analistas da obra de Euclides da Cunha;

c) Aplicar os dados levantados na pesquisa bibliográfica e analisar os textos euclidianos, no que diz respeito à representação dos tipos humanos vinculados aos seringais.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa, por sua natureza, foi do tipo descritiva, uma vez que aponta características de um fenômeno, a representação metafórica em textos euclidianos na caracterização de três tipos humanos nos seringais da Amazônia. Quanto aos procedimentos técnicos de coleta e análises de dados, a pesquisa classifica-se como bibliográfica, pois se baseia na coleta de dados em livros e outras mídias digitais, tendo como percurso metodológico:

a) Estudo acerca da Teoria da Metáfora Conceptual, em contraponto com outras abordagens do fenômeno metafórico. Os livros base desse eixo temático foram *Metáforas da vida cotidiana*, de George Lakoff e Mark Johnson (2002), *A metáfora viva*, de Paul Ricoeur (2000) e *Metáfora*, de Tony Berber Sardinha (2007), *A metaforização da Amazônia em textos de Euclides da Cunha*, de Carlos Antônio Magalhães Guedelha (2013);

b) Estudo dos textos de Euclides da Cunha, principalmente os que se encontram reunidos na coletânea *Amazônia – um paraíso perdido*, editado em 2003 pela Editora Valer;

c) Estudos sobre a vida e a obra euclidianas, principalmente os listados a seguir: *Euclides da Cunha*, de Sylvio Rabello (1996); *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*, de Leandro Tocantins (1992); *Euclides da Cunha no Amazonas*, de Robério Braga (2002); *Euclides da Cunha*, de Lourenço Mota (2003); *O Enigma de Os Sertões*, de Regina Abreu (1998); *A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*, de Francisco Foot Hardman (2009), *A metaforização da Amazônia em textos de Euclides da Cunha*, de Carlos Antônio Magalhães Guedelha (2013), entre outros.

A pesquisa bibliográfica contribuiu para fundamentar o estudo teoricamente e possibilitar a análise dos textos em nível científico. Dessa forma, a pesquisa seguiu três eixos norteadores e convergentes principais: Euclides da Cunha (o autor), tipos humanos (o assunto), enfatizando também o próprio autor enquanto observador e a metáfora (o procedimento). Assim sendo, cada um desses “eixos” mereceu um capítulo à parte, para uma

melhor articulação da dissertação, que se encontra dividida nos seguintes capítulos, além da Introdução e da Conclusão:

Capítulo 1 – “Euclides da Cunha: apontamentos biobibliográficos”: apresenta aspectos biobibliográficos do escritor Euclides da Cunha, aponta detalhes históricos de sua viagem pela Amazônia e também enfatiza o legado deixado por ele a partir de comentários de pesquisadores de sua obra. Nesta parte também há conceitos de autor e autoria: algumas considerações sobre Euclides da Cunha a partir dos conceitos desenvolvidos por Michel Foucault (2006), Barthes (1988) e Bakhtin (2003).

Capítulo 2 – “A metáfora como forma de representação do mundo”: discorre sobre diferentes abordagens teóricas do fenômeno metafórico, dando especial destaque para a teoria da metáfora conceptual;

Capítulo 3 – “Quem amansará o deserto?”: volta-se para a metaforização do seringueiro, do caucheiro e do nativo (caboclo e indígena); e evidencia a “ação civilizadora” da Amazônia a partir desses atores, tal como define Euclides.

Pelo caráter pioneiro da pesquisa e seu ineditismo, considerando que não existe nenhum estudo já realizado nos termos em que a desenvolvi, entendo que ela se apresenta como uma importante contribuição para o avanço do conhecimento sobre o homem amazônico, sobre Euclides da Cunha e sobre a metáfora conceptual. É com essa perspectiva que a ponho à disposição dos pesquisadores e do público interessado nessas questões.

1 EUCLIDES DA CUNHA: APONTAMENTOS BIOBIBLIOGRÁFICOS

1.1 Infância, juventude e formação de Euclides da Cunha

Este tópico aborda dados da vida de Euclides da Cunha e também a Amazônia durante o período em que ele esteve na região como chefe da comissão mista de reconhecimento da fronteira entre Peru e Brasil.

Euclides da Cunha Nasceu em 24 de janeiro de 1866, filho de Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha e Eudóxia Moreira da Cunha. Ao completar três anos de idade, sofreu a perda de sua mãe. Órfão, foi criado por duas tias: primeiramente uma tia de nome Rosinda e, após esta morrer, por uma outra, de nome Laura Garcez, em cuja fazenda Euclides cresceu. Sendo Euclides um menino “sensitivo” e agregado da casa, tudo era feito para ele não sentir falta da mãe e também de seu pai, que estava sempre ausente ocupado nos seus negócios. Mesmo com o tratamento dispensado ao menino Euclides, “a vida da fazenda gravitava não em torno dele, mas em torno do tio e dos filhos do casal. E deste modo, ele crescia ausente de uma paisagem social e física” (RABELLO, 1966, p.14-15). Essa fazenda representou tudo o que Euclides jamais experimentara até então, quando se trata de sentimento familiar. Para Rabello (1966, p. 14), “do fundo daquela alma de menino, brotava um vago sentimento de desamparo”.

A vida de instabilidades de Euclides o fez andar do Rio de Janeiro à Bahia e novamente para o Rio de Janeiro e tinha a educação escolar de acordo com a separação que era feita na corte: os filhos da elite frequentavam colégios voltados para a Medicina e Direito, enquanto os outros eram enviados para colégios para a formação técnica, o caso de Euclides. Nesse período, já havia rumores sobre a campanha abolicionista. E era um período em que as ideias que formaram a base estrutural do país precisavam ser repensadas, pois, conforme Rabello (1966, p. 20-21), “elas estavam em perfeita correspondência com as aspirações de todos os povos, posta à margem qualquer consideração de ordem nacional, étnica ou cultural, porque coincidiam com o que existe no homem de mais alto: a sua afirmação pela liberdade”.

Foi no Rio de Janeiro, no Colégio Aquino, que Euclides deu seus primeiros passos no jornalismo, aos dezoito anos. O jornal era *O democrata*, impresso e mantido pelos alunos do colégio. O que ele escreveu, segundo Rabello (1966, p. 23), “não era nenhum artigo sobre a escravidão, que os redatores chamavam de ‘instituição horripilante’, mas uma espécie de glorificação da natureza ameaçada pelas inovações progressistas do século”. Pelo tema em questão, Euclides já se mostrava mais fortemente incapaz de se adaptar à vida da cidade e

preocupado com os acontecimentos históricos dos povos, com a escravidão e também com os rumos da República.

Em 1884, começou a se preparar para fazer exames para ingressar na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Para isso se dedicou profundamente ao estudo de matemática. Era a busca pela carreira de engenheiro, certamente mais para satisfazer as vontades de seu pai do que suas próprias aspirações, porém não demorou muito na Escola Politécnica. Matriculou-se na Escola Militar em 1866. A agitação da vida militar e as alegrias dos companheiros nos finais de semana não atingiam Euclides, que preferia ficar na sala de leitura ou no silêncio de suas caminhadas pelas praias. A vida militar também não o agradava. Como se percebe nas palavras escritas em seu caderno íntimo:

Dominar-me! Este trabalho de Hércules que a minha consciência a todo o instante impõe-me, constitui aqui – às vezes – o meu único esforço, durante dias seguidos; é uma luta cruel que sempre reflete em meus estudos uma perturbação bastante sensível...Feliz de mim se conseguir acumular no cérebro força bastante para equilibrar a do coração – pois que para mim, dominar a violência é mais difícil e mais perigoso que subjugar um touro (CUNHA apud RABELLO, 1966, p. 27).

A escola também tinha uma revista em que Euclides publicava em verso e prosa seus escritos literários. Nesse período, seus escritos eram mais poéticos. Poemas que traziam para a superfície as características de um jovem desamparado e entristecido no mundo, como nos versos a seguir:

Não tenho ainda vinte anos
E sou um velho poeta. A dor e os desenganos
Sangraram-me muito cedo. A minha juventude
É como uma manhã de Londres, fria e rude (CUNHA apud RABELLO, 1966, p. 28).

Os versos mostram um sujeito lírico que não conseguia se livrar dos sentimentos melancólicos, mesmo em um ambiente onde os companheiros estavam sempre alegres, mas eles compreendiam o modo peculiar de Euclides. “Respeitavam o seu gosto pela solidão” (RABELLO, 1966, p. 28).

Assim, Euclides completou um ano na escola militar, no posto de simples soldado, mesmo que tivesse boas notas para atingir um posto mais elevado. Por esse motivo também se sentia indignado com o sistema. Em 1888, o tribuno Lopes Trovão retornou de uma viagem que fizera à Europa com o objetivo de dar força ao movimento republicano. Foi recebido com grande festa popular preparada para o momento. Euclides, sendo um jovem cadete de inclinações republicanas, ficou exultante com o retorno do grande tribuno, com cujas ideias simpatizava enormemente. Ele e os demais cadetes fizeram planos para ir ao porto recepcioná-lo:

Havia incontrolável excitação, mesmo entre os alunos da Escola Militar, em relação à iminência do desembarque, que se daria em meio a intensas manifestações populares. Eles mal se continham na expectativa de participar do movimento. Mas o diretor da Escola, general Clarindo de Queirós, elaborou uma estratégia bem montada para frustrar essa expectativa. Conseguiu programar uma visita à escola do então ministro da guerra, Tomás Coelho, no dia 4 de novembro, o dia da chegada do republicano ilustre (GUEDELHA, 2013, p. 70).

Como se vê, os defensores do império queriam mostrar que a força do Exército ainda estava a serviço do governo imperial. Assim, a visita do Ministro da Guerra aconteceria no momento exato em que o tribuno republicano estava desembarcando no porto, e isso frustrou o anseio dos jovens cadetes de saudar o grande líder republicano. Revoltados, os cadetes combinaram protestar com um ato de rebeldia quando o Ministro da Guerra passasse em revista à tropa na Escola Militar: quebrariam as suas baionetas (ou sabres) no joelho, ao invés de apresentar armas ao Ministro. Só que no momento exato de executar esse ato de protesto, os demais alunos ficaram receosos das funestas consequências e apresentaram armas normalmente, o que aumentou ainda mais o ódio de Euclides e o motivou a realizar, ele sozinho e por conta própria, o seu veemente protesto.

Em parada solene:

dispostos em colunas, marchavam os alunos, não sem contrariedade, em face do ministro e oficiais superiores. Desfilaram os primeiros pelotões em perfeita ordem. O terceiro ia já bem perto do ministro Tomás Coelho, quando um cadete se destacou da formatura (RABELLO, 1966, p. 38).

O cadete era Euclides, que em um ato de rebeldia ou insubordinação, jogou sua baioneta no chão, depois de ter tentado quebrá-la no joelho, sem o conseguir. Ainda “há uma outra versão, a de que ele teria apenas pronunciado um protesto contra o esbulho do seu direito à promoção de alferes” (RABELLO, 1966, p. 39).

Essa atitude rendeu a ele, a internação no Hospital Militar do Morro do Castelo, como doente mental. Porém, Euclides não aceitava a desculpa dada por seus superiores para justificar sua atitude durante a revista do Ministro da Guerra. Por isso, fez questão de se mostrar e ser notado: “Querida que todos soubessem de sua perfeita integridade mental” (RABELLO, 1966, p. 39). Assim, desejava ser julgado para receber a pena adequada aos que agem como ele agiu.

Pode-se dizer que, diante do forte movimento republicano, a imprensa aproveitou o momento para explorar o acontecimento, que foi comentário na Câmara e no Senado. Consequentemente, Euclides foi levado ao conselho disciplinar e expulso do Exército, mesmo com as tentativas de perdão feitas por seu pai ao Imperador. Euclides não se arrependeu do

que fez. Rabello (1966, p. 40) diz que: “de qualquer modo, não teve Euclides nenhum movimento de covardia. Mostrou-se intrépido diante dos juízes a quem não pediu clemência, mas punição, como republicano que era”.

Terminada sua relação com a Escola militar, Euclides encontrou em São Paulo a melhor província para reforçar suas convicções republicanas, visto que lá se encontravam as lideranças descontentes com o governo imperial. Entre eles: Rangel Pestana, Prudente de Moraes, Francisco Glicério, Quintino Bocaiúva, Silva Jardim, Campos Sales, entre outros. Era o momento de organização do Partido Republicano, que se aproveitava dos resultados negativos da economia patriarcal e escravocrata e “tudo indicava que o Imperador, velho e doente, não pudesse mais restaurar o antigo prestígio da Coroa” (RABELLO, 1966, p. 41). E para piorar a situação da monarquia, aumentava o número de opositores a uma possível sucessão, e também “os sucessivos incidentes entre militares e o governo pareciam retirar à Coroa o seu último sustentáculo” (RABELLO, 1966, p. 41).

Foi nessa atmosfera que Euclides chegou a São Paulo e conseguiu a oportunidade para trazer à superfície todos os seus sentimentos contrários aos ideais monárquicos. Interessante que ele utilizou o pseudônimo *Proudhon* para escrever no jornal *Província de São Paulo*, de Júlio Mesquita, vários artigos que tratavam de “Questões Sociais e Atos e Palavras”. É claro que, nesse momento, Euclides estava mais preocupado com questões políticas do que com análise ou críticas às influências de características usadas pelos escritores nacionais, que imitavam características europeias de fazer literatura. Em um dos artigos ele escreveu sobre a determinação do governo em afastar os militares, que eram adeptos do movimento republicano, para as fronteiras com o Peru e a Bolívia.

Erguido ao poder a fim de ser, felizmente, o redator autômato da vontade popular, literalmente expressa no decreto de 13 de maio; coagido pela própria evolução da sociedade a ser grande; orientado – quando devia orientar, nivelado, quase involuntariamente, às ideias do seu tempo – o governo não soube ou não quis aproveitar a grandeza ocasional em que se achou e, longe de seguir o único programa civilizador de que pode dispor – conservar melhorando – emerge agora na inércia em que se deperecia, para implantar, no seio da sociedade, de que lhe confiou o futuro, abruptamente, uma apreensão séria, que se refletirá do modo mais deplorável em todos os ramos da sua atividade (CUNHA apud RABELLO, 1966, p.42).

E em outro, ele diz:

Não podendo entregar o seu desenvolvimento à vagarosa evolução do espírito popular; descrente da política do seu País, em que a maioria dos estadistas estuda para saber errar convenientemente; agindo, além disso, num estado que realiza o deplorável fenômeno histórico de possuir sessenta anos de vida política e quase mil de inervação monárquica porque, importando o trono da dinastia de Bragança, adquiriu todo o velho carrancismo das dinastias portuguesas – de outro lado, impelido pelas tradições de sua terra, repleta de um majestoso rumor revolucionário, cheia da encantadora

magia dos mais belos exemplos, desde o estoicismo heroico de Tiradentes à heroica abnegação de Nunes Machado – o republicano brasileiro deve ser forçosamente revolucionário (CUNHA apud RABELLO, 1966, p.42-43).

No trecho, dá para perceber o claro posicionamento de Euclides como um entusiasta do movimento revolucionário, pois, para ele, a Monarquia era apenas um grande mal herdado da coroa portuguesa. Nesse momento, mais uma vez a inconstância de Euclides aparece. Rabello (1966, p. 43) diz que: “o entusiasmo do jornalista não durou mais do que um mês. Antes de findar janeiro, a 29, voltou Euclides ao Rio de Janeiro, procurando, na fazenda São Joaquim, o repouso que a agitação política de São Paulo não lhe poderia dar”. Euclides concluiu que seria importante repousar na calma da fazenda e rever os programas dos testes da Escola Politécnica, pois desejava para lá retornar após não ter êxito como militar. Assim conseguiu entrar e frequentar o curso de Engenharia Civil, porém não mais com a mesma seriedade de antes.

Nesse contexto, os ideais republicanos se tornaram mais fortes e também combatidos:

A campanha republicana já não era apenas uma forma de esgrima de panfletários nem uma surda conspiração de clubes secretos. Pelas ruas, a guarda negra de José do Patrocínio chocava-se frequentemente com os republicanos mais exaltados. E, nos quarteis, todas as esperanças convergiam para Deodoro, a quem o destino daria a responsabilidade suprema de chefiar o movimento de derrubada final do trono (RABELLO 1966, p. 43).

Em 15 de novembro de 1889, foi proclamada a República, o que para muitos se tratou de um “golpe branco”. Euclides não sabia da conspiração que era tramada pelos militares para derrubar a Monarquia. Foi na busca por mais informações sobre o motivo de tanta aglomeração na cidade que chegou até à casa do major Solon Ribeiro. Segundo Rabello (1966, p. 45), “O major Solon se incumbira de espalhar boatos na cidade: que o Imperador teria chamado Silveira Martins, inimigo de Deodoro, para formar um novo gabinete; que Ouro Preto teria dado ordem de prisão ao próprio chefe da revolução”. As consequências desses boatos foram suficientes para que Deodoro e aliados pusessem fim ao governo monárquico.

A chegada de Euclides na residência de Solon Ribeiro, onde estavam reunidos outros oficiais republicanos, foi com a lembrança do “estudante da baioneta”, o jovem republicano que enfrentou a monarquia. Nessa reunião, Euclides foi anistiado e teve a reversão do posto. Assim, deveria retornar para o quadro da Escola Militar. É claro que a ideia foi bem vista e aceita por Euclides.

Ao sair da casa de Solon Ribeiro, Euclides entregou um bilhete a uma menina. O bilhete dizia: “Entrei aqui com a imagem da República e parto com a sua imagem”. A menina

era Ana, filha do major Solon. Ela também estava admirada do corajoso jovem que ousou enfrentar sem medo as autoridades imperiais por amor à República. A partir disso, Euclides passou a frequentar constantemente a casa do major Solon. Seu interesse era aquela menina de quinze anos de idade: “O rapaz que crescera sem nunca ter sentido um afeto de mulher, nem de mãe, nem de irmã, acreditou encontrar naquela menina mal saída do regaço materno o pouso tranquilo para inquietações da sua alma desamparada” (RABELLO, 1966, p. 46).

Euclides não sabia ou não queria controlar seus sentimentos. Entre esperanças, medos, ciúmes e desalentos, ele escrevia versos sobre essa paixão por Ana, como nestes seguintes versos:

Meu pobre coração, tão cedo aniquilado
Na ardência das paixões, ó pálida criança,
Revive à doce luz do teu olhar magoado;
E cheio de ilusões, de crenças e esperança,
Faz o castelo ideal das loiras utopias
Com a luz do teu olhar e o ouro de tua trança (CUNHA apud RABELLO, 1966, p. 47).

A situação de esperanças e incertezas sentimentais logo foi resolvida no mês de agosto de 1890. Euclides casou-se com Ana.

Em 1891, Euclides voltou para a Escola Superior de Guerra para continuar o curso e depois foi promovido a primeiro-tenente no ano de 1893. Foi nesse tempo que ele foi chamado à presença do vice-presidente, Floriano Peixoto, a quem ele chamava de “o grande doador de cargos”. O próprio Euclides escreveu em carta a Lúcio Mendonça os acontecimentos desse encontro:

O grande doador de posições, referindo-se à minha recente formação e ao meu entusiasmo pela República, declarou-me que tendo eu direito a escolher por mim mesmo uma posição não se julgava competente para indicá-la. (...) Que perspectiva! Basta dizer-lhe que estávamos em pleno despenca dos governos estaduais! (...) E eu (nesta época sob o domínio cativante de Augusto Comte, e que isto vá como recurso absolutório) – declarei-lhe ingenuamente que desejava o que previa a lei para os engenheiros recém-formados: um ano de prática na Estrada de Ferro Central do Brasil. Não lhe conto o resto. Quando me despedi, pareceu-me que no olhar mortício do interlocutor estava escrito: *nada vales* (RABELLO, 1966, p. 51).

O pedido de Euclides foi aceito por Floriano Peixoto, que o designou para trabalhar na Estrada de Ferro Central do Brasil, enquanto seus companheiros “assumiam postos nas secretarias de Estado, na Câmara Federal, ou recebiam comissões políticas das mais rendosas” (RABELLO, 1966, p. 51). Euclides perdera talvez a grande oportunidade de resolver a sua vida financeira, porque pautava suas atitudes por princípios muito rigorosos de ética e honestidade.

A República também criou seus problemas. Rebeliões começaram a surgir contra o governo. Floriano Peixoto perseguia seus opositores. Entre eles estava o sogro de Euclides. Por conta disso, o escritor certa vez chegou a enfrentar Floriano, dizendo:

Não pense, Marechal - tornei eu com intimativa - que me apresento aqui como um vil postulante da vida de um sogro. Devo ser franco. Para que não se iluda a meu respeito, declaro desassombradamente que não o acompanho como homem; não sou seu partidário, mas o sigo, porque defende esta República que eu também defendo...” (RABELLO, 1966, p. 52).

Mesmo com ódio em seus olhos, o Marechal não atentou contra Euclides, somente pediu para ele se retirar. Mais tarde, após esse encontro, Euclides foi chamado pelo governo para construir as fortificações da Saúde e outros pontos do litoral ameaçados por forças revolucionárias contrárias ao governo de Floriano.

Em 1896, Euclides decidiu deixar a carreira militar para trabalhar como engenheiro civil. Porém, foi para a fazenda de seu pai, onde plantou e colheu café. Fez isso, pois não desejava estar perto de sua família. Queria se afastar para esquecer aborrecimentos na vida conjugal. Foi roceiro por pouco tempo também. Ingressou no serviço público na superintendência de Obras de São Paulo.

Euclides não se acomodou bem à nova profissão. Mesmo fora do Exército, ele continuou durante algum tempo nessa situação meio dúbia do soldado que não se despojou inteiramente da farda. A profissão de engenheiro, por sua vez, não correspondia aos apelos da sua vocação – às suas tendências mais profundas; haveria de pesar-lhe sempre como um “triste ofício”, do mesmo modo que lhe pesava antes a espada de oficial, sem nenhum gosto pelas armas (RABELLO, 1966, p. 87).

Euclides vivia maldizendo o seu “triste ofício” de engenheiro. Uma profissão ingrata, cansativa e que o transformava em um nômade, sempre às voltas com mudanças e sem tempo para mais nada.

1.2 Queda de Canudos e nascimento de *Os Sertões*

A característica inquieta de Euclides combinava com o contexto social e político da época. Assim, os sucessos de um dos movimentos, que insistiam em ir de encontro às mazelas do governo, chegaram até o seu conhecimento. Foi o movimento de Canudos, onde uma comunidade se organizava sob o comando de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro. Por esse tempo, Euclides já era colaborador do jornal *O Estado de São Paulo*. Dividia essa atividade com os trabalhos da Engenharia. De acordo com Abreu (1998, p. 107), “O *doublé* de engenheiro e jornalista confessava uma ‘tristeza imensa’ diante dos destinos da República e uma ‘amarga ironia’ com *os maitre-chanteurs* que nos governam”.

Euclides aproveitou a oportunidade para opinar mais frequentemente sobre o que pensava dos destinos da República. Isso mostra sua preocupação e senso de responsabilidade com os rumos do país. Os dois primeiros artigos dessa fase em que emitiu opiniões na imprensa foram sobre o Arraial de Canudos, situado na Bahia, que segundo notícias da época, era mais um dos muitos movimentos que tentavam restaurar a Monarquia no Brasil. Esses artigos foram intitulados de “A nossa Vendéia”. Neles, Euclides estava:

Comparando o movimento dos sertanejos do Arraial de Canudos com o movimento dos camponeses da região da Vendéia, Na França, ocorrido após a Revolução Francesa de 1789. O movimento da Vendéia arregimentou camponeses fiéis à monarquia e contrários à revolução e à república. Os republicanos franceses travaram intenso combate, pois acreditavam que os camponeses vendeanos ameaçavam os destinos revolucionários (ABREU, 1998, p. 107).

Euclides acreditava que República era a melhor forma de governo. Por isso utilizava seu espaço na imprensa para propagandear a ideia. Ele também pensava como os republicanos franceses, ou seja, acreditava que o levante de Canudos seria uma ameaça e tentativa de reerguer a Monarquia ao poder. Ele só não sabia, porém, que o líder de Canudos não possuía nenhuma ligação com os defensores da Monarquia.

Os artigos intitulados “A Nossa Vendéia” foram escritos em São Paulo. Segundo Abreu (1998, p. 107-108), “o primeiro artigo saiu publicado a 14 de março de 1897, o segundo, quatro meses depois, num sábado, dia 17 de julho de 1897”. Chama atenção o fato de os dois artigos terem sido estampados com destaque na primeira página do jornal *O Estado de São Paulo*, pois isso “revela a dimensão alcançada pelo movimento de Canudos (ABREU, 1998, p. 108).

Euclides procurava construir hipóteses a partir de análises das estratégias que o Exército utilizava no combate contra os sertanejos. Porém:

As forças republicanas tomaram de assalto o Arraial de Canudos. As baixas foram enormes: 947 ao todo. Os conselheiristas não se rendiam. No dia 31, o Exército recebeu novo reforço: um contingente de 1042 praças e 68 oficiais, que ficou conhecida como a brigada *Girard* (ABREU, 1998, p. 122).

Essa situação fez Júlio Mesquita, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, enviar Euclides para fazer a cobertura da Guerra de Canudos. Somente assim, poderiam saber a verdadeira realidade dos acontecimentos.

A viagem foi longa. E, no dia 16 de setembro de 1897, Euclides chegou a Canudos. Ele pôde realizar sua tarefa fundamental: ver o combate de perto e transmitir da maneira mais fiel possível, pois “a Guerra de Canudos foi o acontecimento jornalístico de maior

importância do ano de 1897, no Brasil” (ABREU, 1998, p. 123). Portanto, merecia um olhar atento e comprometido com o real, aos olhos da elite.

Ainda a bordo do navio “Espírito Santo”, embarcação que levou as tropas de reforço de São Paulo para a Bahia, Euclides começou escrever seu *Diário de uma expedição*, em que dizia:

Depois de quatro longos dias de verdadeira tortura, subo, pela última vez, à tolda do vapor na entrada belíssima e arrebatadora da Bahia.
Não descreverei os incidentes da viagem, vistos todos através de inconcebível mal-estar, desde o momento emocionante da partida (...) de São Paulo e do Rio, até o seu termo final, nas águas desta histórica paragem.
Escrevo rapidamente, direi mesmo, vertiginosamente, acotovelado a todo instante por passageiros que irradiam em todas as direções sobre o tombadilho (...)
É, realmente, o quadro é surpreendedor (CUNHA, 2006, p. 29).

O trecho indica que Euclides iria entrar em um universo desconhecido do que estava acostumado a ver no Rio de Janeiro e São Paulo. Além de mostrar o desconforto da viagem. “Sua busca é a do conhecimento. Escreve vertiginosamente, procurando registrar tudo o que vê, fiel à realidade dos fatos. Não se trata de romancear, ficcionar, mas, sim, de utilizar os instrumentos científicos a seu alcance para bem expressar cada pormenor” (ABREU 1998, p. 128).

Quando chegou a Canudos, Euclides levou consigo toda a força republicana em seu espírito. Acreditava também que os seguidores do Conselheiro eram “uma miragem do mal”. Mas, ao entrar em contato com os prisioneiros, geralmente mulheres, crianças e homens enfraquecidos, Euclides começa a analisar os pontos de vista a partir da razão. “Vai, entretanto, sendo cada vez mais cauteloso com suas opiniões e seu juízo sobre a população sertaneja” (ABREU, 1998, p. 131). E conclui em seu Diário:

Sejamos justos – há alguma coisa de grande e solene nessa coragem estoica e incoercível, no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patrícios transviados, e cada vez mais acredito que a mais bela vitória, a conquista real consistirá no incorporá-los, amanhã, em breve, definitivamente, à nossa existência política (CUNHA, 2006, p. 108).

Euclides começa a crer que a guerra possui dois lados conflitantes. E que é preciso refletir sobre esse acontecimento. E quanto mais entrava em contato com os sertanejos, fixava a ideia de que aquele ambiente também deveria ter a atenção da República, porém não por meio de conflito, mas por assistência.

Pelas reflexões e observações diárias, o correspondente de guerra foi sendo tomado pelo cientista, principalmente na observação acerca dos sertanejos:

Euclides não disfarçava ambiguidades. Em primeiro lugar, os habitantes dos sertões eram ‘bárbaros’, ou seja, estavam em posição inferior na escala evolutiva da sociedade. Em segundo lugar, eram mestiços, o que colocava para Euclides

dificuldade adicional numa época em que os intelectuais ainda questionavam a possibilidade de os mestiços atingirem a civilização (ABREU, 1998, p. 140).

O pensamento de Euclides estava fundamentado em suas leituras sobre as teorias naturalistas e evolucionistas, principalmente quando se trata da seleção natural, de Darwin.

Quando retornou a São Paulo, publicou no jornal *Estado do São Paulo* seu último artigo como correspondente de guerra. O título foi “O batalhão de São Paulo”. Sem bajulações ou elogios pomposos, como era sua característica, saudou os soldados que voltaram vitoriosos da Guerra de Canudos, defensores da República, como ele.

No ano de 1898, o engenheiro Euclides foi enviado pela Superintendência de Obras de São Paulo para “reconstruir uma ponte de ferro, erguida em 1896, que havia ruído após uma enchente numa pequena cidade do interior de São Paulo” (ABREU, 1998, p. 207). A cidade era São José do Rio Pardo. Lá, ele percebeu que o trabalho levaria tempo para ser encerrado. Por isso mudou-se com a família: Ana, sua esposa, e os dois filhos Solon e Euclides.

Foi nesse local que as lembranças dos acontecimentos de Canudos se tornaram objetos de suas reflexões. Vale ressaltar que Euclides não publicou suas anotações logo após fim do combate. Isso talvez tenha contribuído para uma melhor compreensão do que observara como repórter de guerra e pôde também aproveitar outras fontes sobre Canudos.

Euclides se dividia entre as atividades de engenharia para reconstruir a ponte e a atividade intelectual, o que muitas vezes era difícil de conciliar. Essa dificuldade era comumente colocada nas cartas que enviava para amigos:

Nessas cartas, ora atribuía à engenharia valor positivo, associando-a a ‘questões sérias’, importantes para impulsionar o país na direção do progresso, ora atribuía-lhe valor negativo, associando-a à falta de tempo que constantemente o dilacerava, não lhe permitindo dedicar-se à atividade intelectual (ABREU, 1998, p. 208).

Ele estava reconstruindo duas pontes, a de São José do Rio Pardo e também as conexões de sua viagem a Canudos. Como afirma Abreu (1998, p. 209), “a ponte era a metáfora de Canudos, pois tanto numa situação como na outra, havia algo a reconstruir”. E no final do ano de 1901, ele conseguiu terminar ambos os trabalhos que iniciara: a ponte do Rio Pardo e também o livro sobre Canudos.

O livro, intitulado *Os Sertões*, foi publicado em 1902 pela editora Laemmert, no Rio de Janeiro. Os custos foram pagos por Euclides, pois a editora não quis se comprometer com um livro escrito por um engenheiro e jornalista, uma espécie de iniciante no universo literário. Uma situação curiosa aconteceu no Rio de Janeiro, quando ele foi convidado pela editora para o lançamento de *Os Sertões*. Perfeccionista em tudo o que fazia, Euclides “bastante inseguro, ainda procurou, em vão, impedir à última hora o lançamento do livro. Ao folheá-lo, percebia

grandes incorreções e temia o fracasso” (ABREU, 1998, p. 211). Porém, foram as leituras críticas publicadas por José Veríssimo e Araripe Junior sobre o livro que impulsionaram *Os Sertões* para o sucesso.

No final de 1904, Euclides segue para o Amazonas, como chefe da Comissão Brasileira do Alto Purus, para o reconhecimento de fronteiras brasileiras com o Peru. O fato que motivou a expedição foi a abertura do Rio Amazonas para navegação:

Em 1867 o rio Amazonas foi aberto à navegação estrangeira e então os rios que as cortavam tornaram-se a passagem obrigatória para o Amazonas e para o mar. A Bolívia e o Peru lembraram-se de disputá-las. Recorreram aos tratados e viram que o de Madri, de 1750 e o de Santo Ildefonso, de 1777, acordavam em que uma divisa separaria os domínios portugueses e espanhóis naquele ponto misterioso da América: uma linha Leste-Oeste do ponto médio do rio Madeira até encontrar a margem oriental do rio Javari. Era uma linha muito vaga. Mas ela parecia dar-lhes os mesmos direitos sobre aquela região. Quase um século arrastaram-se as demandas nas chancelarias sem que a Bolívia nem o Peru acertassem com o Brasil as suas fronteiras definitivas (RABELO, 1966, p. 240).

A citação em questão se refere ao momento inicial do envolvimento de Euclides no debate sobre a “questão peruana”, pois tropas do Peru ocupavam áreas do Juruá e Purus. Então, houve necessidade de uma atitude rápida e imediata, para delimitar a fronteira brasileira na região, no combate armado ou na diplomacia. E, diplomaticamente, Euclides possuía todos os requisitos para cumprir tal missão na Amazônia.

Intimamente, não eram somente esses fatores que motivaram Euclides a viajar para a região, mas após a experiência de Canudos, ele acreditava que o Brasil não era somente o litoral e que era preciso conhecer o interior do país, as distantes regiões longe de São Paulo e do Rio de Janeiro. De acordo com Abreu (1998, p. 269), “tornava-se hegemônica a visão de que o Brasil era maior do que o rio de Janeiro. Começava a ganhar força uma representação da nação essencialmente como território”.

Euclides, com influências de José Veríssimo, teve autorização do Barão do rio Branco para participar da comissão responsável por demarcar as fronteiras do Brasil com o Peru na Amazônia, atuando não como simples integrante, mas sim como chefe da expedição pelo lado brasileiro.

1.3 Euclides da Cunha na Amazônia

A Amazônia sempre foi objeto de interesses de aventureiros e estudiosos:

Entre os viajantes que se pronunciaram sobre a Amazônia, constam aventureiros que circularam pela região desde o século XVI até o século XVIII, aproximadamente, e

cientistas que, do século XVIII ao XIX, andaram mapeando e inventariando a região. Posteriormente, já no século XX, foi a vez de um sem número de profissionais liberais entrarem em cena, principalmente médicos, jornalistas, advogados, engenheiros, militares e comerciantes atraídos pela ilusão da fortuna no apogeu do ciclo da borracha ou por outras demandas geradas pelo próprio ciclo (GUEDELHA, 2013, p.17)

O período que podemos considerar como um estudo sistematizado acerca da região foi iniciado pelo cientista francês Charles Marie de La Condamine. Esse estudioso é considerado o primeiro cientista a percorrer a região amazônica. Ele seguiu de Quito, em 1736, e fez a mesma rota que Francisco Orellana fizera no séc. XVI:

La Condamine faz estudos sobre os povos indígenas, a fauna e a flora. Sempre maravilhado com a profusão de novidades apresentadas pela exuberante natureza tropical. La Condamine foi o primeiro cientista a fazer a descrição de várias espécies até então desconhecidas dos europeus, como os botos, o uso do curare e a borracha. É também o primeiro a confirmar a existência de uma ligação entre a bacia do Orinoco e a do Amazonas, ligação esta que será usada, muito depois, pelo cientista alemão Alexandre Von Humboldt (SOUZA, 2001, p.102).

La Condamine descreveu as características da região e coisas que são específicas da Amazônia. Seus estudos também serviram de fundamentação para viajantes que chegaram depois. Estudiosos como Harrt, Wallace, Humboldt e outros que utilizaram a Amazônia para objeto de suas observações. Esses estudiosos “legaram à região seus discursos lavrados em livros e jornais, cada um interpretando a terra e a gente amazônica ao seu modo” (GUEDELHA, 2013, p. 17).

Foi baseado nas leituras desses viajantes que Euclides da Cunha alimentou seu imaginário. Mas ele, assim que chegou à região, sentiu o primeiro impacto, pois o material lido estava longe de ser o que vira pessoalmente.

Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do dédalo florido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento. A massa de águas é, certo, sem par, capaz daquele *terror* a que se refere Wallace, mas como todos nós desde mui cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê da páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplam a *Hylae* prodigiosa, com um espanto quase religioso – sucede um caso vulgar de psicologia; ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada (CUNHA, 2003, p. 33).

O desapontamento de Euclides faz surgir uma oposição entre o real e o imaginário trazido por suas leituras. Talvez, devido à característica a que o escritor sempre se mantinha fiel: a de procurar descrever de maneira objetiva. Porém, Euclides soube, por meio de metáforas, trabalhar questões subjetivas sem perder sua pretensa objetividade:

As frases não lhe saíam com espontaneidade. Preocupava-o a expressão exata: para cada ideia a palavra necessária, insubstituível. Euclides não era um autor fácil,

abundante, desses que escrevem uma página despreocupadamente. Ao contrário: faltava-lhe a capacidade de improvisação (RABELLO, 1966, P.149).

Como escritor, suas obras, estilo e eloquência foram alvo da admiração daqueles que se debruçaram sobre seus textos, como nas palavras de Braga (2002, p. 15): “Vejo o autor de *Os Sertões* pelas vibrações do seu espírito brasileiríssimo, ao difundir a ideia exata do homem, quer do sertanejo, quer do caboclo, ao enfrentar o meio e vencê-lo, ainda que, às vezes, extasiando-se”.

Esse espírito de revelar as faces do desconhecido é presente em suas obras e se eterniza, como afirmam Coutinho & Coutinho (2004, p. 215): “O grande papel que Euclides representou no Brasil foi o de fundador de nossa consciência crítica, revelou ao Brasil o sertão da mesma forma pela qual nos iria revelar a Amazônia...”. Da revelação pode se fazer reflexões sobre o conjunto de fatores sociais e históricos. E mais:

Euclides da Cunha não se preocupa em dramatizar o cotidiano, tampouco trabalha com as aberrações patológicas da sociedade de sua época. Ao adotar essa postura literária, ele garantiu a possibilidade de reflexão sócio-histórica sobre a totalidade das experiências humanas em cenários, até então encobertos como o Nordeste e a Amazônia (SEVCENKO, 1983, p. 154).

Não há dúvidas de que Euclides conquistou admiração seja pela descrição de um mundo duro e cruel como o sertão, seja nos escritos sobre sua passagem pela Amazônia. Sua linguagem está marcada na história, pois “continua viva porque é sustentada pela sua poderosa consciência social” (COUTINHO & COUTINHO, 2004, p. 214). É justamente sua consciência social que o faz mostrar para o país duas realidades por meio de seus textos:

Quando, escrevendo *Os Sertões*, Euclides clama pela terra e pelo homem, parece que clama um pouco para si mesmo: descobrindo os sertões, ele descobre também a sua própria personalidade de homem tão diferente dos homens convencionais das cidades como os sertões o são das terras próximas do mar, com seu falso progresso material, sem raízes fundas na tradição brasileira (RABELLO, 1966, p. 172).

Essa peculiaridade citada sobre Euclides detalha sua preocupação enquanto homem que tem clara noção de que é preciso olhar para outros lugares distantes dos grandes centros urbanos do país. Há terras e homens necessitados de atenção por parte dos governantes.

Por meio da escrita de *Os Sertões*, ele pretendia “vingar-se da chacina dos sertanejos feita pelas tropas do governo, que se haviam batido bravamente, mas que haviam sido também incapazes de se libertarem de uma série de mal entendidos e preconceitos, e de reconhecerem e recompensarem o heroísmo dos jagunços” (MOTA, 2003, p. 118). Essa ideia de uma vingança que deveria realizar aparece também em uma carta que enviou ao amigo Francisco Escobar, no mês de abril do ano de 1902, referindo-se ao livro:

Alenta-me a antiga convicção de que o futuro o lerá. Nem outra coisa quero. Serei um vingador e terei desempenhado um grande papel na vida – o de advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária... Além disto terei o aplauso de uns vinte ou trinta amigos em cuja primeira linha estás. E isto me basta (CUNHA apud GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 133).

Após a feitura desse “primeiro livro vingador”, que por sinal o tornou uma celebridade no âmbito da literatura nacional, Euclides pretendia escrever o seu “segundo livro vingador”, desta feita focalizando o mundo amazônico. No entanto, sua morte prematura inviabilizou o projeto do livro. A obra seria o resultado da viagem de Euclides como chefe brasileiro da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento ao Rio Purus e Afluentes. Após vencer as adversidades da viagem, percebeu que tanto a terra quanto os habitantes eram admiráveis, portanto mereciam um “livro vingador”, à altura de *Os Sertões*, no Nordeste. Esse livro que revelaria a Amazônia aos brasileiros seria intitulado *Um Paraíso Perdido*:

tal como em Canudos, tomou como missão, num segundo ‘livro vingador’, denunciar o fato à Nação, e reclamar do governo medidas em favor dos sertanejos que, transformados em seringueiros, garantiam para o Brasil a posse de regiões riquíssimas, e ao mesmo tempo eram relegados à mais extrema miséria e à mais cruel exploração” (MOTA, 2003, p. 164).

Euclides anuncia esse título do novo livro vingador a amigos, por meio de cartas. Por exemplo:

Carta a Coelho Neto, escrita em Manaus:

“[...] Vivo sem luz, meio apagado e num estonteamento. Nada te direi da terra e da gente. Depois, aí, e num livro: *Um Paraíso Perdido*, onde procurarei vingar a “Hiloe maravilhosa” de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVIII” (CUNHA apud GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 266 – negrito meu).

Carta a José Veríssimo: “Acha bom o título **Um Paraíso Perdido** para o meu livro sobre a Amazônia? Ele reflete bem o meu incurável pessimismo, mas como é verdadeiro?!” (CUNHA in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 269 – negrito meu).

Carta ao amigo Escobar:

“estou alinhando as primeiras páginas de **Um Paraíso Perdido, o meu segundo livro vingador**. Se o fizer, como o imagino, hei de ser (perdoa-me a incorrigível vaidade) hei de ser para a posteridade um ser enigmático, verdadeiramente incompreensível entre estes homens” (CUNHA apud GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 306 – negrito meu).

Como sabemos, Euclides morreu antes de executar o projeto do livro, tendo sido assassinado pelo amante de sua esposa. Em 2003, a Editora Valer organizou uma coletânea com os textos amazônicos do escritor e que possivelmente estariam em *Um Paraíso Perdido*. Essa coleção foi intitulada de *Amazônia – um paraíso perdido*. Assim como *Os Sertões*, obra mais famosa de Euclides da Cunha, *Amazônia - um paraíso perdido* é composta de três partes:

I – Amazônia: terra sem história, II – O Rio Purus e outros estudos e III- Outros estudos sobre a Amazônia.

Guimarães (2011, p. 32) faz a seguinte observação sobre o texto euclidiano que trata da Amazônia: “sua obra acerca da região foi construída em ‘pesquisa de campo’; significa dizer que a narrativa euclidiana é resultado do encontro entre o pesquisador e a realidade: sua narrativa captura o palco e o cenário das tramas sociais e os atores em cena”. Essa afirmação caracteriza a maneira como os registros foram feitos. Somente um observador do perfil de Euclides poderia fazer.

É perceptível que Euclides também deu atenção especial para a fauna e a flora da Amazônia. Ele disse que a natureza é portentosa:

A flora ostenta a mesma imperfeita grandeza. Nos meios-dias silenciosos – porque as noites são fantasticamente ruidosas -, quem segue pela mata, vai com a vista embotada no verde-negro das folhas; e ao deparar, de instante em instante, os fetos arborescentes emparelhando na altura com a palmeira, e as arvores de troncos retilíneos e paupérrimos de flores, tem a sensação angustiosa de um recuo às mais remotas idades, como se rompesse os recessos de uma daquelas mudas florestas carboníferas desvendadas pela visão retrospectiva dos geólogos (CUNHA, 2003, p. 35).

Os termos utilizados mostram a grandiosidade tanto em sentido positivo quanto negativo dos aspectos da flora amazônica. A impressão é de um ambiente ainda em formação. “É assim que em sua representação da Amazônia insiste na ideia de que essa é uma parte da terra ainda em formação, portanto, ainda em desordem e assim não preparada para receber a civilização” (PINTO, 2006, p. 202). E ainda não apresentava condições ideais para ocupação de povos não nativos.

“Buffon, portanto, caracteriza a Amazônia como um experimento da natureza ainda em formação, mas apresentando condições desfavoráveis ao pleno desenvolvimento das formas de vida naturais e humanas. Essas ideias se propagaram e foram em alguma medida adotadas por autores até o presente e contribuindo para cimentar as ideias mais correntes do senso comum sobre a região” (PINTO, 2006, p. 20).

Em relação à fauna, Euclides disse:

Completa-a, ainda sob esta forma antiga, a fauna singular e monstruosa, onde imperam, pela corpulência, os anfíbios, o que é ainda uma impressão paleozoica. E quem segue pelos longos rios não raro encontra as formas animais que existem, imperfeitamente, como tipos abstratos ou simples elos da escala evolutiva (CUNHA, 2003, p. 35).

Mesmo diante de tão estranha e grandiosa natureza, Euclides se vê diante de um “mundo maravilhoso”, onde fauna e flora não seguem o ritmo de maneira lógica, mas sempre surpreendem o observador em cada espaço percorrido.

Na Amazônia, Euclides depara com outro mundo. Ele, como prefaciou Arthur César Ferreira Reis (2003, p. 23), “faz geografia, faz história, faz interpretação e análise sociológica da sociedade amazônica”. Suas páginas abordam sobre toda a composição da Amazônia e apresenta também os homens que nela habitam. Ele cita os seringueiros, os caucheiros e o caboclo. Na visão global sobre a presença do homem na Amazônia, Euclides faz a seguinte análise:

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão (CUNHA, 2003, p. 34).

Apesar dessa primeira impressão desoladora, o homem conseguiu se adaptar a esse espaço desordenado. Euclides apresentou o que pode ser chamado de estudo científico da região amazônica e de seus habitantes, mas sabemos que, ao analisar as personagens, ele se fundamentou também em seus pontos de vista:

A posição do observador interfere no fenômeno observado, assim também podemos dizer que, no campo da ciências humanas, onde se encontra o estudo do poético, sendo inevitável que se fale deste lugar, é inevitável a interferência do lugar que se ocupa sobre aquilo de que se fala. Fixemo-nos pois apenas em um ponto: a liberdade que a ausência de sistema emprestaria ao analista, unida à sua prática e à sua sensibilidade, potencialmente o levariam à condição de observador ideal (COSTA LIMA 2003, p. 30).

Ninguém melhor do que Euclides para revelar a Amazônia ao Brasil, por sua experiência como engenheiro e jornalista adquirida como correspondente durante a guerra de Canudos. Lá, ele encontrou o bravo sertanejo, que na Amazônia aparece transformado em seringueiro. Isso contribuiu para representar essa personagem a partir do que já conhecia. Sobre os caucheiros - indivíduos que exploravam um tipo de látex de cor escura chamado de caucho - e os caboclos, nativos da Amazônia brasileira, sabia de leituras e não por contatos presenciais. Daí a representação de três culturas inerentes ao homem, já que “o homem é um animal simbólico” (COSTA LIMA, 2003, p. 85). Então é evidente que pertença a um tipo de cultura que o defina.

Importante entender a nova realidade da região a partir desse aspecto cultural, pois o nordestino veio para a Amazônia em busca de dias melhores para si e sua família. Não se pode também esquecer a formação cultural. Ele deixou o Nordeste, mas não a sua cultura e característica física. Queria uma forma mais tranquila para viver e esquecer o flagelo causado pela seca do sertão. “Não é para admirar que a Amazônia fosse, nos fins do século passado, uma outra Canaã para as populações flageladas do nordeste” (RABELLO, 1966, p. 238).

Euclides pode ser colocado na categoria dos principais estudiosos da região. Seus textos são fundamentais para o entendimento da Amazônia, tanto na construção de saberes sobre o homem, a fauna e a flora, quanto nas questões que estão intimamente ligadas aos aspectos sociais e culturais. Ele teve suas primeiras noções sobre a região pelas páginas de outros aventureiros e pesquisadores citados no trabalho, mas depois de sua chegada à região, ele pôde analisar com mais clareza, pois sua presença, como pesquisador *in loco*, deu mais subsídios e concretude para descrever e refletir sobre a realidade da região e de seus habitantes. Assim, não se prendeu às descrições dos seus antecessores, mas analisou a partir dessas ideias iniciais e comparou com o que vira no dia a dia na região amazônica.

1.4 A cunha de Euclides

Este tópico foi elaborado como o próprio título enfatiza, por meio de um trocadilho, o legado deixado por Euclides da Cunha para a posteridade. O termo “cunha” foi empregado com o sentido de “criação”, por isso trato nesta parte sobre os comentários de estudiosos da obra criada e deixada por Euclides da Cunha.

Euclides escreveu e deixou para o povo brasileiro seu épico livro *Os Sertões*. Ele não tinha a dimensão de quão grandiosa seria a sua obra, mas procurou se dedicar intensamente a esse trabalho. Aliás, era sua característica buscar a perfeição em tudo o que fazia. Até mesmo nos trabalhos como engenheiro, profissão pela qual não nutria muita simpatia.

De fato, Euclides deixou um legado focado em uma proposta central de brasilidade, pois por meio de seus escritos em *Os Sertões* ou sobre a Amazônia, ele revelou um país esquecido dos grandes centros desenvolvidos do país.

Quem lê Euclides da Cunha, desde o primeiro momento vê que há dois Brasis: um inclemente, e outro vítima das inclemências. Isto está patente em todos os momentos de Euclides da Cunha e talvez seja a própria proposta do livro ao dizer que, retardatários hoje, tenderão a desaparecer amanhã (HOUAISS apud GALVÃO, 2009, p.19).

Também usou com grande eloquência a linguagem para revelar as regiões marginalizadas pelo governo central. Sobre isso, é perceptível concordar que ao lermos os escritos de Euclides, estamos, de certa forma, estudando nosso próprio idioma em seus mais altos graus de complexidade e riqueza vocabular. A respeito desse trato com a linguagem, sabe-se que:

Naquele momento, os instrumentos de conhecimento da língua só podiam ser obtidos através não de obras de referência, mas de obras de literatura elas

mesmas. O que mostra que esse indivíduo, que tivera uma formação de ciências exatas muito grande, era seguramente, leitor de outras ciências, e de outras áreas, de outras ficções (HOUAISS, 2009, p. 19-20).

Essa capacidade desenvolvida por Euclides foi a ligação que ele precisava para a formação de sua grandiosa obra.

Para Houaiss (2009, p. 20), Euclides “é um ensaísta, que tem muito de ficção, no bom sentido da construção de hipóteses de trabalho, e que tem, de poeta, a apreensão da realidade que ultrapassa a sua palavra, e que é a realidade maior do Brasil.” Esses fatores talvez tenham orientado Euclides para o seu fazer científico na literatura. Aspecto muito comentado por estudiosos de sua obra. Alguns até duvidam da cientificidade de Euclides. Porém, Houaiss (2009) diz o seguinte sobre tal questão:

Nunca vi ninguém ser tão injustiçado a esse respeito quanto ele, porque, frequentemente, está-se querendo, em Euclides da Cunha, um tipo de conhecimento científico que a humanidade ainda não tinha, ao tempo em que ele escreveu o livro. De maneira que esse tipo de crítica, me parece não apenas corrosiva, mas intrinsecamente impossível! Ela não cabe, pelo simples fato de que se está querendo, é alguma coisa que as epistemes humanas ainda não haviam atingido (HOUAISS, 2009, p. 20).

A contestação do cientificismo de Euclides paira justamente na questão conceitual do que é ciência e como o indivíduo se utiliza desse bem para a humanidade. No entanto, o sentido da ciência de Euclides não se trata dessa discussão. Mas que o seu olhar e prática eram embasados por epistemologias as quais sempre teve em mãos como intelectual. Sobre isso, Franklin Oliveira (2009, p.34) opina que “o Roquete Pinto parece que foi o primeiro a chamar a atenção para isto: que Euclides seria o primeiro escritor brasileiro a criar uma obra de arte literária com bases científicas”. Seria o novo em um país que praticava:

Uma literatura de improvisação, uma literatura rala – que não é rente ao fato, não é rente à linguagem, não é rente a nada – que é um produto alienado da imaginação dos autores. A verdade é essa, portanto uma literatura cadenciada conforme o interesse pelo saber científico era, realmente, uma coisa louvável (OLIVEIRA, 2009, p.34).

Tanto em *Os Sertões*, quanto nos textos sobre a Amazônia, Euclides dá atenção especial para alguns aspectos principais em sua obra. Galotti (2009) definiu assim esses aspectos:

1) valorização da natureza;

2) valorização do sentido do social de Euclides. “Ele achava que todo o ser humano devia ser defendido do ponto de vista da sua dignidade pessoal” (GALOTTI, 2009, p. 29);

3) valorização da ação: “ Euclides sempre que produziu, produziu quando estava em ação, nele, gerava um tipo de consciência da coisas, mas principalmente quando ele estava em ação” (GALOTTI, 2009, p. 29-30).

4) valorização do fato, o racionalismo de Euclides: “Euclides era um racionalista (...) Ele, então, se dedicava ao cientificismo, ecletismo, ensaísmo: eram métodos dele para penetrar, ou para explicar os assuntos” (GALOTTI, 2009, p. 30). Sobre a valorização do fato, Galotti (2009, p. 31) faz a seguinte análise:

Bom, esta é a qualidade que acho muito importante em Euclides: o realismo crítico. E graças a esse realismo crítico de Euclides, é que nós poderemos, então, dizer que ele nos deu Os sertões, e nos deu o ciclo todo da Amazônia, porque queria entrar na essencialidade dos fatos. E por causa disso, ele é muito atual.

5) A linguagem. “A linguagem, para Euclides, era a consciência da realidade. Aquilo que ele recebia, conscientizado, ele precisava transmitir. Então revelava suas ideias, porque eram coisas que surgiam dele, como criações” (GALOTTI, 2009, p. 31).

6) O patriotismo.

A palavra exata seria nacionalismo. Para nós é o que há de especial, de maior em Euclides, que deve ser cultivado: é o respeito às origens de cada nação, o respeito às suas tradições, o respeito ao caráter nacional, e que isso seja cultivado sem ufanismo e – aqui é preciso ser bem claro – respeitando o nacionalismo de todas as nações (GALOTTI, 2009, p. 32).

Os seis aspectos demonstrados por Galotti (2009) mostram o conjunto que forma a obra de Euclides da Cunha. Apresenta os contrapontos vistos por ele ao refletir sobre o país, principalmente na questão de tratamento por parte dos governantes. Verificamos por meio de seus textos: o Brasil da riqueza (litoral) e o Brasil da pobreza (interior brasileiro). Essa oposição é também um ponto de discordância:

A sociedade do litoral podia ser uma sociedade cosmopolita, no Rio, em São Paulo, etc., mas que o resto da sociedade brasileira do litoral era tão pobre quanto a do sertão. [...] A miséria das populações rurais em nada difere da miséria, ainda hoje, das populações do litoral brasileiro, dos pescadores por exemplo (OLIVEIRA 2009, p. 33).

Essa oposição é uma forma de também observamos o posicionamento de Euclides na sociedade e na história. Como foi dito anteriormente, ele tinha apreço por fazer ciência. Estava sustentado ou fundamentado pelas teorias emergentes na Europa, como o Evolucionismo de Spencer e o Positivismo de Comte. Ambas as teorias acreditavam na possibilidade de a sociedade alcançar o progresso por meio de sistemas diferentes dos vigentes. Porém:

A ciência reacionária a que ele se agarrou. Não era exclusivamente essa, de maneira que todos os autores em que ele se abeberou fartamente sem nenhum critério, sem procurar discernir criticamente o que estava engolindo, formavam essa ciência reacionária...Ele engolia (OLIVEIRA, 2009, p. 34-35).

A respeito dessa relação com as ciências, podemos dizer que há uma espécie de contradição quando verificamos Euclides dando voz aos sertanejos e aos seringueiros. Essas correntes filosóficas eram bem recebidas pelas elites do país.

Confesso com toda a honradez que considerava o Euclides socialista por várias razões, inclusive por aquele ensaio dele ‘*Um velho problema*’. Mas um exame atento, com mais cuidado, desse ensaio, surpreende a gente. Ele se propõe, no ensaio, uma visão marxista da vida, mas no próprio ensaio toda a armadura filosófica do marxismo inexistente (OLIVEIRA, 2009, p. 36).

Observar o legado de Euclides a partir de um olhar que visualiza por outro foco é bom para futuras análises e reflexões. Isso mostra ou confirma o indivíduo contraditório. Euclides possui muitas contradições. Para Oliveira (2009, p. 37), “as contradições dele são terríveis. Ele é muito mais útil às gerações futuras que querem pensar o Brasil, justamente por suas contradições”. O mesmo autor afirma que:

O Euclides não mostra o menor apreço pelos movimentos populares do país. E trata na base de quem tem asco da Balaiada, da Cabanada.[...]O que vale para ele são os homens importantes, compreende? E em certo momento, ele chega a aplaudir o trucidamento dos participantes do que chamou ‘a breve irritação pernambucana’, que foi a revolução de 1817 (OLIVEIRA, 2009, p. 37).

Vale ressaltar a importância de uma opinião contrária àquelas que colocam Euclides em um patamar intocável por críticas de seu comportamento em questões, principalmente sociais. Pois muito se fala de ele conseguir ser a voz silenciada das pessoas que precisavam de atenção no nordeste e no norte do país. E lembrando também que Euclides não tinha a proposta marxista do socialismo proposto por Karl Marx.

Garbuglio (2009, p. 38) concorda que “pareceu fundamental na compreensão do Euclides, o fato de ele ter embarcado numa etnologia neocolonialista, que foi fabricada na Europa do fim do século passado”. E pode-se dizer também dos muitos eventos contraditórios pelos quais o Brasil passava, como: a abolição da escravatura, o fim do Império e a República não totalmente consolidada. Há quem pense que se Euclides não fosse a Canudos, talvez, continuasse pensando como faziam os republicanos do Rio de Janeiro, pois foi pensando assim que Euclides embarcou no Navio Espírito Santo rumo a Canudos. Ele disse:

Eu nunca pensei que esta noção abstrata da Pátria fosse tão ampla que, traduzindo em síntese admirável todas as nossas afeições, pudesse animar e consolar tanto aos que se afastam dos lares tranquilos, desmandando as agitações das lutas e dos perigos. Compreendo- o agora. Em breve pisaremos o solo onde a República vai dar com segurança último embate aos que a perturbam (CUNHA, 2006, p. 32).

Fica evidente o caráter republicano de Euclides. Para Pinto (2011, p. 08) “depois de Euclides, se inaugura um novo modo de perceber a história social do povo brasileiro.” No que se refere à região amazônica:

Um outro aspecto que sobressai de sua obra é o fato de que ela resulta de uma leitura cuidadosa e extensa dos autores que lhe antecederam dos autores que lhe antecederam e sobre os quais empreende um rigoroso trabalho de recuperação crítica. Mais exato será mesmo reconhecer que Euclides da Cunha é um devedor consciente desses autores e, nesse sentido, já opera em sua obra com a ideia de reconstruir o pensamento produzido sobre a região, desde que ele considera como elementos valorativos até aquilo que lhe parece como claramente científico (PINTO, 2011, p. 08).

Em geral, podemos dizer que o destino não deu a Euclides da Cunha uma vida saudável ou cheia de glórias:

Se o destino marcou a vida de Euclides da Cunha, não foi certamente para alegria alguma, mas para a tristeza – uma tristeza que acompanhou o menino órfão, tanto quanto o adolescente inquieto e o homem maduro, sempre difícil e estranho, como uma espécie de sentimento de distância do mundo, quando não de desamparo dentro da vida (RABELLO 1966, p. 03).

Esse homem triste e em desacordo com mundo, descrito na passagem acima, deixou para o país uma mensagem que não pode ser apagada da história, mensagem de fraternidade e sonho por um país mais justo. Suas metáforas ficaram eternizadas na história.

1.4.1 Autor e Autoria

A partir dos comentários acima a respeito do legado deixado por Euclides da Cunha, surgiu a ideia de criar este tópico para verificar o Euclides sob os conceitos desenvolvidos pelo filósofo Michel Foucault acerca do autor e autoria, principalmente por seu livro *Os Sertões* representar obra-prima da literatura nacional.

Em seu tempo, Foucault reconheceu que quando se faz a história de um conceito, de um gênero literário ou de um tipo de filosofia, “não se deixa de considerar tais unidades como escansões relativamente fracas, secundárias e sobrepostas em relação à primeira unidade, sólida e fundamental, que é a do autor e da obra” (FOUCAULT, 2006, p. 268). Porém, não era a isso ele almejava com seu plano de trabalho e com os resultados que encontrou.

Em 1969, quando ministrou, durante um debate na Sociedade Francesa de Filosofia, a palestra “O que é um autor?”, Foucault desejava levantar discussão sobre uma nova maneira de abordar as várias funções de autor e de autoria. O filósofo mostrou que a função autor nem sempre foi “exercida de uma maneira universal e constante em todos os discursos” (FOUCAULT, 2006, p. 276). Ao propor essa discussão, Foucault não chamou tanta atenção

quando apresentou sua arqueologia dos conceitos de autor e autoria, do que quando introduziu um conjunto de ideias como “nome do autor”, “relação de apropriação”, “apagamento do autor”, “obra” e “retorno à origem”.

Por isso, considero importante, neste trabalho, apresentar, em linhas gerais, o que Foucault falou sobre esses conceitos; e também tentar mostrar as aproximações e tensões entre as ideias foucaultianas sobre autor e autoria e os postulados de outros autores, como: Barthes e Bakhtin; e, assim, tentar aplicar algumas das ideias de Foucault sobre autor e autoria a este caso particular chamado Euclides da Cunha.

1.4.1.1 Autor e autoria: o “plano de trabalho” de Foucault

A primeira ideia sobre autor e autoria trazida por Foucault e apresentada diante da Sociedade Francesa de Filosofia diz respeito ao apagamento do autor ou ao caráter de morte da escrita. A partir de uma frase de Beckett: “que importa quem fala”, Foucault procurou mostrar que um dos princípios, podemos dizer, éticos da escrita contemporânea é o apagamento voluntário, prática que não chega a prejudicar a escrita no resultado final, mas chega a dominá-la. Devemos entender que o autor procura se afastar o máximo possível daquilo que escreve, apagando ou dissimulando as suas características individuais, seja para transformar o seu trabalho em um universo ficcional, ou para a criar um plurilinguismo, o que faz o trabalho do autor se transformar em vozes diversas e multiformes. Como afirma Foucault:

Essa regra é bastante conhecida para que seja necessário analisá-la longamente; basta aqui especificá-la através de dois de seus grandes temas. Pode-se dizer, inicialmente, que a escrita de hoje se libertou do tema da expressão: ela se basta a si mesma, e, por consequência, não está obrigada à forma da interioridade; ela se identifica com sua própria exterioridade desdobrada (FOUCAULT, 2006, p. 268).

Assim ele afirma que o sujeito que escreve, a partir do momento que entrega o seu texto, não para de desaparecer e possui parentesco com a morte. Em outras palavras, ao procurar desfazer toda as características de sua individualidade particular, o escritor faz o papel de morto no jogo da escrita e a sua marca passa a ser apenas a singularidade de sua ausência.

Há algumas noções podem tentar bloquear a certeza da desaparecimento ou apagamento do autor. Uma dessas situações específicas, e talvez uma das exceções a essa regra, seria o caso de alguns criadores de discursividade, onde a criação fica tão ligada ao nome do sujeito que é

quase impossível desvinculá-los. Por exemplo, Foucault citou o caso da romancista gótica inglesa Ann Radcliffe, em que o uso da técnica do sobrenatural em seus romances ajudou a instaurar e solidificar o sucesso dos romances de terror ou gótico, o que fez dela a autora mais lida e divulgada em sua época.

Acerca da discussão sobre os criadores de discursividade, Foucault apresentou a ideia de “retorno à origem”, que ele diferenciou do fenômeno das descobertas e das atualizações:

Por outro lado, esse retorno se dirige ao que está presente no texto, mais precisamente, retorna-se ao próprio texto, ao texto em sua nudez e, ao mesmo tempo, no entanto, retorna-se ao que está marcado pelo vazio, pela ausência, pela lacuna no texto. Retorna-se a um certo vazio que o esquecimento evitou ou mascarou, que recobriu com uma falsa ou má plenitude e o retorno deve redescobrir essa lacuna e essa falta; daí o perpétuo jogo que caracteriza esses retornos à instauração discursiva – jogo que consiste em dizer por um lado: isso aí estava, bastaria ler, tudo se encontra aí, seria preciso que os olhos estivessem bem fechados e os ouvidos bem tapados para que ele não seja visto nem ouvido; e, inversamente: não, não está nesta palavra aqui, nem naquela palavra ali, nenhuma das palavras visíveis e legíveis diz do que se trata agora, trata-se antes do que é dito através das palavras, em seu espaçamento, na distância que as separa (FOUCAULT, 2006, p. 285).

Esses fundadores se tornaram não somente os autores de um livro, de um discurso, de um romance, mas também os autores de toda uma obra, de uma discursividade, de uma abordagem ou cosmovisão. Percebe-se que é exatamente porque um texto pertence a tal autor que é necessário retornar a ele (autor).

Com isso, podemos entender o que Foucault quer dizer quando introduz a ideia do nome de um autor. O nome de um autor, para ele, é uma descrição:

O nome do autor é um nome próprio; ele apresenta os mesmos problemas que ele. (Refiro-me aqui, entre diferentes análises, às de Searle) Não é possível fazer do nome próprio, evidentemente, uma referência pura e simples. O nome próprio (e, da mesma forma, o nome do autor) tem outras funções além das indicativas. Ele é mais do que uma indicação, um gesto, um dedo apontado para alguém; em uma certa medida, é o equivalente a uma descrição (FOUCAULT, 2006, p. 272).

Dessa forma, quando empregamos o nome de um autor, como o de Aristóteles, como o próprio filósofo citou, uma série de descrições ou características definidas são levantadas com ele: seja como o autor da *Retórica*, da *Metafísica*, ou ainda o fundador da *Ontologia*. O mesmo poderia ser dito a respeito, por exemplo, de Descartes: autor do *Discurso sobre o método*, ou ainda o criador do racionalismo. Em outras palavras, o nome de um autor é um nome próprio, mas há uma ligação específica entre ele e aquilo que ele nomeia.

Para Foucault, o autor nem sempre foi o proprietário de seu texto, o produtor ou o inventor dele. Ao realizar a arqueologia dessa mudança, ele verifica que o “quiasma” é encontrado no século XVIII, momento em que os discursos e textos ganharam propriedade e ganharam um estatuto jurídico:

O discurso, em nossa cultura (e, sem dúvida, em muitas outras), não era originalmente um produto, uma coisa, um bem; era essencialmente um ato – um ato que estava colocado no campo bipolar do sagrado e do profano, do lícito e do ilícito, do religioso e do blasfemo. Ele foi historicamente um gesto carregado de riscos antes de ser um bem extraído de um circuito de propriedades. E quando se instaurou um regime de propriedade para os textos, quando se editoram regras estritas sobre os direitos do autor, sobre as relações autores-editores, sobre os direitos de reprodução etc. – ou seja, no fim do século XVIII e no início do século XIX –, é nesse momento em que a possibilidade de transgressão que pertencia ao ato de escrever adquiriu cada vez mais o aspecto de um imperativo próprio da literatura. Como se o autor, a partir do momento em que foi colocado no sistema de propriedade que caracteriza nossa sociedade, compensasse o status que ele recebia, reencontrando assim o velho campo bipolar do discurso (FOUCAULT, 2006, p. 275).

É possível observar, pelas palavras de Foucault, que a apropriação de textos e discursos aconteceu quando se passou a editar regras rigorosas sobre os direitos do autor, sobre a relação deles com os editores e sobre os direitos de produção. A verdade é que ao colocar o autor em um sistema de propriedade dentro da sociedade, criava-se também mecanismos de punição.

1.4.1.2 Autor e autoria: aproximações e tensões entre autores

Com a ideia de Foucault sobre autor e autoria, alguns teóricos, antes e também depois dele, levantaram discussões promovendo aproximações ou gerando tensões. O crítico russo Bakhtin, já antes falara e fizera considerações sobre o assunto, na obra *Estética da criação verbal*, especialmente em seu primeiro capítulo, intitulado “O autor e a personagem”.

Bakhtin tocou em pontos, por exemplo, como a função do autor, os diferentes “eus” e a importância de não se confundir “autor-criador” e “autor-pessoa”; a diferença é que enquanto o “autor-pessoa” é um componente da vida, o “autor-criador” é um elemento da obra. Na verdade, o autor-criador é o que sofre o fenômeno da exotopia, devendo “tornar-se outro em relação a si mesmo” (BAKHTIN, 2003, p. 13). Essa relação dinâmica entre autor-criador e a sua personagem é dinamicamente mais de morte do que de vida, o que dialoga com os conceitos foucaultianos de desaparecimento ou o caráter de morte da escrita. “O autor vivencia a vida da personagem em categorias axiológicas inteiramente diversas daquelas em que vivencia sua própria vida e a vida de outras pessoas” (BAKHTIN, 2003, p. 13).

Como a exotopia é o princípio que ajuda o autor-criador a dar acabamento à imagem externa de sua personagem, ou seja, um ponto de vista que é externo e ao mesmo tempo inacessível à personagem, é preciso inserir o lugar e a importância que toma nessa dinâmica outro conceito bakhtiniano: o plurilinguismo. Visto que, um dos elementos de acabamento dado pelo autor-criador à personagem se resume justamente na materialização dos socioletos

e dos discursos ideológicos, nos discursos das diferentes personagens, fato que manifesta a multiformidade social e linguística. Segundo Flory, isso é atingido:

Abrangendo graus diversos de independência literária e semântica, podendo refratar as intenções do autor e servindo-lhe, até certo ponto, de segunda linguagem. Assim as falas das personagens, abrangendo diversos graus de independência literária, semântica e com uma perspectiva própria, constituem falas de outros na linguagem do narrador, estratificando-se em gêneros, profissões, sociedade e, num sentido mais restrito, visões de mundo, individualidades e orientações. A pluridiscursividade revela-se nos dialetos caracterizadores dos diversos locutores da diegese ficcional, penetrando no romance, ordenando-se aí de um modo especial e constituindo um sistema literário original, que rege o tema intencional do autor (FLORY, 1997, p. 40).

Roland Barthes é outro autor que dialoga com os postulados foucaultianos sobre autor e autoria. Uma das razões para isso é que eles pertenciam à mesma escola, estruturalista e pós-estruturalista, ao lado de Lévi-Straus, Althusser, Todorov, Kristeva e Greimas.

De acordo com Barthes, Mallarmé foi o primeiro a observar o fenômeno do plurilinguismo, por meio da “necessidade de colocar a própria língua no lugar daquele que dela era até então considerado proprietário; para ele, como para nós, é a linguagem que fala, não o autor” (BARTHES, 1988, p. 67).

A mesma ideia de morte da escrita é discutido por Barthes em *A morte do autor*, quando também vê a dificuldade de se apontar de quem é a voz que escreve. Ao analisar a novela *Sarrasine*, de Balzac, ele levanta as seguintes questões:

Quem fala assim? É o herói da novela, interessado em ignorar o castrado que se esconde sob a mulher? É o indivíduo Balzac, dotado, por sua experiência pessoal, de uma filosofia da mulher? É o autor Balzac, professando ideias "literárias" sobre a mulher? É a sabedoria universal? A psicologia romântica? Jamais será possível saber, pela simples razão que a escritura é a destruição de toda voz, de toda origem. A escritura é esse neutro, esse composto, esse oblíquo aonde foge o nosso sujeito, o branco-e-preto onde vem se perder toda identidade, a começar pela do corpo que escreve (BARTHES, 1988, p. 66).

Para Barthes e Foucault, desde que a escrita começa, o autor entra na sua própria morte, pois é produzido um desligamento desde que um fato é contado. E isso é necessário para que gere um esquecimento, aos moldes do esquecimento de que a Análise do Discurso fala, e sejam possíveis os “retornos à origem” de que falou Foucault. Esse fato abre caminhos para a ocorrência da intertextualidade, pois quem escreve pensa que está sendo original, mas na verdade, é, pode-se dizer, regado por outros discursos, bebeu em outras fontes, algumas delas até mesmo já esquecidas. Por isso, Samoyault (2008, p.47) afirma que a literatura se “exprime movimentando sua memória e a inscrevendo nos textos por meio de um certo número de procedimentos de retomadas, de lembranças e de re-escrituras, cujo trabalho faz aparecer o intertexto”.

Então, de acordo com Barthes, os direitos de produção também se devem à descoberta do prestígio do indivíduo: “o autor é uma personagem moderna, produzida sem dúvida por nossa sociedade na medida em que, ao sair da Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma, ela descobriu o prestígio do indivíduo” (BARTHES, 1988, p. 67).

1.4.1.3 Autor e autoria: o caso de Euclides da Cunha

Ao discutir, em linhas gerais, os conceitos foucaultianos de autor e autoria, procuramos tecer considerações em torno do nome de Euclides para mostrar que Foucault, ao fazer a sua arqueologia em torno do tema, estava falando de um ponto específico ao longo da história, que é o caráter de apagamento voluntário da escrita contemporânea. Como foi muito bem colocado por ele, “pode-se dizer, inicialmente, que a escrita de hoje se libertou do tema da expressão: ela se basta a si mesma” (FOUCAULT, 2006, p. 268).

No caso particular de Euclides da Cunha, vejo que esse apagamento é bloqueado porque ele não narra somente a respeito de heróis ou vilões (como nas epopeias gregas, por exemplo) no sertão baiano de Canudos ou da região amazônica, mas ele mesmo se insere nesses universos como uma personagem. Vale lembrar que, em *Os Sertões* ou “textos amazônicos”, é Euclides quem fala ao passar por essas regiões tanto como correspondente de guerra e quanto como representante do governo brasileiro. Com certeza ele tinha diante de si uma espécie de matéria da história do presente, assim como a do passado, e se colocou dentro daqueles universos.

Por outro lado, enquanto Foucault comenta que em algumas epopeias gregas a autoria era desconhecida, podemos dizer que *Os Sertões*, que é um marco na Literatura Brasileira, e os textos que se referem à Amazônia, possuem autoria e muitas vezes se tornam sinônimas do próprio autor. Especialmente *Os Sertões*, pela grandeza representativa para o país, fala por si só, assim, como Schelling tratou a obra *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, “está tão inteiramente fechada em si mesma que a teoria abstraída de formas mais particulares é totalmente insuficiente para ela, que, como um mundo próprio, exige também sua própria teoria” (SCHELLING, 1984, p. 61).

Em relação a Euclides não é somente esse aspecto que parece bloquear a desaparecimento do autor ou a morte de sua escrita. A favor de Euclides pesa também o fato de ele, em seu textos, ser um criador ou fundador de discursividade. A esse tipo de criador, como ressaltou

Foucault, a sua criação se atrela de tal maneira ao seu nome que é quase impossível desvinculá-los. Ou seja, Euclides não foi somente o criador de uma arquitetura literária incrível, mas um nome que descreve uma obra e um universo.

Quando o nome de Euclides é enunciado, por exemplo, surgem ideias como a de: o escritor de *Os Sertões*; o porta-voz dos sertanejos; o profeta, chamado por José Veríssimo. Por fim, ao comentar sobre os conceitos de autor-criador e autor-pessoa, Bakhtin toca na exotopia, ou seja, na forma como o autor molda ou dá acabamento a suas personagens, tornando-se outro em relação a si mesmo, em cuja dinâmica o plurilinguismo desempenha importante papel. Os elementos escolhidos por Euclides enfeitam com realidade seus personagens de uma tal maneira que eles que são visualizados tal como estavam no mundo, como podemos ver nos seus discursos ideológicos e linguagem, em grande parte metafórica.

Portanto as considerações de Foucault sobre autor e autoria contribuíram para a compreensão do papel da escrita contemporânea. Seus postulados dialogam em especial com Barthes, o qual falou que a linguística acabara de fornecer argumentos analíticos para a “destruição do autor”.

As contribuições sobre a escrita contemporânea são inegavelmente importantes e podem contrastar com outras formas de a crítica literária abordar o fenômeno do autor e da autoria. Importante ressaltar que, quando se trata de destruição do autor ou dizer que linguisticamente o autor nada mais é senão aquele que escreve, algumas questões podem surgir: por que nem todos são um Homero, um Cícero, um Virgílio, um Dante, um Camões, um Cervantes, um Goethe ? Outra: se o que a linguagem conhece é apenas um sujeito, e não uma pessoa, por que nem todo sujeito pode ser um Machado, Allan Poe, Saramago ou Vargas Llosa ou Euclides da Cunha?

Penso que diante da pergunta de Beckett “Que importa quem fala”? Talvez, importa sim, apontar quem fala, neste caso: Euclides da Cunha.

2 A METÁFORA COMO FORMA DE REPRESENTAÇÃO DO MUNDO

De acordo com Sardinha (2007, p.17), a metáfora “ocupou a humanidade por 2.500 anos”. Assim entendemos que a metáfora possui uma história e estará sempre criando novas possibilidades de ser analisada, pois “muito já se escreveu sobre ela e, certamente, muito ainda se escreverá” (GUEDELHA, 2013, p. 94).

Para este estudo, priorizei três abordagens dos estudos de metáfora: a abordagem clássica, iniciada por Aristóteles; a abordagem interacionista, idealizada por I. A. Richards e Max Black; e a abordagem cognitiva (conceptual), com enfoque nos estudos de Lakoff e Johnson (2002), pois entendo que os fenômenos metafóricos podem ser analisados a partir de uma dessas três formas de pensar a metáfora. Procuo aplicar as reflexões sobre as metáforas clássica, interacionista e conceptual à análise das metáforas criadas por Euclides da Cunha tipos humanos da Amazônia, no que diz respeito aos seringais. E sigo os passos desenvolvidos por Guedelha (2013) ao defender a tese de que a metáfora foi o recurso encontrado por Euclides da Cunha para resolver os problemas fronteiriços da realidade e da ciência com a ficção.

2.1 A metáfora Clássica

Para entendermos o conceito de metáfora clássica, é necessário que retomemos os estudos de Aristóteles, do século IV a.C., desenvolvidos no livro *Poética*, no qual Aristóteles conceitua que a metáfora “é a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por via de analogia” (ARISTÓTELES, 1969, p. 332).

O pioneirismo de Aristóteles nos estudos sobre a metáfora está centrado em uma base nuclear:

Ele concebe a metáfora em duas funções distintas, mas aproximadas: na arte poética e na arte retórica. Na retórica, a metáfora funciona como instrumento para a construção de argumentos persuasivos; na poética, é utilizada como meio de produção do conhecimento através da imitação artística (GUEDELHA 2013, p. 99-100).

Ou seja, a metáfora se oferece como recurso tanto ao orador, que discursa e busca o convencimento, quanto ao poeta, que se compraz na criatividade linguística.

Sardinha (2007), comentando a concepção de Aristóteles sobre o fenômeno metafórico, destaca um tipo de metáfora entre os citados pelo filósofo. Somente a analogia se

enquadra nas definições do que conhecemos por metáfora nos dias de hoje. “Um exemplo de Aristóteles é: ‘a velhice é a tarde da vida’. Aqui há a comparação da velhice com um período do dia, que são duas coisas diferentes” (SARDINHA, 2007, p. 20). São duas entidades díspares que são postas em associação, a fim de gerar um conhecimento.

Para Aristóteles, as metáforas são extremamente importantes no processo de comunicação, pois elas possuem dinamicidade. Não funcionam isoladamente. Por isso, as metáforas não devem ser utilizadas de qualquer forma, mas devem ser muito bem empregadas, ou seja, o artista deveria conhecer e saber metaforizar para encontrar o sentido análogo adequado. A metáfora “não deve ser tomada de longe – pois em tal caso seria difícil de apreender –; nem ser de interpretação que salte à vista – pois deixaria de causar impressão” (ARISTÓTELES, 6, p. 195). Causar impressão ou chamar a atenção faz parte da natureza da metáfora, mas o hermetismo deve ser evitado.

Por seu caráter, a metáfora, em Aristóteles, “exige do ouvinte ou leitor um trabalho mental para encontrar o ponto em comum entre as entidades presentes na metáfora” (SARDINHA, 2007, p. 21). Por essa exigência, a metáfora era tida como uma unidade de referência em que os sentidos eram dados pelos deslocamentos de sentidos de uma palavra à outra. Observe-se, quanto a essa questão, a metáfora (1), de Euclides da Cunha¹:

(1) “(A Amazônia) é, sem dúvida, o maior quadro da terra” (CUNHA, 2003, p. 34).

Nessa metáfora, ele se utilizou da ideia de movimento e transposição sugerida por Aristóteles. Nas palavras de Guedelha (2013, p. 102), “o sentido de ‘quadro’ foi transferido para o de ‘Amazônia’, gerando uma associação entre a realidade da região e a realidade das artes plásticas”. E por isso, o leitor se obriga a realizar o trabalho mental de resolver a questão da associação feita entre a região amazônica e um grande quadro feito por algum artista plástico.

Ricoeur (2000, p. 25), ao analisar os trabalhos de Aristóteles, diz que a “definição da metáfora é o nome”. Para ele, a metáfora “se uniu doravante à poética e à retórica, não em termos de discurso, mas em termos de um segmento do discurso, o nome”. Essa definição é importante, pois ela vê limites na posse de sentidos. Mesmo que alguns exemplos de Aristóteles tentem levar o sentido para o nível da frase, é na unidade que sua proposta está

¹ A enumeração das metáforas de Euclides da Cunha, neste trabalho, segue as conveniências metodológicas desta dissertação, não tendo sido numeradas por Euclides.

baseada. Ricoeur (2000) vê ainda na metáfora, em Aristóteles, quatro traços constituintes, que são:

Primeiro traço: A metáfora é algo que acontece ao nome.

Segundo traço: A metáfora é definida em termos de movimento.

Terceiro traço: A metáfora é a transposição de um nome que Aristóteles denomina estranho.

Quarto traço: Uma tipologia da metáfora é esboçada na continuidade da definição.

Os quatro traços identificados por Ricoeur (2000) servem para posicionar a metáfora em um novo ponto de vista a partir das seguintes definições: 1) a metáfora é um empréstimo; 2) que o sentido emprestado opõe-se ao sentido próprio, isto é, pertencente originariamente a certas palavras; 3) que se recorre a metáforas para preencher um vazio semântico; 4) que a palavra emprestada toma o lugar da palavra própria ausente se esta existe (RICOEUR, 2000, p. 31). Essas definições podem ser exemplificadas com a metáfora (2), na qual Euclides se refere à situação do migrante que, chegando à Amazônia, em pouco tempo é acometido pelo impaludismo (malária), que quase o leva à morte:

(2) “(...) a vida desperta-se-lhe de golpe, **naquela cotovelada da morte** que passou por perto” (CUNHA, 2003, p. 80 – negrito meu).

Alocando as definições em (2), temos que:

a) Houve um empréstimo da expressão cotovelada da morte para a construção da metáfora;

b) Essa expressão tomada de empréstimo opõe-se ao sentido próprio de “impaludismo”, porque o substitui;

c) A metáfora em questão preenche um vazio semântico, uma vez que só ela pode dizer exatamente o que diz e como diz;

d) A “cotovelada da morte” toma o lugar de “impaludismo”, que é a doença mortal que serve de referente à expressão.

Ricoeur acredita que há uma contradição no percurso histórico do estudo da metáfora. Para ele, a metáfora chegou até os dias de hoje por meio de uma disciplina morta: a retórica. Ele coloca a seguinte questão: “o retorno dos modernos ao problema da metáfora não os teria conduzido à vã ambição de fazer a *Retórica* renascer de suas cinzas?” (RICOEUR, 2000, p. 17) A questão levantada é pertinente e leva à origem histórica da problemática, ou seja, é

necessário buscar em Aristóteles o conhecimento sobre a disciplina citada, pois foi o filósofo grego quem primeiro refletiu de maneira filosófica sobre a Retórica:

A retórica de Aristóteles abrange três campos: uma teoria da argumentação, que constitui seu eixo principal e fornece ao mesmo tempo o nó de sua articulação com a lógica demonstrativa e com a filosofia (essa teoria da argumentação abrange por si só dois terços do tratado), uma teoria da elocução e uma teoria da composição do discurso (RICOEUR, 2000, p. 17-18).

Estão presentes três campos de abrangência da retórica, no entanto, ela ficou restrita à teoria da elocução e à teoria dos tropos. Ricoeur (2000) acredita que essa restrição foi fundamental para o falecimento da retórica, enquanto disciplina. Ele diz que

Uma das causas da morte da retórica está aí: ao reduzir-se a uma de suas partes, a retórica perdeu ao mesmo tempo o *nexus* que a vinculava à filosofia por meio da dialética; perdida essa ligação, tornou-se a retórica uma disciplina errática e fútil. A retórica morreu quando o gosto de classificar as figuras excedeu inteiramente o sentido filosófico que animava o vasto império retórico, que mantinha unidas suas partes e vinculava o todo ao *Organon* e à filosofia primeira (RICOEUR, 2000, p. 18).

Ricoeur ainda propõe três hipóteses para a interpretação da metáfora, elas se enquadram da seguinte forma:

a) Em toda metáfora, deve-se considerar não somente a palavra ou *o nome* único, cujo sentido é deslocado, mas *o par* de termos ou o par de relações, entre os quais a transposição opera: do gênero à espécie, da espécie ao gênero, da espécie à espécie, do segundo termo ao quarto termo de uma relação de proporcionalidade e reciprocamente;

b) A ideia de transgressão categorial, compreendida como desvio em relação a uma ordem lógica já constituída, como desordem na classificação. Essa transgressão somente interessa porque produz sentidos.

c) Ela aponta para a ideia de transgressão categorial. A metáfora gera uma nova ordem produzindo desvios de uma ordem anterior.

Pelas hipóteses citadas acima, é possível deduzir que, no pensamento de Ricoeur, Aristóteles desenvolveu suas ideias sobre a metáfora baseado em três conceitos fundamentais: o desvio, o empréstimo e a substituição. Assim, o funcionamento da metáfora se faz como um tipo de desvio do uso habitual da palavra, ou seja, funciona como empréstimo de sentido, podemos dizer, uma forma de substituição de palavra que se encontra ausente por outra que carrega o sentido metafórico.

Nesse caso, Aristóteles vê a metáfora a partir das relações de semelhanças que as palavras possuem. Então para utilizar uma palavra no lugar de outra, é necessário considerar o

desvio como empréstimo semântico ou como substituição. Nesse sentido, a metáfora é semelhante a uma imagem. Aristóteles conseguiu perceber tal semelhança quando afirma:

A imagem é igualmente uma metáfora; entre uma e outra a diferença é pequena. [...] Podemos empregar todas estas expressões quer como imagens, quer como metáforas. Todas as que saborearmos como metáforas servirão também manifestamente como imagens e as imagens, por sua vez, serão metáforas a que não falta senão uma palavra (Aristóteles, 1969, p. 201).

Para Ricoeur, a ideia de Aristóteles, de tratar a metáfora como figura, abre precedentes para futuras investigações, pois o seu funcionamento no campo figurativo continua nos limites das palavras. Porém, quando se assemelha ou se aproxima do conceito de imagem, ela consegue atingir outra fronteira. A fronteira do pensamento, pois “a figura pode ser indiferentemente referida à palavra, à frase ou aos traços do discurso que exprimem o movimento do sentimento e da paixão” (RICOEUR, 2000, p. 89). Vale ressaltar que é uma abertura para questões futuras, já que a metáfora continua no nível da palavra, mesmo sendo figura.

[...] a definição real de metáfora em termos de enunciado não pode eliminar a definição nominal em termos de palavra ou de nome, na medida em que a palavra continua a ser a portadora do efeito de sentido metafórico; é da palavra que se diz tomar um sentido metafórico; eis por que a definição de Aristóteles não é abolida por uma teoria que não se refere mais ao lugar da metáfora no discurso, mas ao próprio processo metafórico (RICOEUR, 2000, p. 108).

Em estudos posteriores a Aristóteles, a metáfora perde seu caráter inicial e é dividida em várias figuras de linguagem, recebeu classificações, como: alegoria, antítese, eufemismo, hipérbole, ironia, metonímia, prosopopeia, etc. Essas classificações persistem nos dias de hoje com a ideia de que todas essas figuras “são importantes, cada uma a seu modo” (SARDINHA, 2007, p. 23). Tal caráter figurativo torna a metáfora apenas como um recurso para ornamentar, embelezar os textos ou caracterizar o estilo dos poetas. E todas as chamadas figuras de pensamento não passariam de variações da metáfora, questão já apontada por Aristóteles, quando se refere, por exemplo, à comparação e à personificação como sendo tipos de metáforas.

Guedelha (2013, p. 130-131) lembra que Vianu, a esse respeito, “ressalta a função estética da metáfora, a qual, segundo ele, engloba quatro outras subfunções, discriminadas conforme a tabela a seguir, que são acionadas por suas múltiplas ‘figuras’”. E elabora o quadro que segue para exemplificar essa função estética e suas subfunções:

	Subfunções	Descrição	Figuras que acionam a função
Função estética da metáfora	Sensibilizadora	“Modo de se escrever com graça e urbanidade” (Aristóteles, Retórica III-X).	metáfora e comparação
	Dissimuladora	Torneio de palavras que facilita a expressão de um modo subjetivo de sentir a realidade.	eufemismo, antonomásia e ironia
	Potenciadora	Intensificação das impressões pelo exagero das expressões.	hipérbole e personificação
	Unificadora	Captação da unidade que jaz no fundo das coisas, apesar de suas distinções de superfície.	Sinestesia e paradoxo

Quadro 1 – função estética da metáfora e suas subfunções

Fonte: Guedelha (2013)

Observada por esse ângulo, a metáfora é **sensibilizadora** porque possibilita ao autor “impressionar seus interlocutores, de forma a granjear-lhes a admiração pela engenhosidade das frases e imagens forjadas de forma admirável”; é **dissimuladora** porque possibilita uma expressão que encobre “outras expressões consideradas chocantes, grosseiras ou tabuizadas socialmente. Por esse viés, prestava-se para evitar a exteriorização de sentimentos, emoções ou verdades que não se queria ou não se podia proferir”; é **potenciadora** porque procura “dar uma impressão mais intensiva do que a linguagem ordinária. Esse recurso à intensificação

linguística e ao exagero visava mostrar o pensamento melhor e mais claramente”; e, por fim, é **unificadora** porque entrelaça “duas ideias numa só expressão, ao associar dois termos oriundos de realidades díspares” (GUEDELHA, 2013, p.131).

Na primeira metade do século 20, a metáfora entra em decadência devido ao surgimento do lógico-positivismo, mas passado esse momento de euforia pelo lógico-positivismo, o interesse pela metáfora volta a crescer. E outras teorias surgiram, como os postulados de I. A. Richards, Max Black e Lakoff e Johnson.

2.2 Metáfora interacionista

Na abordagem interacionista da metáfora surgem dois nomes em destaque:

Parece haver relativo consenso, entre os estudiosos da área, que a abordagem interacionista da metáfora, que representou uma ruptura com a visão retórica, teve como precursor o pesquisador britânico Ivor Alexandre Richards, e como uma das figuras mais representativas dessa tendência o filósofo Max Black (GUEDELHA, 2013, 136).

Richards entendeu que “a matéria-prima da metáfora são conceitos, e não palavras” (MOURA, 2008, p. 182). Com isso, ele abriu uma nova maneira de se estudar a metáfora. “Criou vários termos usados até hoje para descrever a metáfora: Tópico (topic) ou Teor (tenor), Veículo (Vehicle) e Base (Ground), além do conceito de tensão (tension), que é central em importantes arcabouços teóricos” (SARDINHA, 2007, p. 27).

No exemplo “Julieta é o sol”, Sardinha esclarece o entendimento de Richards da seguinte forma: Tópico é a porção não-metafórica de uma expressão metafórica. *Julieta é o Tópico*; Veículo é a porção metafórica. *O sol é o veículo*; Base é a relação entre tópico e veículo. Assim, o *Veículo sol* indica que nos referimos ao *Tópico Julieta* como tendo beleza, calor, vida, etc.; e Tensão refere-se à incompatibilidade entre o Tópico e o Veículo, quando interpretados literalmente.

Isso quer dizer que os sentidos ligados pela interação entre Julieta e Sol só podem ser entendidos metaforicamente, pois em sentido literal causaria problema já que Julieta é uma pessoa e sol um corpo celeste.

Em sua análise, Guedelha (2013) exemplifica a questão com a seguinte metáfora de Euclides:

(3) “(...) Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com **aqueles fardos agitantes consignados à morte**. Mandavam-nos para a Amazônia” (CUNHA, 2003, p. 85 – grifo do autor).

Trata-se de uma referência às embarcações que partiam do Nordeste em direção à Amazônia, conduzindo os sertanejos agenciados para o trabalho nos seringais. A metáfora em questão pode ser desmembrada no quadro que segue:

TERMO	EM QUE CONSISTE	EXEMPLO
Tópico (Topic)	Elemento ao qual o Veículo faz referência; parte não metafórica, literal.	Sertanejos.
Veículo (Vehicle)	Elemento que faz referência ao Tópico; parte metafórica na expressão.	Fardos agitantes consignados à morte.
Base (Ground)	Entrelaçamento forjado entre o Tópico e o Veículo	O Veículo “fardos agitantes consignados à morte” indica que me refiro ao Tópico “sertanejos” como sendo miseráveis, famintos, sem perspectivas etc.
Tensão (Tension)	Aponta para a incompatibilidade entre o Tópico e o Veículo	Sertanejos são pessoas e fardos são volumes de carga. Ao igualar os dois termos, Euclides gerou uma tensão que só pode ser solucionada por meio de uma interpretação metafórica.

Quadro 2 – Exemplificação da abordagem interacionista da metáfora.
Fonte: Guedelha (2013).

Os conceitos desenvolvidos por Richards foram importantes para o desenvolvimento da metáfora, pois proporcionaram o surgimento de novas teorias, como a desenvolvida por Max Black, que apresenta três abordagens: *teoria da substituição*, em que uma metáfora substitui um termo literal por outro figurado; *teoria da comparação* em que uma metáfora é uma comparação implícita; e *teoria da interação*, em que a metáfora possui um sentido novo que advém da interação entre o tópico e o veículo da metáfora. Black deixa claro a sua opção por esta última forma de ver a metáfora, ou seja, a teoria da interação. O quadro a seguir mostra um paralelo entre as três teorias:

Metáfora: O homem é um lobo		
Teoria da substituição	Teoria da comparação	Teoria da interação
Não há ganho de sentido. Apenas um termo é substituído por outro. <i>Feroz por lobo.</i>	A metáfora se daria por meio da busca de similaridades entre os termos comparados, ou seja, <i>o homem é como um lobo em certos aspectos.</i>	Um novo sentido surgiria da interação entre <i>o homem</i> e <i>o lobo</i>

Quadro 3 – exemplificação da abordagem de Max Black
Fonte: Sardinha (2007)

Verifica-se que a metáfora se desenvolveu no sentido de ampliar o seu alcance, pois em Aristóteles, ela estava ligada somente no corpus da linguagem. Já a abordagem interacionista propõe que “a metáfora associa dois domínios diferentes e projeta um terceiro sentido, que se origina da interação entre os dois domínios associados” (GUEDELHA, 2013, p. 139). Em outras palavras, a metáfora passa a ter valor cognitivo, estando situada, portanto, além da linguagem.

Pelo quadro apresentado, fica evidente que “a interpretação seria resultado da criação de um sentido novo a partir da interação entre os conceitos *homem* e *lobo*. O lobo pode vir a ser uma pessoa má, enquanto as pessoas que são atacadas podem ser ‘cordeirinhos’ ou outro animal indefeso” (SARDINHA, 2007, p. 30). O que ocorre nessa metáfora não é a mera substituição lexical ou a simples comparação por proximidade, mas coloca o entendimento da metáfora no campo do pensamento também.

Nesse sentido, a metáfora também é produtora de conhecimento na medida em que o leitor mobiliza outros elementos para chegar ao sentido. Com isso, Black sustenta a hipótese de que as metáforas servem para preencher lacunas de palavras do sentido literal, como afirma Guedelha (2013, p. 143): “a escolha das palavras, a imagem utilizada, tudo está de acordo com a realidade que ele quer expressar naquele momento”.

2.3 Metáfora conceptual

No final da década de 1980, George Lakoff e Marx Johnson publicaram o livro *Metaphors We Live By*, em que estavam suas pesquisas sobre a teoria da metáfora conceptual. Uma possível tradução do título para o português seria “metáforas pelas quais vivemos”, mas a versão brasileira, datada de 2002, intitula-se “Metáforas da vida cotidiana”. Sardinha (2007), ao falar sobre o livro, diz:

O título da obra já deixa claro o ponto principal da teoria: vivemos de acordo com as metáforas que existem na nossa cultura; praticamente não temos escolha: se quisermos fazer parte da sociedade, interagir, entender o mundo etc., precisamos obedecer ('live by') às metáforas que nossa cultura nos coloca à disposição (SARDINHA (2007, p. 30).

As ideias desenvolvidas por Lakoff e Johnson (2002) romperam com toda a tradição até então enraizada sobre a maneira de pensar a metáfora. De acordo com eles, a maioria das pessoas acredita que a metáfora é “um recurso da imaginação poética e um ornamento retórico – é mais uma questão de linguagem extraordinária do que de linguagem ordinária” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 45). Ao pensar dessa forma, cria-se um limite para a metáfora, pois ela se torna como dizem os autores, “mais uma questão de palavras do que de pensamento ou ação”. Por serem entendidas desse ponto de vista, as metáforas estão fora da vida das pessoas.

Lakoff e Johnson (2002) defendem o contrário. Para eles as metáforas fazem parte do nosso cotidiano e estão mais fortemente enraizadas em nossa cultura, por isso é necessário que estejamos preparados para dispormos das metáforas que a cultura nos impõe, ou seja, “a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 450).

O nosso sistema conceptual direciona o sentido das metáforas. “Elas são um dos nossos principais veículos para a compreensão” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 261). Os teóricos argumentam que a maior parte do nosso sistema metafórico possui uma estrutura e esse sistema é compreendido por meio de outros conceitos adquiridos por vivências físicas ou não, pois “nós habitualmente conceptualizamos experiências não físicas – ou seja, conceptualizamos algo que não é claramente delineado em termos de algo que é mais claramente delineado” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 131).

A metáfora deixa de pertencer apenas ao domínio da linguagem e passa a pertencer primeiro ao domínio do pensamento. Essa característica de pertencimento do pensamento torna-a parte da linguagem não só poética, mas também da linguagem cotidiana e de outras áreas do conhecimento, como: psicologia, sociologia, filosofia, etc., veremos mais a frente.

No que se refere ao pensamento, a metáfora conceptual se aproxima ou se liga à Linguística Cognitiva:

As metáforas presentes na língua são uma manifestação da maneira como entendemos e conceitualizamos determinados conceitos. Trata-se de uma operação cognitiva, na qual empregamos um domínio experiencial mais concreto, estreitamente ligado à experiência com nosso próprio corpo e o mundo em que vivemos, para compreender/conceitualizar um domínio mais abstracto, cuja natureza da experiência humana não permite uma representação direta. São, portanto, nossas experiências

corpóreas, de diferentes dimensões, que, sendo recorrentes e co-ocorrentes, geram metáforas que subjazem à nossa forma de falar (LIMA, 2001, p. 108),

Essa ideia foi fundamental para entender as metáforas de outro ponto de vista, pois ele deixa de ser apenas um recurso linguístico de retórica e avança para o pensamento. No campo cognitivo, a metáfora passa a criar conceitos, porém são conceitos hierarquizados percebidos a partir da experiência. Assim, passamos a elaborar sentidos de acordo com nossas experiências cotidianas, sendo que um domínio é entendido a partir de outro domínio vivenciado e conceptualizado.

Acredito que o nascimento da ciência cognitiva foi fundamental para que a metáfora atingisse as fronteiras do pensamento, pois é “uma ciência interdisciplinar, a qual se ocupa de aspectos gerais e específicos da cognição humana” (SCHWARZ, 2006, p. 11). E ainda atinge uma esfera central do processo de compreensão de sentido, a memória:

A capacidade que o organismo humano tem de poder armazenar internamente e de forma permanente os conteúdos da experimentação é a condição básica para todos os complexos desempenhos na conduta e no pensar. Sem voltar aos conhecimentos representados na memória, nós não poderíamos produzir ou entender nenhuma oração, reconhecer nenhum conhecido, ter nenhuma lembrança, porque todos os valores dos eventos e da experiência teriam só uma validade momentânea” (SCHWARZ, 2006, p. 63).

A experiência dos sujeitos anexada aos estudos linguísticos, especificamente aqui no tratamento da metáfora, é bem vista:

Se a linguística não quiser ser somente um meio elegante descritivo, mas quiser explicar reais conexões, numa palavra, para ser frutuosa, suas hipóteses e resultados deverão ser verificados ou confrontados pela análise da estrutura e o processo da memória do homem (BIERWISCH, 1980, p. 119).

Estrutura, memória e pensamento são essenciais para o desenvolvimento da metáfora, pelo sistema conceptual, pois de acordo com a teoria, os conceitos são responsáveis por governar o pensamento e até mesmo as ações mais comuns das pessoas. Lakoff e Johnson (2002, p. 46) dizem que “eles estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas”. Assim, conceitos são responsáveis por abarcar nossas percepções, comportamentos e interação. Eles possuem uma sistematicidade.

Lakoff e Johnson (2002, p. 49) utilizam as discussões para mostrar o desenvolvimento da teoria da metáfora conceptual. Para eles as “discussões normalmente seguem padrões, isto é, há certas coisas que nós usualmente fazemos quando discutimos e outras que não fazemos”. As nossas escolhas geralmente seguem um plano sistemático durante todo o processo da

discussão e nossa linguagem que empreendemos segue a partir desse padrão. Utilizando como exemplo a metáfora “DISCUSSÃO É GUERRA”, os autores apresentam as expressões: ‘atacar uma posição’, ‘indefensável’, ‘estratégia’, ‘nova linha de ataque’, ‘vencer’, ‘ganhar terreno’, etc., como pertencentes a conceitos que expressam “aspectos bélicos do ato de discutir” e reforçados pela ideia de que “não é por acaso que tais expressões significam o que significam quando as usamos para falarmos sobre discussão” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 49).

Outra metáfora que eles utilizam como exemplo é “TEMPO É DINHEIRO”. Essa expressão é muito usada no contexto ocidental, pois o tempo, para nós, se caracteriza por ser um bem muito valioso. Como dito, na cultura ocidental moderna “em que o trabalho é normalmente associado ao tempo que toma, e ele é quantificado com precisão, tornou-se hábito pagar as pessoas pela hora, semana, mês ou ano” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 51). De acordo com essa ideia, em muitos setores da sociedade se associam à ideia de que TEMPO É DINHEIRO de muitas maneiras. Porém, por ser característica de um mundo moderno, essa expressão não serve para todas as culturas, já que existem contextos onde o tempo não se enquadra como o mesmo valor de sentido, por exemplo, em algumas culturas orientais, onde o “tempo” não é sinônimo de ganho ou lucro.

Lakoff e Johnson (2002) acreditam que os conceitos:

TEMPO É DINHEIRO, TEMPO É UM RECURSO LIMITADO e TEMPO É UM BEM VALIOSO são todos conceitos metafóricos. Eles são metafóricos uma vez que estamos usando nossas experiências cotidianas com o dinheiro, com recursos limitados e bem valiosos para conceptualizar o tempo (LAKOFF E JOHNSON, 2002, p. 51).

Assim, a experiência com dinheiro, muito presente na sociedade ocidental, é vista como uma subcategorização dentro de um mesmo sistema. Eles justificam dizendo que:

Estamos adotando a prática de usar o conceito metafórico mais específico, neste caso, TEMPO É DINHEIRO, para caracterizar o sistema como um todo. Entre expressões listadas acima, referentes à metáfora TEMPO É DINHEIRO, algumas se referem especificamente a dinheiro (*gastar, investir, orçar, lucrar, custar*), outras a recursos limitados (*usar, esgotar, ter suficiente de, usar tudo*), e outras ainda a bens valiosos (*ter, dar, perder, agradecer (o bem recebido)*). Esse é um exemplo de como as implicações metafóricas podem caracterizar um sistema coerente de conceitos metafóricos e um sistema coerente de expressões metafóricas correspondentes a esses conceitos (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p.51)

O pensamento citado nos conduz à ideia de que tal sistema metafórico não é desenvolvido aleatoriamente em nossa mente, mas segue padrões de um sistema coeso e coerente. Para Lakoff e Johnson (2002, p. 53), é essa sistematicidade “que nos permite

compreender um aspecto de um conceito em termos de outro”. Porém, vale ressaltar que um aspecto de um conceito poderá esconder outro aspecto desse mesmo conceito:

No meio de uma discussão calorosa, na qual estamos engajados no propósito de atacar a posição de nosso oponente e de defender a nossa, podemos perder de vista os aspectos cooperativos da discussão. Alguém que esteja discutindo com você pode ser visto como aquele que esteja lhe oferecendo o seu tempo, um bem valioso, em um esforço para conseguir compreensão mútua. Mas, quando estamos preocupados com os aspectos ‘bélicos’ de uma discussão, frequentemente perdemos de vista os seus aspectos cooperativos (LAKOFF E JONHSON, 2007, p. 53).

Para eles, a melhor definição, de como tal situação pode acontecer, foi elaborada por Michael Reddy. Esse estudioso afirma que, quando exercitamos nossa linguagem, usamos a seguinte estrutura, a qual ele chama de metáfora complexa:

- a) IDEIAS (OU SIGNIFICADOS) SÃO OBJETOS
- b) EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO RECIPIENTES
- c) COMUNICAÇÃO É ENVIAR

De acordo com essa estrutura desenvolvida por Reddy, Lakoff e Jonhson (2007, p. 54) esclarecem que “o falante coloca ideias (objetos) dentro de palavras (recipientes) e as envia (através de um canal) para o ouvinte que retira as ideias-objetos das palavras-recipientes”. A esse processo, os teóricos dão o nome de “metáfora do canal” ou “metáfora do conduto”. Em exemplos, como: “É difícil passar aquela ideia para ele”, “É difícil pôr minhas ideias em palavras”, “Suas palavras trazem pouco significado”, são difíceis de encontrar ou perceber a metáfora, pois estas situações parecem fixadas na realidade. Por isso, somos aconselhados por Lakoff e Johnson (2002) a observar as implicações dessa metáfora do canal para então percebermos os processos que são mascarados no processo da comunicação, pois:

Em primeiro lugar, uma das partes da metáfora do canal, isto é, EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO RECIPIENTES DE SIGNIFICADOS, implica que palavras e sentenças tenham significado em si mesmas, independentemente de qualquer contexto ou falante. Um outro aspecto dessa metáfora, ou seja, SIGNIFICADOS SÃO OBJETOS, implica que significados tenham uma existência independente de pessoas e contextos. A parte da metáfora EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO RECIPIENTES DE SIGNIFICADOS implica que palavras (sentenças) tenham significados também independentes de contextos e falantes. Essas metáforas são adequadas em muitas situações – aquelas, por exemplo, em que as diferenças contextuais são irrelevantes e em que os participantes compreendem as sentenças da mesma maneira (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 55).

Concordamos que a metáfora do canal “não se aplica nos casos nos quais o contexto é necessário para determinar se a frase tem ou não significado e, se tiver, que significado ela tem?” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 57). Com isso, entendemos que os conceitos metafóricos fornecem compreensão parcial, como os exemplos apresentados. Comunicação, discussão e tempo não formaram um sentido fechado, mas podemos dizer que encobriram outros aspectos existentes desses conceitos, pois se caso apresentada uma compreensão

integral, poderíamos ter a ideia de que um conceito seria realmente o outro e não nos possibilitaria a compreensão de um em termos de outro.

Os conceitos metafóricos ultrapassam as fronteiras do que se chama ordinário na linguagem e alcança as fronteira de pensamento e linguagem. Isso porque “quando dizemos que um conceito é estruturado por uma metáfora, queremos dizer que ele é parcialmente estruturado e que ele pode ser expandido de algumas maneiras e não de outras” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 57).

Guedelha (2013, p. 167) esclarece que “pela concepção da metáfora do canal, ideias podem ser postas em livros, por exemplo”. Euclides assim escreveu, dando conta de cronistas e escritores que refletiram sobre os pretensos vícios dos nativos da região amazônica:

(4) “Lede Tenreiro Aranha, José Veríssimo, dezenas de outros. **Nestes livros se espalham, fracionadas, todas as cenas de um dos maiores dramas da impiedade na História**” (CUNHA, 2003, p. 48 – negrito meu).

Em (4), a metáfora do canal está presente, ao sugerir que as ideias relativas à história da Amazônia estão depositadas nos livros de dezenas de escritores.

As metáforas até aqui comentadas são conhecidas como “metáforas estruturais”, considerando-se que um conceito é estruturado em termos de outro. Por essa razão, os mentores da teoria da metáfora conceptual representam a metáfora sempre por meio da estrutura “DOMÍNIO-ALVO É DOMÍNIO-FONTE”, em que o domínio-alvo corresponde ao domínio da realidade que se quer conceptualizar, enquanto o domínio-fonte diz respeito ao domínio da realidade que fornece as bases para a conceptualização. Por exemplo: na metáfora TEMPO É DINHEIRO, o tempo é o domínio-alvo e o dinheiro é o domínio-fonte; na metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, discussão é o domínio-alvo e o a guerra é o domínio-fonte.

Destaco uma metáfora extraída dos escritos amazônicos de Euclides da Cunha, no Prefácio do livro *Inferno verde*, de Alberto Rangel, para exemplificar essa estrutura:

(5) “Entre as magias daqueles **cenários vivos**, há um **ator agonizante**, o homem” (negrito meu).

As expressões metafóricas “cenários vivos” e “ator agonizante” verbalizam a metáfora “A AMAZÔNIA É UM TEATRO”. Essa metáfora está na base das expressões metafóricas que aparecem no texto, e é exatamente ela, a metáfora, que possibilita que as expressões sejam entendidas e façam sentido.

Além das metáforas estruturais, Lakoff e Johnson (2002) apontam dois outros tipos de metáforas, que eles chamam de “metáforas orientacionais” e “metáforas ontológicas”.

2.3.1 Metáforas orientacionais

As metáforas orientacionais não apresentam um conceito em termos de outro, porém, também se guiam por um sistema. Esse sistema é responsável por organizar os conceitos em relação a um outro conceito. Geralmente, a maioria dessas metáforas, como o próprio nome já deixa pistas, trata-se de orientações espaciais opostas, tais como: PARA CIMA - PARA BAIXO; DENTRO-FORA; FRENTE - TRÁS; FUNDO - RASO; CENTRAL - PERIFÉRICO; ESQUERDA - DIREITA.

Para Lakoff e Johnson (2002, p. 59), “essas orientações espaciais surgem do fato de termos os corpos que temos e do fato de eles funcionarem da maneira como funcionam no nosso ambiente físico”. Na metáfora “FELIZ É PARA CIMA”, por exemplo, de acordo com o pensamento de Lakoff e Johnson (2002), o conceito “feliz” é orientado “para cima” em nossa cultura. Por isso dizemos coisas como: “hoje eu amanheci de alto astral”, “essa festa levantou minha autoestima”, “minha vida está em alta ultimamente”.

Eles ainda explicam que numa análise da postura física de um indivíduo podemos tirar o significado da expressão também em oposição “feliz – triste”. Dizem, “postura caída corresponde a tristeza e depressão, postura ereta corresponde a um estado emocional positivo”. Assim, “tais orientações metafóricas não são arbitrárias. Elas têm base na nossa experiência física e cultural” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 60).

Abaixo estão algumas metáforas orientacionais sublinhadas por Lakoff e Johnson, com a sua dupla face, positiva e negativa:

FACE POSITIVA	FACE NEGATIVA
CONSCIENTE É PARA CIMA	INCONSCIENTE É PARA BAIXO
SAÚDE E VIDA SÃO PARA CIMA	DOENÇA E MORTE SÃO PARA BAIXO
TER CONTROLE ou FORÇA É PARA CIMA	ESTAR SUJEITO A CONTROLE ou FORÇA É PARA BAIXO
MAIS É PARA CIMA	MENOS É PARA BAIXO
STATUS SUPERIOR É PARA CIMA	STATUS INFERIOR É PARA BAIXO
BOM É PARA CIMA	MAU É PARA BAIXO
VIRTUDE É PARA CIMA	VÍCIO É PARA BAIXO

RACIONAL É PARA CIMA	EMOCIONAL É PARA BAIXO
----------------------	------------------------

Quadro 4 – Metáforas orientacionais
 Fonte: Lakoff e Johnson (2002)

Ao analisar cada metáfora acima, percebi que todas elas estão em uma base: física ou social. Isso porque “a maior parte dos nossos conceitos fundamentais são organizados em termos de uma ou mais metáforas de espacialização” (LAKOFF e JONHSON 2002, p. 65).

Essas metáforas de espacialização seguem uma sistematicidade interna coerente que nos permite entender que “feliz é para cima” e não para baixo. É claro que existe também um sistema externo coerente para completar o processo. Isso é proporcionado pela experiência física e cultural dos indivíduos. Interessante citar a base cultural, pois “os valores fundamentais de uma cultura serão coerentes com a estrutura metafórica dos conceitos fundamentais dessa cultura” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 71).

Esse pensamento reforça a ideia de que os valores culturais de nossa sociedade são coerentes com as metáforas de espacialização apresentadas. Em nossa cultura, de acordo com os teóricos, “mais é melhor” e é coerente com as frases MAIS É PARA CIMA e BOM É PARA CIMA; por outro lado, MENOS É MELHOR não seria coerente com as metáforas anteriores. Os sentidos dessas metáforas estão enraizados em nossa cultura.

Parece, assim, que nossos valores não são independentes, mas devem formar um sistema coerente com os conceitos metafóricos que orientam nossa vida cotidiana. Não estamos afirmando que todos os valores culturais coerentes com um sistema metafórico existam realmente, mas somente que aqueles que existem e estão profundamente enraizados em nossa cultura são compatíveis com nosso sistema metafórico (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p.72).

Assim, Lakoff e Johnson deixam claro que esses valores referidos acima são característicos de nossa cultura, ou seja, podem existir contextos em que não funcionam da maneira como foram apresentados aqui, porém são necessários, de acordo com eles, encontrar prioridades que são atribuídas aos valores e suas metáforas. No caso da história da Amazônia, quando recorremos aos termos “declínio”, “decadência”, “depressão”, “derrocada”, “queda”, etc. para nos referir à fase final do ciclo da borracha, estamos atualizando a metáfora orientacional “RUIM É PARA BAIXO”.

2.3.2 Metáforas Ontológicas

De acordo com Lakoff e Johnson (2002, p. 75), “orientações espaciais fornecem uma base extraordinariamente rica para a compreensão de conceitos em termos orientacionais”,

porém essa é apenas uma parte do entendimento de conceitos que têm por base a orientação. Para eles, as substâncias também são essenciais para se entender os conceitos. “A nossa experiência com substâncias e objetos físicos propicia uma outra base para a compreensão – uma base que vai além da simples orientação” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p.75).

Como visto nos conceitos e exemplos acima, as METÁFORAS ORIENTACIONAIS se baseiam em nossas experiências básicas das orientações espaciais. Já as metáforas ontológicas são “formas de conceber eventos, atividades, emoções, ideias, etc. como entidades e substâncias” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 76).

Lakoff e Johnson (2002) escolheram algumas metáforas ontológicas para exemplificar as características delas.

- “A INFLAÇÃO ESTÁ ABAIXANDO O NOSSO PADRÃO DE VIDA”;
- “SE HOVER MUITO MAIS INFLAÇÃO, NÓS NUNCA SOBREVIVEREMOS”;
- “AQUELA FOI UMA BELA PEGADA”
- “A HONRA DO NOSSO PAÍS ESTÁ EM JOGO NESTA GUERRA”;
- “TERMINAR ESTE LIVRO EXIGIRÁ MUITA PACIÊNCIA”;
- “A BRUTALIDADE DA GUERRA DESUMANIZA TODOS NÓS”;
- “ELA VIU O CASAMENTO COMO A SOLUÇÃO DE SEUS PROBLEMAS”;
- “A MINHA MENTE SIMPLEMENTE NÃO ESTÁ FUNCIONANDO HOJE”;
- “A SUA MENTE PIFOU”;
- “O NAVIO ESTÁ ENTRANDO NO MEU CAMPO DE VISÃO”;
- “O FIM DA CORRIDA FOI MUITO EMPOLGANTE.”;
- “COMO VOCÊ ENTROU NA PROFISSÃO DE LAVAR JANELAS?;
- “EU COLOCO MUITA ENERGIA NA LAVAGEM DE JANELAS”;
- “ELE CAIU EM DEPRESSÃO”;
- “ESTAMOS FORA DE PERIGO AGORA.”

Guedelha (2013) ressalta que, quando se usa PESSOA como domínio-fonte para dar contas de substâncias ou entidades, estamos diante de uma forma especializada de metáfora ontológica, que é a *personificação*:

em que entidades não-humanas são dimensionadas como pessoas. Lakoff e Johnson (2002) vão além da visão tradicional que concebe a personificação como um mero animismo: em sua proposta, a personificação contém, por um lado, uma categoria geral e, por outro, uma grande gama de metáforas abrigadas sob essa categoria geral. E cada uma dessas metáforas responde por um determinado aspecto de uma pessoa. É o que acontece, por exemplo, quando Euclides, um passo além de conceber a Amazônia como um deserto, concebe o deserto como uma pessoa (...) (GUEDELHA, 2013, p. 166).

Vejam as seguintes metáforas dos textos de Euclides:

- “[...] Estão amansando o deserto” (CUNHA, 2003, p. 79);
- “[...] meu duelo com o deserto”. (em Carta a Afonso Arinos, dezembro de 1904)
- “[...] O deserto é um feitor perpetuamente vigilante” (CUNHA, 2003, p. 108).
- “[...] A beleza moral das almas varonis que derrotaram o deserto” (CUNHA, 2003, p. 92).

Precisamos observar que:

não temos apenas a metáfora DESERTO É UMA PESSOA. Temos também uma metáfora mais específica, que é DESERTO É UM ADVERSÁRIO. É essa metáfora específica, e não a geral, que demanda uma série de providências a serem postas em prática no sentido de lutar contra o deserto. Ele é encarado não apenas como uma pessoa, mas como um inimigo perigoso, ameaçador, e que precisa ser enfrentado e vencido (GUEDELHA, 2013, p. 166).

Essas metáforas nos transmitem a ideia de que necessitamos escolher palavras para explicar ou conseguirmos alcançar nossos objetivos no processo comunicativo. São entidades, eventos, substâncias não físicas que são usadas para tornar algo compreensivo. As metáforas ontológicas assumem sentidos de entidade, substância, referência, quantificação, identificação de aspectos e causas, traçar objetivos e motivar ações, e, além disso, podem ser recipientes também. “nós somos seres físicos, demarcados e separados do resto do mundo pela superfície de nossas peles; experienciamos o resto do mundo como algo fora de nós. Cada um de nós é um recipiente com uma superfície demarcadora e uma orientação dentro-fora” (LAKOFF e JONHSON, 2002, p. 83).

Os limites territoriais de ocupação de um espaço são passíveis de conceptualizar, por isso:

a metáfora é natural, pois se origina do fato de que, quando olhamos para algum território (terra, chão, etc.) o nosso campo de visão define uma demarcação do território, no caso, parte que podemos ver. Dado que um espaço físico demarcado é um recipiente e que nosso campo de visão corresponde ao espaço físico demarcado, o conceito metafórico “CAMPOS VISUAIS SÃO RECIPIENTES” surge naturalmente (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 83).

Está claro que as expressões usadas em nosso cotidiano, não são aleatórias, porém “elas são apenas as expressões que trazem para a superfície uma rede metafórica profunda que não tem a ver unicamente com a linguagem, mas também com a cognição e com o sistema conceptual que norteia nossas concepções” (GUEDELHA, 2013, p. 148).

A leitura de textos de Euclides, nesta dissertação, é iluminada pelas três abordagens do fenômeno metafórico aqui delineadas: metáfora clássica, interacionista e conceptual. Em cada

uma dessas abordagens teóricas há contribuições importantes que foram utilizadas para enriquecer teoricamente as análises textuais.

3 QUEM AMANSARÁ O DESERTO?

Como vimos no capítulo anterior, Euclides metaforiza a Amazônia como o “DESERTO”. Deserto, no sentido de um enorme vazio demográfico. E mais que um deserto, um adversário. É a partir dessa metáfora geral do deserto e dessa metáfora mais especializada, ontológica, de um adversário contra o qual se precisa lutar que vão sendo derivadas outras metáforas, tanto para a terra quanto para o homem. No entendimento de Euclides, o deserto-adversário precisa ser “domado”, precisa ser “amansado”. Mas surge a inquietante pergunta: qual dos “atores agonizantes” que se movimentam nesses “cenários vivos” estará apto para a tão grande tarefa de amansar o deserto? O seringueiro sertanejo, o caucheiro peruano ou o nativo (caboclo e indígena)?

Este capítulo procura rastrear o discurso metafórico de Euclides sobre cada um desses atores. Esses tipos humanos descritos por Euclides fazem parte de um contexto em que são presentes questões representativas do homem no mesmo espaço: a Amazônia.

Euclides chegou à conclusão de que o nomadismo era a forma de adaptação do homem, que chegara quando a natureza ainda estava em formação. Ele afirma que, na Amazônia, “a natureza é portentosa, mas incompleta” (CUNHA, 2003, p. 35). É nesse espaço que “o brasileiro salta; é estrangeiro, e está pisando terras brasileiras” (CUNHA, 2003, p. 42).

3.1 Os atores

3.1.1 Seringueiros sertanejos

Euclides, talvez, acreditasse que a literatura é uma tarefa inesgotável, mesmo que não tenha uma função salvadora, mas, por meio dela, ele conseguiu fazer a revelação cruel em que os sertanejos, transformados agora em seringueiros na Amazônia, vivenciaram.

A lembrança da Guerra de Canudos ainda estava muito presente na memória de Euclides, por isso ele teve um olhar mais detalhado a respeito dos sertanejos que vieram para a região amazônica. Pode-se dizer que Euclides nutria preocupação com essa personagem desde os tempos de Canudos. Por isso, talvez, ele tenha afirmado que os sertanejos do Nordeste são os “verdadeiros desbravadores” da Amazônia.

As condições em que os nordestinos chegaram à Amazônia eram absolutamente precárias, sem assistência do governo brasileiro. Foi em um período em que o Nordeste

passava por grandes dificuldades ocasionadas pelas fortes secas. Os pobres, para escaparem da seca, começaram a migrar rumo ao litoral. As cidades estavam inchando de uma hora para outra de fugitivos da seca. Era uma preocupação a mais para as autoridades, pois a presença desses indivíduos nos espaços urbanos geravam diversos tipos de problemas, com os quais os governos locais não queriam lidar.

O governo encontrou uma solução para resolver a questão: enviar essas pessoas para um local bem distante, uma alternativa para o desafogo das cidades invadidas. Essa terra longínqua seria a Amazônia. A região estava no ápice da coleta do látex, e os seringais demandavam uma expressiva mão de obra, que a região não tinha para oferecer. Conseqüentemente, o interesse dos seringalistas veio ao encontro do interesse das autoridades nordestinas. Os agenciadores iam ao Nordeste e recolhiam os famintos para conduzi-los à terra da borracha.

Esse cenário, Euclides o descreve, por meio do uso pródigo de metáforas, da seguinte forma:

Quando as grandes secas de 1879 – 1880, 1889 – 1890, 1900 – 1901 flamejavam sobre os sertões adustos, e as cidades do litoral se enchiam em poucas semanas de uma população adventícia, de famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas – a preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia no libertá-las quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil. Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. A multidão martirizada, perdidos todos os direitos, rotos os laços da família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, partia para aquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com os seus famintos, os seus febrontos e os seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo. Mas feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dela. Cessava a intervenção governamental. Nunca, até aos nossos dias, a acompanhou um só agente oficial, ou um médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem... (CUNHA, 2003, p. 85).

Cabe destaque, nesse fragmento, para algumas metáforas que o compõem:

METÁFORA	COMENTÁRIO
As grandes secas (...) flamejavam sobre os sertões adustos.	De acordo com o minidicionário <i>GAMA CURY</i> da Língua Portuguesa, o verbo “flamejar” significa arder; lançar chamas. É uma metáfora potenciadora (hipérbole) para dar ênfase à intensidade das secas do Nordeste brasileiro.
As cidades do litoral se enchiam em poucas semanas de uma população adventícia .	O adjetivo “adventício” significa estrangeiro, estranho. Aplicado à população de migrantes, soa como uma metáfora dissimuladora ou irônica.
(...) famintos assombrosos, devorados das	Novamente uma metáfora potenciadora

febres e das bexigas (...)	(hipérbole), que visa por meio do exagero demonstrar a fatalidade das doenças.
A preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia no libertá-las quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil .	Mais uma metáfora potenciadora, expressa por meio das expressões metafóricas “exclusiva” e “libertar”, que apresenta a presença dos “bárbaros” sertanejos como um mal a ser combatido.
Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte .	Metáfora estrutural cuja base é “sertanejos são mercadoria”.
(...) equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria .	Metáfora unificadora (paradoxo) que realça o absurdo da situação dos sertanejos enviados para a Amazônia.
(...) Partia para aquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido .	A metáfora da carta de prego é bem expressiva: a expressão “carta de prego” significa uma carta pendurada em um prego nos navios, contendo instruções secretas, e que só podiam ser abertas quando estivessem longe do porto.
E ia, com os seus famintos, os seus febreiros e os seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo .	Metáfora potenciadora ou hipóbole. Informa o alcance da do adoecimento daquela gente.
Mas feita a tarefa expurgatória , não se curava mais dela.	O envio dos sertanejos à Amazônia equivalia a uma assepsia nas cidades nordestinas. Consistia em fazer uma limpeza considerada necessária e urgente.
Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem...	Aqui a metáfora do banimento soma-se à dolorosa ironia: a missão de desaparecer.

Quadro 5 – Metáforas euclidianas

Fonte: Cunha (2003)

Para Euclides:

Não se conhece na História exemplo mais golpeante de emigração tão anárquica, tão precipitada e tão violadora dos mais vulgares preceitos de aclimamento, quanto o da que desde 1879 até hoje atirou, em sucessivas levas, as populações sertanejas do território entre a Paraíba e o Ceará para aquele recanto da Amazônia” (CUNHA, 2003, p. 84).

As metáforas, em conjunto, mostram, por um lado, a situação de penúria dos migrantes e, por outro lado, a despreocupação dos órgãos públicos em relação eles. A viagem para a Amazônia possuía o único objetivo de fazer esses indivíduos desaparecerem, pois, do seu desaparecimento, decorreria o sossego das autoridades e órgãos governamentais do sertão. Porém, para a tristeza do governo, não desapareceram. Pelo contrário, “em menos de trinta anos, o Estado que era uma vaga expressão geográfica, um deserto empantanado, a estirar-se, sem lindes, para o sudoeste, definiu-se de chofre, avantajando-se aos primeiros pontos do

nosso desenvolvimento econômico” (CUNHA, 2003, p. 85). Foi assim que eles se encontraram com a “Nova Terra”:

E naquele extremo, sudoeste amazônico, quase misterioso, onde um homem admirável, Willian Chandless, penetrara 3.200 quilômetros sem lhe encontrar o fim – **cem mil sertanejos, ou cem mil ressuscitados**, apareciam inesperadamente e repatriavam-se de um modo original e heroico; dilatando a pátria até aos terrenos novos que tinham desvendado (CUNHA, 2003, p. 86 – negrito meu).

Pela metáfora presente nesse excerto, os sertanejos que foram “consignados à morte” são agora os “ressuscitados”, como se a morte os tivesse devolvido. Foram “expatriados dentro da própria pátria”, e agora se “repatriavam”. É que os sertanejos buscavam a sobrevivência de qualquer modo. De acordo com Rabello, (1966, p. 235), “acossado pelo sol que consumia o gado, estancava as reservas de água e queimava os roçados, o sertanejo não tinha outra alternativa: emigrava”. Para eles, o lugar era o que menos importava, pois já conheciam os tormentos da seca. O desconhecido não mais os amedrontava. Assim, o sertanejo:

Sobe o grande rio; e vão-se lhe os dias inúteis ante a imobilidade estranha das paisagens de uma só cor, de uma só altura e de um só modelo, com a sensação angustiosa de uma parada na vida: atônitas todas as impressões, extinta a ideia do tempo, que a sucessão das aparências exteriores, uniformes, não revela – e retraída a alma numa nostalgia que não é apenas a saudade da terra nativa, mas da Terra, das formas naturais tradicionalmente vinculadas às nossas contemplações, que ali se não veem, ou se não destacam na uniformidade das palavras (CUNHA, 2003, p. 78).

No novo espaço, os sertanejos se veem estrangeiros, mesmo dentro do próprio país. A paisagem é estranha aos olhos deles, sentem saudades de sua “terra nativa”. Isso nos faz lembrar Costa Lima (2003, p. 85), quando diz que:

A ambiência social nos atravessa como se fosse nossa própria natureza. Cultura, classe, camada, meio profissional parecem-se então a roupas muito leves, tão leves que a pele não sente que as transporta. Melhor, roupas que se tornam a própria pele, da qual não nos imaginamos despossuídos.

No primeiro momento, assim estavam os sertanejos, numa terra distante e desconhecida. Entrariam em um espaço onde exercitariam outros hábitos e condutas, teriam outras práticas, mas não seria fácil esconder o desejo de retornar para o estado natal. Então a integração a uma nova forma de viver ou sobreviver seria necessária: “Por certo, esta integração nos torna mais isentos ao sofrimento. Naturalizar a cultura é, portanto, um remédio eficaz contra estados emocionais desagradáveis” (COSTA LIMA, 2003, p. 85).

Euclides vê os sertanejos da seguinte forma no contexto amazônico. “Talham-se pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em

geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, umas das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto” (CUNHA, 2003, p. 79).

Ele usa expressões positivas para caracterizar os sertanejos. Chama-os de bravos, que, mesmo sem saberem, cumprem a tarefa de “amansar o deserto” e “as suas almas simples, a um tempo ingênuas e heroicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável” (CUNHA, 2003, p. 79). Cumprem a tarefa que seria impossível se não fosse com a presença desses “bravos” que, mesmo em situações complicadas, conseguiam mais do que simplesmente sobreviver.

No livro *Os Sertões*, Euclides já chamava a atenção para as questões físicas de resistências dos sertanejos a climas desagradáveis e hostis. Para ele, a formação étnica do branco, indígena e negro geraram o indivíduo capaz de suportar as mais adversas condições do meio físico:

No considerar, porém, todas as alternativas e todas as fases de entrelaçamento de tipos antropológicos de graus díspares nos atributos físicos e psíquicos, sob os influxos do meio variável, capaz de diversos climas, tendo discordantes aspectos e opostas condições de vida, pode afirmar-se que pouco temos avantajado (CUNHA, 2003, p. 76).

Euclides esteve sempre atento à relação homem e natureza. É claro que dentro desses dois tópicos estavam as categorias de trabalho e poder. De acordo com Loureiro (2002, p. 109):

A história dos homens na Amazônia tem sido construída a partir de dois eixos norteadores, mas conflitantes: de um lado, a visão paradisíaca criada pela magia dos mitos da região e sobre a região; de outro, a violência cotidiana gestada pela permanente exploração da natureza e desencadeada pelos preconceitos em relação a ambos – homem e natureza.

Podemos ainda acrescentar a exploração do homem pelo homem. Fato muito presente nas descrições de Euclides. Ele, ao observar a situação do seringueiro, se mostra preocupado com as condições em que esses trabalhadores chegavam ao local de trabalho. Diz: “o homem, ao penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica as melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquela ironia formidável” (CUNHA, 2003, p. 50). As “duas portas” são metáforas para rio Juruá e rio Purus, que são o ponto de partida para os seringais. Nessas entradas, o homem deixaria tudo o que construíra como virtudes do espírito. “Ali, dizem, o recém-vindo deixa a consciência...” (CUNHA, 2003, p.50). E é digno de nota o fato de Euclides se referir aos seringais por meio de uma metáfora unificadora, ou paradoxo: “paraíso diabólico”. O escritor reúne nessa metáfora as duas pontas da visão sobre os seringais: o lado infernal com o lado paradisíaco.

O homem sertanejo está diante de uma difícil decisão. O que fazer? Seguir ou retornar para a vida anterior em sua terra nativa? Estamos falando da consciência moral do indivíduo, fundamentada em seu ponto central: “a decisão, ou seja, a escolha que uma pessoa faz de se engajar em um ato que ela assume, de maneira a poder prestar contas diante de si mesma e diante do outro, e diante de Deus, caso se trate de uma pessoa crente” (VALADIER, 2000, p. 15). Por isso a decisão é sempre:

Escolha precária, sempre arriscada e difícil, é assim porque através da questão da consciência é abordado também um problema antropológico importante. O que será deste ser, o homem, não inteiramente programado em sua conduta, condicionado de múltiplas maneiras, mas de tal forma que, sobre a base desses vários condicionamentos, inevitavelmente lhe é imposta a necessidade de optar entre possibilidades e, então, escolher a que lhe parece a mais sensata, ou a menos perigosa? (VALADIER, 2000, p. 15).

Porém, a realidade dos sertanejos não oportunizava uma escolha “sensata” ou “menos perigosa”, pois, como citei anteriormente, eles vieram em grande número para a região fugindo das grandes secas no Nordeste e, em Euclides, por meio de uma pergunta, também há outro motivador: o desejo de ganhar dinheiro. “Agora, digei-me, que resta no fim de um quinquênio do aventureiro sertanejo que demanda aquelas paragens, ferretoado na ânsia de riquezas?” (CUNHA, 2003, p. 54). E, em numerosos casos, não havia sequer possibilidade de escolha, porque os sertanejos se tornavam vítimas de um sistema de escravidão.

Para esclarecer melhor a questão sobre as expressões “aventureiro sertanejo” e “ferretoado”, vejamos o trecho do depoimento de um sertanejo:

Vim mode conhecer isso aqui. Todos me diziam que o Amazonas era uma terra de bondade. Se juntava dinheiro com ciscador. Era só apanhar dinheiro com as mão e voltar. Então, eu disse comigo, que eu ainda hei de conhecer essa terra. Gosto do inverno, sem comparação. Eu estava em União. A moda lá é vir pro Amazonas. É só o que se fala por lá. A animação no Ceará é grande. Só se fala no Amazonas, nas suas riquezas, nas suas facilidades. As coisas por lá andam mesmo ruim. A terra anda virando pó. Está tão seca que nem língua de papagaio. Não há ninguém que podendo vir não vem. Sempre tive vontade de conhecer isto aqui. Todo mundo me falava nela. Eu vim antes que fosse tarde demais. Dois anos que faz seca. Estamos entrando no terceiro. Lá é assim: um ano só verão, no outro não há inverno. Não há quem possa viver (BENCHIMOL, 1992, p. 141).

O depoimento acima “foi obtido [...] quando o ciclo já atravessara a crise que levava à queda vertiginosa do preço da borracha. Ainda assim, permanecem significativos no relato os mesmos motivos que levaram à imigração a partir da segunda metade do século XIX” (LIMA, 2009, p. 30).

Outras questões levantadas por Valadier (2000) também podem enquadrar esses indivíduos. Questões como:

O que será desse ser entregue a sim mesmo e deixado com o encargo de decidir sobre sua vida, a vida dos outros, a sua relação com o mundo? onde ele encontrará as referências necessárias para tais opções, se nele mesmo os instintos não o programam em oposição aos belos e vãos sonhos naturalistas, e se fora dele a multiplicidade das normas e das autoridades torna inútil um conformismo com a obediência e o continuísmo tranquilo? (VALADIER, 2000, p. 15).

Antes mesmo de chegar à entrada dos seringais, eles já estavam endividados. A respeito do endividamento inicial, Cunha (2003, p. 51) escreveu: “Aí temos o nosso homem no barracão senhorial, antes de seguir para a barraca no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um brabo, isto é, ainda não aprendeu o corte da madeira e já deve”. Eram chamados de “brabo” os indivíduos que chegavam aos seringais e ainda não tinham experiência com os instrumentos de coleta do látex e nem afinidade com os seringais. Mesmo assim, já estavam endividados. Isso tudo devido à situação caótica em que os sertanejos se encontravam. Era uma situação de dependência, pois para chegar aos barracões, eles já adquiriam ferramentas e produtos alimentícios para a grande jornada.

O pagamento da dívida deveria ser feito com a entrega da produção nos seringais. Geralmente os seringueiros não conseguiam lucrar com sua força de trabalho, pois os materiais que lhes eram vendidos pelos patrões tinham preço muito elevado, essa era uma das razões de não conseguirem fazer o pagamento total. E já deveriam repor mercadorias para trabalhar novamente. Era um sistema cíclico, que nunca tinha fim: “Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é um brabo canhestro, de quem chasqueia o manso experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000” (CUNHA, 2003, p. 51).

Para Euclides era uma forma de trabalho escravo consentido, pois “o seringueiro, e não designamos o patrão opulento, se não o freguês jungido à gleba das ‘estradas’, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 2003, p. 50-51). A anomalia descrita por Euclides reflete uma situação presente em praticamente todos os barracões onde os seringueiros mantinham vínculos empregatícios, ou seja, os seringalistas (patrões) tinham poderes como se fossem donos do indivíduo-seringueiro. Essa relação era muito frequente nos seringais. De acordo com Lima (2009, p. 35), “o débito dos seringueiros lhes dava amplos poderes sobre eles, inclusive de caçá-los em fuga e recebê-los de volta com auxílio do poder público [...]. Atuando como potentados, os seringalistas exerciam força moral, política e mesmo policial em seus domínios”.

Havia, inclusive, situações características de relações escravocratas. “A cada deslize fisiológico ou moral antepõe-se o corretivo da reação física. E chama-se insalubridade o que é

um apuramento, a eliminação generalizada dos incompetentes. Ao cabo verifica-se algumas vezes que não é o clima que é mau; é o homem” (CUNHA, 2003, p. 88).

Euclides afirma ainda que “raro é o seringueiro capaz de emancipar-se pela fortuna” (CUNHA, 2003, p. 52). Observei que há um discurso subjacente a essa passagem. O discurso da liberdade, mas nas condições em que os seringueiros tinham mais deveres do que direitos, dificilmente alguém conseguiria libertar-se “pela fortuna”. E a metáfora da emancipação deixa pressuposta a ideia da total dependência, se não escravidão, do sertanejo em relação ao patrão arrivista.

Por meio das descrições feitas por Euclides, pude perceber que a vida nos seringais não era fácil. A viagem dos sertões nordestinos para a Amazônia era a esperança de deixar a fome, a seca e o sofrimento para trás, mas a vida para os sertanejos não mudaria para melhor, como observado pelo escritor.

Euclides criou muitas metáforas para representar o sertanejo e sua vida na Amazônia, como na seguinte passagem: “[...] Aquele tipo de lutador é excepcional. O homem de ordinário leva àqueles lugares a imprevidência característica da nossa raça; muitas vezes carrega a família, que lhe multiplica os encargos; e quase sempre adocece, mercê da incontinência generalizada” (CUNHA, 2003, p. 53).

Tem-se aí um quadro da realidade observada por Euclides. Esse quadro abriga um “lutador excepcional”, porém, o escritor fala de imprevidência como “característica da nossa raça”. Isso mostra a preocupação de Euclides com a situação dessas pessoas que se aventuraram para um lugar estranho a eles. Decisões tomadas sem o devido planejamento. Claro que a situação em que se encontravam suas terras nativas não lhes eram favoráveis também.

A realidade dita por Euclides contrasta com a fantasia do sertanejo, alimentada pela sedução de riqueza que a Amazônia poderia oferecer por meio do látex das seringueiras. No entanto, após o contato com a real situação, a fantasia desaparecia. Os sertanejos caminhavam juntos com suas dívidas contraídas muito antes de entrarem nas embarcações:

O nordestino na Amazônia começava sempre a trabalhar endividado, pois via de regra obrigavam-no a reembolsar os gastos com a totalidade ou parte da viagem, com os instrumentos de trabalhos e outras despesas de instalação. Para alimentar-se dependia do suprimento que, em regime de estrito monopólio, realizava o mesmo empresário com o qual estava endividado e que lhe comprava o produto. As grandes distâncias e a precariedade de sua situação financeira reduziram-no a um regime de servidão. Entre as longas caminhadas na floresta e a solidão das cabanas rudimentares onde habitava, esgotava-se a vida, num isolamento que talvez nenhum outro sistema econômico haja imposto ao homem (MIRANDA NETO, 1986, p. 45-46).

Estes, por sinal, tinham acordos entre si de não aceitarem trabalhadores que possuíssem dívidas em outro barracão. Dessa forma, a vida nos seringais se tornava para os sertanejos um ambiente de total impotência. Marcada mais fortemente a partir da entrada pela “porta da consciência”, como afirma Euclides: “Queda, então, na mórbida impassibilidade de um felá desprotegido dobrando toda cerviz à servidão completa” (CUNHA 2003, p. 54).

Euclides nos dá a entender que os sertanejos na Amazônia estão entre duas leis: a oficial, que nunca os assistiu, e a dos barracões, que os fazia mais dependentes e aprisionados aos seringais. Por isso, acontecia o que Valadier (2000, p. 21) observa: “cada um está ligado à lei sob a qual está inscrito e, no, fundo, só faz obedecer à sua necessidade”. Imagino que as escolhas do sertanejo pela impassibilidade estava justamente na necessidade, pois ela foi capaz de domar o espírito desse indivíduo que já havia travado muitas batalhas nos sertões nordestinos. Em tais condições, Lima (2009, p. 38) esclarece que:

Nos deveres do extrator, é explicitada a sua exclusiva condição de trabalho: [...] Deve ter em consideração que quando vem para os seringais e se coloca como extrator, é para produzir borracha[...]. E de negociação de seu trabalho: “(e) fazer as suas transações somente com o depósito onde trabalha para engrandecimento deste, e não o fazer com outro depósito, mesmo que seja da mesma firma, muito menos com pessoas estranhas à casa[...]

E na Amazônia, desprovido de leis que o amparassem, ficaria mais difícil lutar pelo rompimento, já que poderia gerar conflito, que seria ainda mais trágico para sua empreitada. Talvez por isso, o “bravo sertanejo” tenha aceitado se curvar às “violências” instituídas pelos poderosos dos seringais. Euclides insiste: “Repitamos: o sertanejo emigrante realiza, ali, uma anomalia sobre a qual nunca é demasiado insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 2003, p. 88). Talvez seja a expressão mais importante de seus textos sobre os seringueiros, pois envolve uma série de reflexões. Possivelmente, em nenhum outro lugar tenha havido situação semelhante às vividas pelos sertanejos que foram transformados em seringueiros. Estavam totalmente vulneráveis a todos os tipos de calúnias, maus tratos ou moléstias trazidas pelo clima ou pelo próprio homem. Para ressaltar essa situação Euclides lavra a seguinte metáfora potenciadora: “Parte, e leva no próprio estado emotivo a receptividade a todas as moléstias” (CUNHA, 2003. p. 77).

Além de trazer à superfície as situações exploratórias pelas quais os sertanejos passavam desde o início: a partida para os seringais, Euclides também faz percebermos a relação homem x natureza. Ele metaforiza a natureza reagindo à ocupação. De acordo com Libanori (2006, p. 58), “desde que ao homem foi facultado o poder sobre todas as espécies, foi-lhe destinada a ‘terra’ como o lugar onde este poder se desenvolveria e de onde emanaria”.

Em Euclides, esse espaço - a Amazônia - é um lugar de conflito. Para ele, “a natureza caluniada pelo homem vai aparecendo naquelas bandas, ante as imaginações iludidas, como se lá se demarcasse a paragem clássica da miséria e da morte...” (CUNHA, 2003, p. 80). Como já foi dito anteriormente, é uma terra onde todas as fantasias e sonhos do sertanejo acabam esmorecendo.

De maneira geral, quando pensamos na relação homem e natureza, imaginamos que o homem se utiliza dos benefícios que a natureza pode lhe oferecer para continuar sua existência. No entanto, na Amazônia metaforizada por Euclides, há algo diferente da essência imaginada:

Naqueles lugares, o brasileiro salta; é estrangeiro; e está pisando terras brasileiras. Antolha-se um contra-senso pasmoso: à ficção de direito estabelecendo por vezes a extraterritorialidade, que é a pátria sem terra, contrapõe-se uma outra, rudemente física: a terra sem pátria. É o efeito maravilhoso de uma espécie de imigração telúrica. A terra abandona o homem (CUNHA, 2003, p. 42).

O cenário dá a impressão de estar em constante movimento e de obrigar o homem buscar sempre a adaptabilidade ao ambiente, de acordo com as transformações cobradas pela natureza que possui um clima “superior”. Para Euclides, o clima tem papel fundamental em relação à vida do homem na região. Foi o clima que “policiou, saneou, moralizou. Elegeu para a vida os mais dignos. Eliminou e elimina os incapazes, pela fuga ou pela morte” (CUNHA, 2003, p. 95).

Já foi citado anteriormente que dificilmente alguém adquiria o direito à liberdade. Diante disso, digo que o ambiente da região é representado por Euclides a partir de duas faces em relação a esses indivíduos. As expressões “policiou”, “saneou”, “moralizou”, “elegeu”, “eliminou”, “fuga”, “morte” têm dupla ação sobre o homem nos seringais. Vejamos o que disse Euclides:

O impaludismo significa, antes de tudo, a carta de alforria de um atestado médico. É a volta. A volta sem temores, a fuga justificável, a deserção que se legaliza e o medo sobredourado de heroísmo, desafiando o espanto dos que lhe ouvem o romance alarmante das moléstias que devastam a paragem maldita (CUNHA, 2003, p. 80).

Quando disse duas faces, foi refletindo sobre a relação homem x natureza e homem x homem, na condição de, como diria Euclides, “semiescravizado”. O impaludismo, como era conhecida a malária, seria uma forte chance de liberdade para os seringueiros que ainda deviam aos patrões. Assim, poderiam alcançar a liberdade justificada. Vale ressaltar que somente os que venciam essa dura batalha contra a moléstia da “paragem maldita” abraçariam a liberdade. Porém, a morte seria o destino dos mais fracos.

Os sertanejos tinham de um lado a exploração dos patrões, pois eles trabalhavam somente para saldar uma dívida que se avolumava cada vez mais, e de outro estava a questão climática, geralmente muito hostil a eles. Diante de todas as condições desfavoráveis na Amazônia, não era difícil pensar em retornar para a terra nativa. Deveriam trabalhar e quitar as dívidas para conseguir a liberdade. “O desfalecimento moral dos que para lá seguem e levam desde o dia da partida a preocupação absorvente da volta no mais breve prazo possível” (CUNHA, 2003, p. 77). Nesse trecho, vê-se que o sertanejo é atingido pelo desfalecimento moral, preocupação e uma representação, em certa medida, de temor. Interessante verificar esse aspecto, pois Euclides, desde *Os sertões*, metaforiza os sertanejos como corajosos, valentes e fortes, mesmo que não possuíssem o físico avantajado. Como é possível perceber no trecho que segue:

A seca não o apavora. É um complemento à sua vida tormentosa, emoldurando-a em cenários tremendos. Enfrenta-a, estoico. Apesar das dolorosas tradições que conhece através de um sem-número de terríveis episódios, alimenta a todo o transe esperanças de uma resistência impossível. Com os escassos recursos das próprias observações e das dos seus maiores, em que ensinamentos práticos se misturam a extravagantes credences, tem procurado estudar o mal, para conhecer, suportar e suplantar. Aparelha-se com singular serenidade para a luta. Dois ou três meses antes do solstício de verão, espeda e fortalece os muros dos açudes, ou limpa as cacimbas. Faz roçados e arregaça as estreitas faixas de solo arável à orla dos ribeirões (CUNHA, 2003, p.130-131).

Eles estavam sempre preparados para a luta com o clima de sua terra, pois era a sua casa. Por isso, talvez, o sertanejo estivesse adaptado e não desanimava diante dos problemas, porém, a Amazônia era um clima para o qual não estava preparado previamente. Em um espaço desconhecido, revela traços de fragilidade: “o exilado que pede o exílio, lutando por vezes para o conseguir, repelindo outros concorrentes, ao mesmo passo que vai adensando na fantasia alarmada as mais ltuosas imagens no prefigurar **o paraíso tenebroso que o atrai** (CUNHA, 2003, p. 77 – negrito meu). A metáfora mostra que o sertanejo parece estar numa luta sem fim pela sobrevivência, sempre lutando contra muitos “concorrentes” numa terra para onde veio pensando encontrar condição favorável para viver. Ele encontra o paraíso, mas o paraíso é “tenebroso”, como no desconcertante paradoxo de Euclides.

Segundo Rabello (1966, p. 236) para o emigrante “não importava que se maldissesse da sua salubridade – das suas águas torrenciais, dos seus pântanos, da sua lama, dos seus mosquitos, à espera dos que se aventurassem a penetrar-lhe as entranhas, a fim de matá-los de febre ou inanição”. Mesmo assim, a Amazônia atraía o nordestino. O Acre foi local com maior concentração de seringais e cearenses: “eram dois destinos ainda sem comunicação: o primeiro à procura de uma terra que o recebesse, o segundo à procura de um povo que o tomasse” (COSTA, 1940, p. 09).

Ao seguir os escritos de Euclides, percebemos que os dois destinos se encontraram. Entre conflitos começam a surgir elos de interação: “Assombram-no, do mesmo lance, a face desconhecida da paisagem e o quadro daquela **sociedade de caboclos titânicos** que ali estão construindo um território” (CUNHA, 2003, p. 79 – negrito meu). Os “caboclos titânicos”, expressão metafórica idealizadora que caracteriza os sertanejos como possuidores de um poder superior, quase mitológico, estão “construindo um território”. Esse fato nos remete ao que Euclides escreveu em *Os Sertões* sobre o sertanejo.

O sertanejo é, antes de tudo um forte. Não tem raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.

A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.

É desgracioso, desengonçado, torto. **Hércules-Quasímodo**, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos (CUNHA, 2003, p. 115 - negrito meu).

Observemos que, nessa passagem, Euclides se volta para o homem do sertão, o qual é desprovido de aspectos físicos privilegiados, mas essa ausência não interfere em seus atributos de força e bravura. É um “Hércules-Quasímodo”. A perfeita comparação com o personagem mitológico Hércules para enfatizar a força, e o Quasímodo, referência ao conhecido personagem Corcunda de Notre Dame, do escritor francês Victor Hugo, para mostrar os aspectos físicos dos sertanejos. É a antítese entre essência e aparência. E quanto à essência do sertanejo, uma idealização: Hércules/titã.

Euclides parece acordar para a ideia de que os sertanejos estão acima, até mesmo de outras figuras étnicas que vieram para a região. Ao longo do rio Purus, ele percebe que há situações de povoamento graças à ação do homem nordestino:

O primitivo explorador vai, afinal, ajustando-se ao solo, sobre a qual pisou durante tanto tempo indiferente. As suas barracas desafogam-se nas derrubadas; e já nas praias, que as vazantes desvendam, já nos ‘firmes’, a cavaleiro das cheias, se delineiam as primeiras áreas de cultura. **Os tristonhos barracões** cobertos de folhas de ubuçu, transmutam-se em vivendas regulares, ou **amplos sobrados de pedra e cal**. Sebastopol, Canacori, São Luis de Cassianã, Itatuba, Realeza, e dezenas de outros sítios do baixo Purus; Liberdade e Concórdia, nos mais longínquos trechos, com as suas **casas numerosas, que se arrumam** às vezes ao lado de pequenas igrejas, ampliam-se em verdadeiras vilas. São a imagem material do domínio e da posse definitiva (CUNHA, 2003, p. 91 - negrito meu).

Euclides, por meio de metáforas procura esclarecer os primeiros traços de uma evolução dos povoados da região. Geralmente o termo evolução é empregado para tratar da evolução humana, porém Euclides se utiliza da expressão para mostrar o desenvolvimento sistemático das moradias. As casas personificadas por Euclides nos mostram aspectos de seres humanos, “permitindo-nos dar sentido a fenômenos do mundo em termos humanos, termos esses que podemos entender com base em nossas próprias motivações, objetivos, ações e

características” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 88-89). Na expressão “os tristonhos barracões”, aparece a representação por meio de Hipálage, que se caracteriza pela atribuição de uma característica de um ser ou objeto a outro ser ou objeto que se encontra próximo ou relacionado com ele, ou seja, muito mais do que os barracões vistos fisicamente, há os moradores que, em suas formas de viver, acabam “contaminando” os barracões e transformando-os em habitações tristonhas. Por meio dessa metáfora, Euclides transmite a ideia dos dias iniciais do povoamento da região.

3.1.1.1 Judas Asvero

Talvez “Judas Asvero” seja o texto mais densamente lírico de Euclides da Cunha sobre a Amazônia. Sobre esse texto, Tocantins (1978) informa que:

Modesto de Abreu conta em seu livro *Estilo e Personalidade de Euclides da Cunha*, que depois de escrever *Judas-Asvero* o escritor padecia de uma dúvida crucial: aquilo tinha algum valor ou tratava-se, apenas, de frases valorizadas pela força do pitoresco? Procurou o seu amigo Coelho Neto e deu-lhe a ler as folhas do manuscrito. O veredicto final veio com entusiasmo e aplauso. “Isto é uma das melhores coisas que você já escreveu!” Euclides, que ia destruir o capítulo, animou-se a incluí-lo no livro *À margem da história* (TOCANTINS, 1978, p. 159).

Por todas as circunstâncias exploratórias da vida nos seringais, Euclides metaforizou a figura do seringueiro como o Judas do sábado de aleluia:

Por um instante, distancia-se de qualquer pretensão historiográfica e passa a contar uma história com outros matizes, para o alcance e a percepção de uma realidade pela experiência. E nada mais propício do que o trabalho estético-literário para colocar em funcionamento a dialética entre história e memória, sendo que esta última atenderia aos anseios da ficção com estacas na realidade (LEANDRO, 2015, P. 6).

Trata-se de um texto em que Euclides vai além da mera descrição de fatos e ações. Leão (2010, p.15) classifica o texto como “pequeno texto a que eu denominaria ‘croniconto’, em cujas poucas páginas Euclides abandona seu conhecido ímpeto perscrutador e seu tom grandiloquente, em prol de uma representação tangenciadora, não precisa, não peremptória, narrativa em vez de analítica”. Para Hardman (2009, p. 47), em *Judas-Asvero*, “Euclides atinge o ápice da representação do sublime ante o flagelo da paisagem amazônica. (...) essa narrativa curta possui uma unidade épico-dramática que nenhum outro escrito amazônico do autor logrou alcançar”. De acordo com Leandro (2015, p. 6), “a representação literária da velha tradição de malhar o Judas no Sábado de Aleluia plenifica-se de significados quando relacionada ao momento histórico dos seringueiros, como preparado por Euclides no

preâmbulo da sua narrativa”. Subentende-se que o sábado de aleluia seria o único dia de alegrias que os seringueiros teriam durante todo o ano.

Euclides inicia o texto já falando do momento tão esperado pelos seringueiros. “No sábado de aleluia os seringueiros do alto Purus desforram-se de seus dias tristes. É um desafoço. Ante a concepção rudimentar da vida santificam-se lhes, nesse dia, todas as maldades. Acreditam numa sanção litúrgica aos máximos deslizes” (CUNHA, 2015, p. 117). É o dia em que eles têm possibilidades de alcançar o perdão dos possíveis pecados. Euclides explora a tradição cristã de celebrar a “semana santa”, para associá-la à vida do seringueiro.

Guedelha (2013, p. 234) assinala que “a base conceptual que subjaz à narrativa de Judas-Asverus é a metáfora orientacional FELIZ É PARA CIMA; TRISTE É PARA BAIXO, apontada por Lakoff e Johnson (2002)”. Essa metáfora pode ser percebida já no início do texto:

No sábado de Aleluia os seringueiros do Alto Purus desforram-se de seus dias tristes. É um desafoço. Ante a concepção rudimentar da vida santificam-se-lhes, nesse dia, todas as maldades. Acreditam numa sanção litúrgica aos máximos deslizes. **Nas alturas**, o Homem-Deus, sob o encanto da vinda do filho ressurreto e despeado das insídias humanas, sorri, complacientemente, à alegria feroz que arrebenta **cá em baixo**. E os seringueiros vingam-se, ruidosamente, dos seus dias tristes (CUNHA, 2003, p. 117 – negrito meu).

Há uma metáfora antitética (antítese) que contrapõe as expressões “nas alturas” e “cá em baixo”, numa espacialidade verticalizante: em cima está Deus e sua divindade; embaixo estão os seringueiros e seu sofrimento. Portanto, FELIZ É PARA CIMA, onde Deus sorri; e TRISTE É PARA BAIXO, onde os homens têm os seus dias tristes.

A semana santa, tão cara aos rituais cristãos nas cidades, ocorre ali nos seringais de forma bem diferente dos festejos tradicionais, como se percebe no seguinte trecho da narrativa:

Não tiveram missas solenes, nem procissões luxuosas, nem lavapés tocantes, nem prédicas comovidas. Toda a Semana Santa correu-lhes na mesmice torturante daquela existência imóvel, feita de idênticos dias de penúrias, de meios-jejuns permanentes, de tristezas e de pesares, que lhes parecem **uma interminável sexta-feira da Paixão, a estirar-se, angustiosamente, indefinida, pelo ano todo afora** (CUNHA, 2003, p. 117 - negrito meu).

Ou seja, a “sexta-feira da paixão”, que evoca sofrimento extremo, para os seringueiros não é apenas um dia, mas o ano inteiro. O sofrimento que a semana santa recria em outros lugares, no ritual passageiro de uma celebração religiosa, ali é apenas a continuidade natural de uma “mesmice torturante”, em que os meios-jejuns, tristezas, penares e penúrias são permanentes. Perdidos naquele submundo, esquecidos de Deus, chegam a pensar que “o redentor universal não os redimiu; esqueceu-os para sempre, ou não os viu talvez, tão

relegados se acham à borda do rio solitário, que no próprio volver das suas águas é o primeiro a fugir, eternamente, àqueles tristes e desfrequentados rincões” (CUNHA, 2003, p. 118).

Ciente de sua insignificância, eles não rezam, não fazem procissões, para não incomodar o Deus que se encontra lá em cima:

Há concorrentes mais felizes, mais bem protegidos, mais numerosos, (...) mais vistos, nas capelas, nas igrejas, nas catedrais, e nas cidades ricas onde se estadeia o fausto do sofrimento uniformizado de preto, ou fugindo na irradiação de lágrimas, e galhardeando tristezas (CUNHA, 2003, p. 119).

Por que incomodar Deus, se Ele anda tão ocupado com os filhos mais felizes lá das cidades?

A parte que lhe cabe, ali, esquecido pela própria Providência, é mesmo a resignação. Tem que seguir estoicamente e mudo, impassível, a sua sina de isolamento e desventura. A única revolta que consegue esboçar é contra si mesmo. Sente-se culpado pela “ambição maldita” que o cegou diante dos traficantes de gente que o iludiram lá nas paragens nativas, para em seguida entregá-lo, manietado, para um impune sistema de escravidão. E esse pecado, em seu raciocínio, é o seu próprio castigo: transformou a sua vida em uma “interminável penitência”. E o sábado de aleluia é a única oportunidade que ele tem, durante todo o ano, de arrancar a sua penúria da penumbra das matas e exhibi-la, em sua crua e apavorante nudez, à “humanidade longínqua” (GUEDELHA, 2013, p. 237).

É nesse sentido que o sertanejo decide “fabricar” o Judas, a fim de que este seja colocado no rio, em uma canoa, e leve até a “humanidade longínqua” os traços da vida de penúria daquele que nem humano se sente mais, esquecido de Deus. “E é nesse mister que o seringueiro transforma-se, repentinamente, em escultor. Auxiliado pelos filhos pequenos, que recolhem palhas e farrapos por todos os lados, inicia a fabricação da figura ‘funambulesca’ do Judas”. Utilizando sua própria roupa, sapatos velhos e chapéu para vestir o judas, “evidentemente, o sertanejo esculpiu o judas à sua própria imagem e semelhança” (GUEDELHA, 2013, p. 239).

E o Judas é posto para descer o rio em sua jangada, feita de paus travejados. Seu destino é descer o rio, descer sempre, sem destino certo. Na leitura de Guedelha (2013, p. 243), “nesse texto, sobressai a ideia da descida, representada na trajetória do Judas-Asverus. E ele é o *alter ego* do seu próprio criador, o seringueiro, cuja vida consiste em descer, degradando-se cada vez mais”. E, no decurso de sua descida:

O viajante soturno da jangada improvisada recebe toda sorte de impropérios e descarga de chumbo porque ele tem uma ousadia que o próprio seringueiro não consegue ter: ele abandona a “paragem maldita” do seringal, e se liberta. Segue em frente sem nada temer, sendo que nem as saraivadas de tiros o detêm em sua viagem. Os seringueiros o alvejam por não terem essa coragem que ele tem e, indiretamente, vingam-se de si mesmos (GUEDELHA, 2013, p. 243).

Guedelha (2013) sublinha que Euclides opera, nesse texto, a fusão de duas diferentes tradições ligadas à igreja:

Euclides condensa, nesse conto-drama, duas outras antiquíssimas narrativas das tradições ocidentais. Primeiramente, recolhe do relato bíblico a história de Judas Iscariotes, a quem coube o papel de traidor de Jesus nos últimos dias de Sua vida e que, por isso, tornara-se alvo das “malhações” no sábado da aleluia em todo o Brasil (HARDMAN, 2009). Em segundo lugar, (...) recorre à lenda do Asverus, associada à figura do “Judeu Errante”, “condenado ao eterno degredo, a caminhar sem rumo por toda a vida. Essa fusão das duas figuras fantásticas, unificadas na figura do boneco que é um duplo do sertanejo, soa como um irreversível anátema nos rincões amazônicos: o seringueiro é um condenado. E quanto a essa realidade estúpida, o criativo narrador, elaborador de metáforas desconcertantes, parece desencantado (GUEDELHA, 2013, p. 244)

De acordo com Dom Redovino Rizzardo, no site da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), A imagem do judeu-errante

Se refere a uma lenda muito difundida na Europa medieval, relacionada com um personagem criado pelas tradições orais da cristandade primitiva. Nela, se narrava que Assuero, contemporâneo de Jesus, residia em Jerusalém e exercia a profissão de sapateiro. Sua loja ficava na rua que levava ao Monte Calvário, para onde se dirigiam os condenados à morte por crucificação. Na manhã de uma sexta-feira, quem passou diante de sua oficina foi Jesus. Alquebrado pelo peso da cruz, ele caiu e ficou estirado no chão. Dirigindo seu rosto ensanguentado para Assuero, pediu-lhe um copo de água. Mas o que recebeu, foi um pontapé e uma imprecação: “Vá para frente, seu condenado! Você não pode parar!” Com um olhar de serenidade e compaixão, Jesus lhe respondeu: “Assuero, o meu peregrinar está para terminar. O seu, porém, se prolongará até a minha volta, no final dos tempos!” (RIZZARDO, 2012).

Assim também é a representada a vida dos seringueiros. Um eterno peregrinar. Em “Judas-Asvero”, Euclides desfaz-se de seu olhar de cientista e escreve esse texto para mostrar, por meio de uma linguagem carregada de representações, a vida dura nos seringais.

De acordo com Leão (2011):

Sem prender-se a detalhes sociais da exploração do seringueiro – dos quais, aliás, já nos deixara a par – Euclides enceta uma belíssima narrativa centrada na prática de se malhar um boneco no sábado de aleluia. As nuances que há, dizem respeito aos pormenores culturais da vida no ambiente extrativista – aspectos sobre os quais, mesmo após Euclides, os ficcionistas do regionalismo naturalista amazonense que a ele se seguiram, calariam (LEÃO, 2011, p.15).

A prática da malhação do Judas é entendida como forma de vingança. O homem deseja vingar-se de si mesmo, mais precisamente de sua escolha sustentada na ambição. “Só é lícito punir-se da ambição maldita que o conduziu àqueles lugares para entregá-lo, manietado e escravo, aos traficantes impunes que o iludem – este pecado é o seu próprio castigo, transmutando-lhe a vida numa interminável penitência” (CUNHA, 2003, p. 119).

Como expatriados dentro da própria pátria, os seringueiros representam “fantasmas vagabundos”. A adjetivação metafórica não foge a uma realidade que se repetiu insistentemente por longo tempo. Há muito o que se pensar sobre essa massificação dos judas errantes, dentro de outros significados da modernização em regiões

periféricas e dos tentáculos do sistema sórdido de um capitalismo exploratório da força de trabalho” (LEANDRO, 2015, p. 9).

Como sustentação, a Igreja permite aos seringueiros duas coisas para aliviar suas dores. Um “emissário sinistro: Judas” e o sábado para ser o seu dia feliz. O Judas é esculpido pelo próprio seringueiro à sua imagem e semelhança. É a “criação espantosa do seu gênio rude longamente trabalhado de reveses, onde outros talvez distingam traços admiráveis de uma ironia sutilíssima, mas que é para ele apenas a expressão concreta de uma realidade dolorosa” (CUNHA, 2003, p.121).

Quando o seringueiro-escultor coloca seu “sombreiro” no boneco, tem-se a imagem dele mesmo refletida em sua criação: “É um triunfo doloroso. O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vingam-se de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra” (CUNHA, 2003, p. 122). Contudo, essa imagem duplicada não deverá ficar imóvel, no mesmo sentido em que o ser real está. A natureza mais uma vez aparece como porta ou oportunidade de saída: “O rio que lhe passa à porta é uma estrada para toda a terra. Que a terra toda contemple o seu infortúnio, o seu exaspero cruciante, a sua desvalia, o seu aniquilamento iníquo, exteriorizados, golpeantemente, e propaldados por um estranho e mudo pregoeiro” (CUNHA, 2003, p. 123).

Euclides chama ao boneco de “viajante macabro” e “figura demoníaca”. O Judas deverá descer o rio e uma jangada. “E Judas feito Asvero vai avançando vagarosamente para o meio do rio” (CUNHA, 2003, p. 123). Chega um momento na descida em que ele encontra outros Judas. “Aliam-se lhe na estrada dolorosa outros sócios de infortúnio” (CUNHA, 2003, p.125). “É uma duplicação em massa dos andrajos humanos, refletidos nos seringueiros. É como se o rio projetasse para sua barranca a figura humana imolada no Sábado de Aleluia” (LEANDRO, 2003, p. 8).

Ao final do texto, os Judas-Asveros continuam a viagem, levados pelo rio, como uma procissão e um sempre caminhar errante: a metáfora do seringueiro.

3.1.2 Cauchero peruano

Na Amazônia, Euclides também encontrou outro grupo de homens: os caucheros. E no capítulo “Os Caucheros”, ele os apresenta da seguinte forma:

Aquém da margem direita do Ucaiali e das terras onduladas, onde se formam os manadeiros do Javari, do Juruá e do Purus, apareceu a cerca de cinquenta anos uma nova sociedade. Formara-se obscuramente. Perdida longo tempo no afogado das selvas, apenas a conheciam raros comerciantes do Pará, onde, desde 1862, começaram a chegar, provindas daqueles pontos remotos, as pranchas pardo-escuro de uma outra

goma elástica concorrente com a seringa às exigências da indústria (CUNHA, 2003, p. 97).

Os caucheiros, apelido dado aos sertanistas que batiam lugares desconhecidos em busca dessa goma elástica, possuíam características de nômades, como Euclides mostrou acerca suas origens: “Vinhã do Ocidente, transpondo os Andes e suportando todos os climas da Terra, dos litorais adustos do Pacífico às punas enregeladas das cordilheiras” (CUNHA, 2003, p. 97). Eles conseguiram ultrapassar obstáculos dos Andes e chegaram em outra imensidão: a Amazônia. Sobre esse momento, Euclides informa que entre eles e o torrão nativo ficavam duas “muralhas altas de sete mil metros e um longo valo escancelado em abismos. Adiante os plainos amazônicos; um estiramento de centenas de milhas para NE, a perder-se, indefinido, na prolongação atlântica, sem a *juga* de um cerro balizando a imensidade” (CUNHA, 2003, p. 97-98).

Na descrição de Euclides, observamos o mesmo cenário espacial dos seringueiros quando chegaram na região. Porém, a perspectiva é outra. É como se os caucheiros estivessem numa porta de entrada no alto, de onde pudessem ver toda a grandeza física da terra nativa. Para Euclides, **“nunca se armou tão imponente cenário a tão pequeninos atores”** (CUNHA, 2003, p. 98 – negrito meu). A citação reflete o pensamento de Euclides a respeito da região e a relação com o homem:

Quando Euclides se refere à Amazônia como “deserto”, como um “livro”, como uma “obra de arte”, como um **“teatro”**, como “inferno”, como “mulher” e como “paraíso”, por exemplo, ele não estaria usando essas expressões metafóricas apenas para embelezar os seus escritos. O que ele faz, na verdade, segundo a teoria da metáfora conceptual, é trazer à tona, em cada uso metafórico, uma maneira de se conceber a Amazônia que faz parte de um sistema conceptual, de uma rede cognitiva preexistente ao uso da expressão (GUEDELHA, 2013, p. 148 - negrito meu).

Diante disso, Euclides mostra um “cenário imponente”, é no palco desse cenário que o homem desses tempos pratica suas ações e vive seus dramas. Para ele, os homens são considerados “pequeninos atores”, em um grandioso palco. A expressão metafórica não foi utilizada para embelezar o texto, mas como uma forma de conceber a região a partir de um sistema conceptual que está presente em nossa mente e trazido à superfície por meio da linguagem.

Ao entrar na região, os caucheiros logo percebem que a paisagem vista da entrada possui habitantes de natureza e costumes diferentes. Euclides fala dessa convivência inicial da seguinte forma:

Discordes nos hábitos e na procedência, lá se cumprimem em ajuntamento forçado; os *amauacas* mansos que se agregam aos *puestos* dos extratores do caucho; os *coronauas* indomáveis, senhores das cabeceiras do Curanja; os *piros* acobreados, de rebrilhantes dentes tintos de rena escura que lhes dão aos rostos, quando sorriem, indefiníveis

traços de ameaças sombrias; os barbudos *cashillos* afeitos ao extermínio em correrias de duzentos anos sobre os destroços das missões do Pachitea; os *conibos* de crânios deformados e bustos espantadamente listrados de vermelho e azul; os *setebos*, *sipibos* e *yurimauas*; os *mashcos* corpulentos, do Mano, evocando no desconforme da estrutura os gigantes fabulados pelos primeiros cartógrafos da Amazônia; e, suplantando-os na fama e no valor, os *campas* aguerridos do Urubamba (CUNHA, 2003, p. 99).

O ajuntamento é forçado, e ficam mais evidentes as características dos caucheiros que se embrenham nos territórios. Conseqüentemente, começam a aflorar os aspectos de dominação pelo poderio das armas. Euclides analisa a situação comparando com grandes campanhas de conquista feitas pelas armas que a tecnologia possibilitou criar. Ele descreve assim o destino das sociedades indígenas daquela região por habitarem uma área reduzida e de ajuntamento forçado: “Elas estão, evidentemente, nos últimos redutos para onde refluíram no desfecho de uma campanha secular, que vem do apostolado das mainas às expedições modernas e cujos episódios culminantes se perderam para a História” (CUNHA, 2003, p. 99).

Para Euclides, “o narrador destes dias chega no final de um drama, e contempla surpreendido o seu último quadro prestes a cerrar-se” (CUNHA, 2003, p. 99). Neste trecho, apresenta-se a voz do narrador. A metáfora do teatro novamente presente. O narrador também se coloca no mesmo drama. Parece evidenciar o fechamento de uma tragédia. Apresenta-se no palco onde os caucheiros também encenam suas ações.

Sobre esses atores, Euclides escreveu que “os caucheiros aparecem como os mais avantajados batedores da sinistra catequese a ferro e fogo, que vai exterminando naqueles sertões remotíssimos os mais interessantes aborígenes sul-americanos” (2003, p. 100). É uma ação destruidora, que não deixa de ser uma ação de dominação de um povo sobre o outro na disputa por espaço. “A civilização, barbaramente armada de rifles fulminantes, assedia completamente ali a barbaria encontrada” (CUNHA, 2003, p. 100). As metáforas estão direcionadas para os caucheiros, fortemente armados, e aos nativos, que pela expressão “civilização” empregada para se referir aos invasores, são apresentados como bárbaros em sentido contrário ao de civilização. Nota-se que as expressões “barbaramente” e “barbaria” possuem sentidos metafóricos diferentes:

A metáfora tem uma ambiguidade constitutiva, uma vez que na combinação de dois sentidos (no mínimo) num único signo, a metáfora gera um paradoxo que mostra o sentido tomando sempre duas direções simultaneamente. Dessa forma, a metáfora assinala que a linguagem é de natureza equívoca (multívoca) e nunca inequívoca (unívoca) (GUEDELHA, 2013, p. 169).

Os caucheiros são representados por Euclides como um nômade dedicado ao combate, à destruição e a uma vida sem local fixo:

Deste modo o nomadismo impõe-se-lhes. É-lhes condição inviolável de êxito. Afundam temerariamente no deserto; insulam-se em sucessivos sítios e não reveem nunca os caminhos percorridos. Condenados ao desconhecido, afeiçoam-se às paragens ínvias e inteiramente novas. Alçam-nas: abandonam-nas (CUNHA, 2003, p.101).

Nessa passagem também são notadas características de potência instintiva do homem. A sempre partida por lugares desconhecidos, onde não sabiam o que encontrariam, e mesmo assim estavam dispostos a seguir em frente. “Os exploradores deslocam-se a outros rumos, reeditando quase sem variantes todas as peripécias daquela vida aleatória de caçadores de árvores” (CUNHA, 2003, p. 100). Com a expressão “caçadores de árvores”, podemos analisar a partir do conceito de metáfora ontológica, desenvolvido por Lakoff e Jhonson (2002). Para eles, “usamos metáforas ontológicas para compreendermos eventos, ações, atividades e estados” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 83). Pensando assim, verificamos que caçadores e árvores existem no tempo e no espaço. Portanto, os caucheiros exercem a atividade da caça, que para os teóricos é a “substância metafórica”. Na representação dos sentidos, os caçadores ocupam os lugares temporariamente ou até a última árvore de seu trabalho cair. Parece ser uma rotina dinâmica: chegam, destroem e abandonam.

Euclides classifica as ações dos caucheiros da seguinte forma: “Esta missão histórica advém-lhes da fragilidade de uma árvore” (CUNHA, 2003, p. 100). Para ele, a busca ou caça por essa árvore torna os caucheiros nômades, e isso os leva às condições de conflito. “O caucheiro é forçadamente um nômade, voltado ao combate, à destruição e a uma vida tumultuária” (CUNHA, 2003, p. 100). O motivo dessa característica é que as árvores de onde eles extraem a “goma elástica” não são como as seringueiras brasileiras, em que o látex se renova periodicamente, possibilitando uma extração “estável”. As árvores do caucho são muito sensíveis à exploração. “Desde que a golpeiem, morre, ou definha durante largo tempo, inútil. Assim o extrator derruba de uma vez para aproveitá-la toda” (CUNHA, 2003, p. 100).

Dessa forma, os terrenos encontrados e de grandes cauchais desaparecem rapidamente. Ao alcançar o esgotamento das árvores, “os exploradores deslocam-se a outros rumos, reeditando quase sem variantes todas as peripécias daquela vida aleatória de caçadores de árvores” (CUNHA, 2003, p. 100). As expressões “exploradores” e “caçadores de árvores” estão inerentes aos caucheiros, pois de acordo com Euclides, somente por meio do nomadismo eles terão condições de alcançar êxito na empreitada. Euclides chega a afirmar que o nomadismo é “condição inviolável” para eles. Por isso:

Afundam temerariamente no deserto; insulam-se em sucessivos sítios e não reveem nunca os caminhos percorridos. Condenados ao desconhecido, afeiçoam-se às paragens ínvias e inteiramente novas. Alçam-nas: abandonam-nas. Prosseguem e

não se retribam nas posições às vezes arduamente conquistadas (CUNHA, 2003, p. 101).

No processo de conquista, Euclides descreve que, quando os caucheiros encontram os pés de caucho:

Os seus primeiros instrumentos de trabalho são a carabina Winchester – rifle curto adrede disposto aos encontros no traçado das ramarias – o ‘machete’ cortante que lhes destrama os cipoais, e a bússola portátil, norteando-os no embaralhado das veredas. Tomam-nos e lançam-se a uma revista cautelosa das cercanias. Vão em busca do selvagem que devem combater e exterminar ou escravizar, para que do mesmo lance tenham toda a segurança no novo posto de trabalhos e braços que lhes impulsionam (CUNHA, 2003, p.101).

De acordo com os escritos de Euclides, essa missão inicial é cuidadosamente planejada. Por ser uma ação que envolve riscos, são poucos os homens que aceitam participar de dessa ação chamada por Euclides de “obrigatória” e “temerária”:

Meia dúzia de homens, dispersando-se e mergulhando silenciosamente na espessura. E lá se vão, perquirindo e sondando todos os recessos; batendo palmo a palmo todos os recantos suspeitos; anotando de cor, num exaustivo levantamento topográfico, de memória, os mais variados acidentes; ao mesmo passo que com os olhos e ouvidos armados aos mais fugitivos aspectos e aos mais vagos rumores dos ares murmurantes da floresta, vão premonindo-se dos resguardos e ardilezas que se exigem **naquele assombroso duelo sevilhano com o deserto** (CUNHA, 2003, p. 102 – negrito meu).

Em “assombroso duelo sevilhano com o deserto”, Euclides não mostra a região como um local despovoado, mas metaforiza com características de combate. Como se o deserto também fosse uma pessoa e mais especificamente, adversário do homem.

Temos também uma metáfora mais específica, que é DESERTO É UM ADVERSÁRIO. É essa metáfora específica, e não a geral, que demanda uma série de providências a serem postas em prática no sentido de lutar contra o deserto. Ele é encarado não apenas como uma pessoa, mas como um inimigo perigoso, ameaçador, e que precisa ser enfrentado e vencido (GUEDELHA, 2013, p. 166).

Por esses motivos característicos desse deserto específico, alguns desses homens “combatentes do deserto” não voltam mais. Outros retornam sem sucesso, porém outros encontram o que procuram. E mesmo sendo territórios ocupados por nativos, eles não retornam para informar ou buscar reforços. Eles se aproximam das cabanas, observam detalhadamente os habitantes da área. Às vezes isso era feito por um único indivíduo acompanhado apenas por seu rifle com pouca munição. Euclides vê da seguinte forma essa ação dos “invasores”:

É um rastreamento longo, tortuoso e lento, em que ele aproveita todos os acidentes encobrendo-se por detrás dos troncos ou entaliscando-se nos ângulos das sapopembas, deslizando sem ruído sobre as camadas das ramas decompostas, ou insinuando-se entre as hastes unidas das helicônias de largas folhas protetoras, até que possa, no termo da investida surda e angustiosa, contemplar e ouvir de perto, quase à orla do terreiro claro, os adversários inexpertos, e incientes do civilizado sinistro que os espia e os conta e lhes observa as maneiras e lhes avalia os recursos – e volta depois do

exame minucioso, levando aos companheiros, que o aguardam, todos os informes necessários à “conquista” (CUNHA, 2003, p.102).

Ao verificar essa passagem, tem-se a sensação de que os conquistadores se lançarão brutalmente contra os nativos, porém mesmo que tenham predileção pelo termo “conquista”, Euclides diz que “não a efetuam pelas armas sem esgotarem os efeitos da diplomacia rudimentar dos presentes mais apetecidos do selvagem” (CUNHA, 2003, p. 103). Esses “meios” geralmente falhavam. Então os exploradores usavam a força das armas impiedosamente contra os “inimigos”, pois quanto mais rápida a ação, melhor o resultado para eles. Euclides afirma que:

Subordina-se a uma tática invariável: a máxima rapidez do tiro e a máxima temeridade. São garantias certas do triunfo. É incalculável o número de minúsculas batalhas travadas naqueles sertões onde reduzidos grupos bem armados suplantam tribos inteiras, sacrificadas a um tempo pelas suas armas grosseiras e pela afoiteza no arremeterem com as descargas rolantes das carabinas (CUNHA, 2003, p. 103).

Para exemplificar a atitude dos caucheiros para com os nativos dessas áreas, Euclides cita a chegada, em 1892, de um grande explorador chamado Carlos Fiscarrald à região e o primeiro contato com os nativos. Cito aqui essa passagem de maneira a contextualizar:

O notável explorador, depois de apresentar ao “infel” os recursos que trazia e o seu pequeno exército, onde se misturavam as fisionomias díspares das tribos que subjugara, tentou demonstrar-lhe as vantagens da aliança que lhe oferecia contrapostas aos inconvenientes de uma luta desastrosa. Por única resposta o *mashco* perguntou-lhe pelas flechas que trazia. E Fiscarrald entregou-lhe, sorrindo, uma cápsula de Winchester. O selvagem examinou-a, longo tempo, absorto ante a pequenez do projétil. Procurou, debalde, ferir-se, roçando rijamente a bala contra o peito. Não conseguindo, tomou uma de suas flechas; cravou-a de golpe, no outro braço, varando-o. Sorriu, por sua vez, indiferente à dor, contemplando com orgulho o seu próprio sangue que esguichava... e sem dizer palavra deu as costas ao sertanista surpreendido, voltando para o seu tolderio com a ilusão de uma superioridade que a breve trecho seria inteiramente desfeita. De fato, meia hora depois, cerca de cem *mashcos*, inclusive o chefe recalcitrante e ingênuo, jaziam trucidados sobre a margem, cujo nome, *playamashcos*, ainda hoje relembra este sanguinolento episódio (CUNHA, 2003, p. 104).

Esses exploradores vão desbravando o território que Euclides chama de “região bravia”. Como vimos, a “limpeza” inicial se dá de maneira violenta. Os nativos são mortos ou escravizados. E em pouco tempo, os caucheiros se multiplicam e a calma natural dá lugar a uma agitação que poderá ser efêmera, pois de acordo com Euclides, “os caucheiros ali estacionam até que caia o último pé de cacho. Chegam, destroem e vão-se embora” (CUNHA, 2003, p. 105). Parece ser uma ação constante dos caucheiros, que depois de exterminar ou escravizar os habitantes nativos e as árvores do cacho, partem em busca de outros “rumos onde renovam as mesmas tropelias, passando uma vaga devastadora e deixando ainda mais selvagem a própria selvageria” (CUNHA, 2003, p. 105).

O local onde os caucheiros faziam as negociações, como se fossem os barracões a que pertenciam os seringueiros brasileiros, é representado por Euclides como área “movimentada” e “ruidosa”:

A vivenda principal e as que se lhe subordinam, arruadas alguma vez à maneira de pequenas vilas, erigem-se sempre um ponto bem escolhido a cavaleiro do rio; e a despeito de se construírem exclusivamente com as folhas e estípites da paxiúba – que é a palmeira providencial da Amazônia – são em geral de dois andares e têm na elegância das linhas e nas varandas desafogadas, que a circuitam, uma aparência de todo contraposta ao **aspecto tristonho dos chatos barracões dos nossos seringueiros** (CUNHA, 2003, p. 106 – negrito meu).

No trecho em questão identifiquei a presença da metáfora por meio de nosso campo visual: “A metáfora é natural, pois se origina do fato de que, quando olhamos para algum território (terra, chão, etc) o nosso campo visual define uma demarcação do território, no caso a parte que podemos ver” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 82-83). Observamos que as habitações são marcadas por antíteses. Marcações sociais de classe. A vivenda principal, pertencente aos patrões, possui traços elegantes e “varandas desafogadas”, já as habitações dos extratores possuem aspectos tristes e grosseiros. Nesse espaço, acontecem as negociações de mercadorias entre caucheiros extratores e caucheiros administradores. Euclides vê ali:

Uma agitação animadora e álaure; carregadores possantes passando em longas filas sucessivas arcados sob as pranchas de caucho; administradores ativos rompendo das portas do andar térreo e correndo para toda a banda, para os armazéns refeitos de conservas ou para as tendas fulgurantes, onde estridulam malhos e bigornas, reparando as *achas* e *machetes*. (...) Embaixo no *embarcadeiro*, coalhado das ubás velozes, onde as taganas figam vivamente os ares, vozeia a algazarra dos práticos e proeiros, e espalmam-se nas águas as balsas feitas exclusivamente de caucho, formando-se **sobre o “caminho que a marcha” a “mercadoria que conduz os condutores”**. E em todo o correr da ladeira que dali serpeia até em cima, as saias vermelhas e os corpinhos brancos das *cholas* graciosas de Iquitos, passando e entrecruzando-se, **num embandeiramento festivo** (CUNHA, 2003, 106-107 – negrito meu).

No trecho acima, são encontradas metáforas as quais são conhecidas como paradoxo. “o paradoxo sempre ultrapassa as fronteiras da lógica, dando uma certa impressão de algo absurdo. Mas como se trata de uma construção metafórica, essa sensação de absurdo se desfaz em nome da expressividade do enunciado” (GUEDELHA, 2013, p. 129). Na expressão metafórica a “mercadoria que conduz os condutores”, a mercadoria foi utilizada como condutora quando em um processo lógico, deveria ser conduzida. O “embandeiramento festivo” é o resumo da metáfora visual. Já comentada anteriormente. De acordo com Lakoff e Johnson (2002, p. 82), “nós conceptualizamos nosso campo visual como um recipiente e conceitualizamos o que vemos como se estivesse dentro desse recipiente”. Por isso conseguimos ver, por meio das descrições de Euclides a representação de uma comunidade

mais organizada e planejada para a exploração e comercialização dos produtos extraídos na região, até mesmo uma ordem hierárquica bem definida.

Euclides se sente surpreso com a organização dessas estruturas que foram preparadas para suprir todas as necessidades logísticas para a exploração. Quando se adentra para o interior das repartições, é como se o indivíduo estivesse em qualquer outro local comercial das áreas urbanas:

No alto o caucheiro – um triunfador jovial e desempenado sobre os rijos tacões das suas botas de mateiro- recebe – ruidosamente, abrindo-lhe de par em par as portas numa hospitalidade espetaculosa e franca. E completa-se o encanto. Extinta a noção do tempo, ou do longo espaço de milhares de quilômetros gastos no sulcar os rios solitários para atingir aquela estância longínqua, o forasteiro insensivelmente se imagina em algum entreposto comercial de qualquer cidade da costa. Nada lhe falta ao engano: o longo balcão de pinho abarreirando a sala principal e cerrando o recinto, onde se aprumam as prateleiras atestadas de mercadorias; os empregados solícitos obedientes às ordens do guarda-livros corretíssimo, que o cumprimentou ao entrar e volveu logo à sua escrita, acurvado sobre a secretária inclinada; o copo de cerveja que lhe oferecem, ao invés da *chicha* tradicional; a folhinha artística a um lado, marcando o dia certo do ano; os jornais de Manaus e Lima; e até – o inverossímil – **a tortura requintada e culta de um fonógrafo, gaguejando, emperradamente, naquele fundo de desertos, uma ária predileta de tenor famoso** (CUNHA, 2003, p. 107 - negrito meu).

É um cenário montado para que os exploradores possam sentir-se em casa, porém esse complexo ilusório compreende apenas um pequeno trecho de chão construído em local estratégico para a troca de mercadoria e seu transporte para os destinos. Temos no final da citação acima a presença de ironia e humor. A ironia “é um mecanismo de retórica que consiste em dizer o contrário do que se pensa.” (GUEDELHA, 2013, p. 128). O fundamental dessa maneira de fazer metáfora está no entendimento do dito e do pensado. Ao citar “tortura” no trecho acima, Euclides não está se referindo às torturas físicas entre inimigos, mas quer evidenciar a falta de dotes artísticos do homem que toca uma ária no cenário descrito. O contexto é fundamental para o entendimento dessa ironia, ocasionando também a presença de humor pela metáfora construída.

Os acontecimentos fora desse “falso cenário, o drama real que se desenrola é quase inconcebível para o nosso tempo” (CUNHA, 2003, p. 108). Euclides faz essa afirmação levando em conta o círculo hierárquico dessa sociedade organizada em torno da exploração natureza e também do homem. “Abaixo do caucheiro opulento, numa escala deplorável, do mestiço loretano, que ali vai em busca da fortuna, ao quíchua deprimido trazido das cordilheiras, há uma série indefinida de espoliados” (CUNHA, 2003, p. 108). Os indivíduos que fazem o trabalho pesado perdem suas identidades nativas por vontade ou por dependência e tornam-se caucheiros. Ao falar sobre a situação dos caucheiros, Euclides diz que para “vê-los tem-se que varar os obscuros recessos da mata sem caminhos e buscá-los nas *hurmas*

solitárias, onde assistem completamente sós, acompanhados apenas do rifle inseparável, que lhes garante a existência com os recursos aleatórios das caçadas” (CUNHA, 2003, p. 108).

Nessas condições dificultosas, eles trabalham, como os seringueiros brasileiros, sem lamentações, duramente, por “longos anos”, ficam à mercê de doenças e perigos da floresta, sem a assistência próxima dos barões que usam de forma escravocrata essa mão de obra. Mesmo sem vigiá-los, o patrão “sabe que lhe não fogem. Em roda, num raio de seis léguas, que é todo o seu domínio, a região, inçada de outros *infieles*, é intransponível” (CUNHA, 2003, p. 108). Essa região intransponível dá ao barão a certeza de que o “escravizado não fugirá”, pois o “deserto” faz o trabalho de vigilante e resguarda-lhe o poder sobre os indivíduos em tais condições.

Euclides acredita que o caucheiro é um ser cheio de contradições, pois, para ele, é alguém que possui atributos de civilizado, porém se torna “bárbaro” quando encara as aventuras em busca do caucho.

Realmente, o caucheiro não é apenas um tipo inédito na História. É sobretudo, antinômico e paradoxal. No mais pormenorizado quadro etnográfico não há lugar para ele. A princípio figura-se-nos um caso vulgar de civilizado que se barbariza. Num recuo espantoso em que se lhe apagam os caracteres superiores nas formas primitivas da atividade (CUNHA, 2003, p. 109).

De acordo com Euclides, a contradição civilizado x bárbaro é enganosa na essência. O caucheiro a usa apenas quando necessita. “É *caballero* e selvagem, consoante as circunstâncias” (CUNHA, 2003, p. 109). As atitudes e ações dependem das “circunstâncias”. É um ser dual:

O dualismo curioso de quem procura manter intactos os melhores ensinamentos morais ao lado de uma moral fundada especialmente para o deserto – reponta em todos os atos da sua existência revolta. O mesmo homem que com invejável retitude esforça-se por satisfazer os seus compromissos, que às vezes sobem as milhares de contos, com os exportadores de Iquitos ou Manaus, não vacila em iludir o *péon* miserável que o serve, em alguns quilos de sernambi ordinário; ou passa por vezes da mais refinada galanteria à máxima brutalidade, deixando em meio um sorriso cativante e uma medida impecável, **para saltar com um rugido**, de *cuchillo* rebrilhante em punho, sobre o *cholo* desobediente que o afronta (CUNHA, 2003, p. 110).

Na metáfora “para saltar com um rugido” percebemos a presença da característica de um animal feroz e impiedoso, principalmente quando eles são confrontados ou não tem suas vontades satisfeitas. Por isso, esses caucheiros são representados por não seguirem um único e inflexível modelo de comportamento. Segundo Euclides, “a selvageria é uma máscara que ele põe e retira à vontade” (CUNHA, 2003, p. 110). Ele enfatiza a duplicidade comportamental dos caucheiros. A máscara carrega em si a flexibilidade desses indivíduos

que agem, como foi dito anteriormente, de acordo com exigências das circunstâncias e interesses.

Euclides também compara o caucheiro com o bandeirante Antônio Raposo, um conquistador que agia com uma só postura. Sobre ele o autor escreveu:

O seu heroísmo é brutal, maciço, sem frinchas, sem dobras, sem disfarces. Avança ininteligentemente, mecanicamente, inflexível, como uma força natural desencadeada. [...] O bandeirante foi brutal, inexorável, mas lógico.

Foi o super-homem do deserto. [...] O caucheiro é irritantemente absurdo na **sua brutalidade elegante, na sua galanteria sanguinolenta e no seu heroísmo à gandaia**. É o homúnculo da civilização (CUNHA, 2003, p. 110-111 - negrito meu).

A citação acima apresenta o paradoxo:

O paradoxo aqui foi empregado para exemplificar o fato de que os caucheiros (extratores peruanos) eram indivíduos dissimulados. Tinham “duas caras” e por isso não eram confiáveis: na aparência eram elegantes; na essência eram cruéis e extremamente violentos (GUEDELHA 2013, p. 129).

Além de fazer uma crítica ou denúncia sobre os caucheiros, notamos que Euclides é a favor de uma única postura, mesmo que para comprovar o caráter único, seja usada violência brutal, mas a “lógica” comportamental seria mantida, como nas observações sobre o bandeirante citado. O caucheiro era oposto ao que ele aprovava como virtude. “Neste viver oscilante, ele dá tudo quanto pratica, na terra que devasta e desama, um caráter provisório – desde a casa que constrói em dez dias para durar cinco anos, às mais afetuosas ligações que às vezes duram anos e ele destrói num dia” (CUNHA, 2003, p. 112).

Dos escritos de Euclides sobre os caucheiros, pude perceber que para eles não havia leis oficiais, nem caráter ou humanidade para com nativos (indígenas) da região, não dispensavam homens ou mulheres da violência, como nesta passagem:

Cada um traz o código penal no rifle que sobraça, e exercita a justiça a seu alvedrio, sem que o chamem a contas. Num dia, de julho de 1905, quando chegava ao último *puesto* caucheiro do Purus uma comissão mista de reconhecimento, todos os que a compunham, brasileiros e peruanos, viram um corpo desnudo e atrocemente mutilado, lançado à margem esquerda do rio, num claro entre as frecheiras. Era o cadáver de uma amahuaca. Fora morta por vingança, explicou-se vagamente depois. E não se tratou mais do incidente – coisa de nonada e trivialíssima na paragem revolvida pelas gentes que a atravessam e não povoam, e passam deixando-a ainda mais triste com os escombros das estâncias abandonadas (CUNHA, 2003, p. 113 - negrito meu).

Na metáfora em que o rifle é a justiça, Euclides transmite o pensamento de que essa justiça possui sentido diferente do literal. Para Guedelha (2013, p. 128), se trata de “flagrante injustiça”. A expressão “código penal” também mostra que o poder está nas mãos de quem carrega os rifles. “Mas por meio dessas expressões o autor atinge o seu objetivo, que é censurar, criticar a ausência da lei, porque esta não chega ali, nos mais remotos rincões amazônicos”. (GUEDELHA, 2013, p. 128).

Ao longo do rio Purus está o cenário que uma vez fora agitado, agora se misturam abandono, destruição e silêncio. Abandonam tudo, inclusive o próprio homem que não tem mais condições para o trabalho, vencido pelo impaludismo. Euclides relata o encontro com um dos abandonados:

Num dos casebres mais conservados aguardava-nos o último habitante. Piro, amahuaca ou campá, não se lhe distinguia a origem. Os próprios traços da espécie humana. Transmudava-lhos a aparência repulsiva: um tronco desconforme, inchado pelo impaludismo, tomando-lhe a figura toda, em pleno contraste com os braços finos e as pernas esmirradas e toliças como as de um feto monstruoso. (...) Acocorado a um canto, contemplava-nos impassível. Tinha a um lado todos os seus haveres: um cacho de bananas verdes. **Esta coisa indefinível que por analogia cruel sugerida pelas circunstâncias se nos figurou menos um homem que uma bola de caucho ali jogada a esmo, esquecida pelos extratores** – respondeu-nos às perguntas num regougo quase extinto e numa língua de todo incompreensível (CUNHA, 2003, p. 114-115).

O homem deixado para trás pelos caucheiros é “coisa indefinível”. Pela metáfora, mobilizamos uma série de conceitos sugeridos principalmente pelo contexto histórico experienciado. A cena nos remete para as metáforas de Lakoff e Johnson (2002, p. 60) “FELIZ É PARA CIMA; TRISTE É PARA BAIXO”. Para eles, “Postura caída corresponde a tristeza e depressão, postura ereta corresponde a um estado emocional positivo” (LAKOFF E JOHNSON, 2002, p. 60). Fica evidente na citação que o homem descrito se encontra nesse estado por ser vítima da exploração por parte dos caucheiros. É homem transformado em objeto pelo próprio homem. Comparado ao próprio produto da extração: o caucho, porém com valor menor.

Euclides nos transmite a ideia de que assim são os finais dos locais por onde os caucheiros passam e a certeza de que, naqueles momentos:

Os desmandados aventureiros que àquela hora prosseguiram na faina devastadora: abrindo a tiros de carabinas e a golpes de machetes novas veredas a seus itinerários revoltos, e desvendando outras paragens ignoradas, onde deixariam, como ali haviam deixado, no desabamento dos casebres ou na figura lastimável do aborígene sacrificado, os únicos frutos de suas lides tumultuárias, de **construtores de ruínas** (CUNHA, 2003, p. 115 – negrito meu).

Na expressão metafórica “construtores de ruínas”, possui sentido de destruição e não o sentido literal de construção. Podemos exemplificar pelas metáforas “BOM É PARA CIMA; MAU É PARA BAIXO” e “VIRTUDE É PARA CIMA; DEPRAVAÇÃO É PARA BAIXO”. Consideremos os caucheiros como sociedade nesta análise.

SOCIEDADE É UMA PESSOA. Ser virtuoso consiste em agir em consonância com os padrões propostos pela sociedade (que é uma pessoa), a fim de manter o bem-estar da sociedade. VIRTUDE É PARA CIMA porque ações virtuosas estão ligadas ao bem-estar social, de acordo com o ponto de vista da sociedade (pessoa) (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 64).

De acordo com os postulados de Lakoff e Johnson (2002), os caucheiros, enquanto “construtores de ruínas” não se enquadram em “BOM É PARA CIMA E VIRTUDE É PARA CIMA”, pois Euclides os descreve como possuidores de características destruidoras, não possuem preocupações com o bem-estar geral. Por outro lado, ousou dizer que são virtuosos para a sociedade (caucheiros) da qual fazem parte.

Como vimos esses atores presentes no palco amazônico foram destacados por Euclides com características de brutalidade e destruição:

Não deixou de ser original ao examinar as condições de existência nos seringais, onde percebeu uma diferença crucial entre os dois tipos humanos: o caucheiro e o seringueiro, vendo no primeiro não apenas predador, mas o errante. O seringueiro, apesar de sua vida precária e de sua condição de vítima de um sistema de exploração cruel, de alguma maneira se fixava à terra, através da estrada de seringa. Fixava-se para melhor ser explorado. Ambos, entretanto, não passavam de relíquias de um modo que devia ser transformado pela justiça e pelo progresso (PINTO, 2011, p. 09).

3.1.3 Nativos

Quando seringueiros sertanejos e seringueiros peruanos chegaram à região, havia outro tipo humano que destacaremos no próximo tópico. Para eles, emprego o termo “nativos”.

3.1.3.1 Indígenas

Muito do que Euclides pensara acerca dos indígenas que habitavam a Amazônia fora baseado a partir de leituras de viajantes anteriores a ele. Posso dizer que as ideias matrizes foram historicamente sendo construídas. Até mesmo o pensamento predominante de que os indígenas possuíam inferioridade racial.

Durante todo esse longo e complexo processo de formação dos países e povos do Novo Mundo, a ideia da superioridade branca e europeia sobre a fragilidade dos povos indígenas e dos negros e mestiços tem estado presente em diferentes gradações, realinhamento constantemente não apenas no nosso senso comum, mas envolvendo também as temáticas de pesquisadores e especialistas, em particular no que vem sendo identificado como o terreno da formação sociocultural da América indígena, negra e mestiça (PINTO, 2006, p. 14).

Essas ideias têm feito parte de conceitos que tentam explicar as condições culturais dos povos indígenas da Amazônia no processo de construção histórica. Para Euclides, o processo de colonização e civilização aconteceu da seguinte forma:

Abra-se qualquer regulamento de higiene colonial. Ressaltam à mais breve leitura os esforços incomparáveis das modernas missões e o seu apostolado complexo que, ao revés das antigas, não visam arrebatam para a civilização a **barbaria transfigurada**,

senão transplantar, integralmente, a própria civilização para o seio adverso e rude dos territórios bárbaros (CUNHA, 2003, p. 82 - negrito meu).

Na metáfora “**barbaria transfigurada**” vemos a presença de uma nova ideia para tentar “civilizar” o “bárbaro. É visto um movimento de postura dos brancos em relação aos indígenas. Talvez as novas atitudes dos brancos estejam na base de que é impossível tirá-los do seu habitat para a civilização. Daí a necessidade de os brancos ficarem nos povoamentos indígenas para tentar o processo de aculturação nos mesmos moldes que aconteceram em outros espaços de colonização europeia, como o próprio Euclides escreveu:

A França na Indochina, de clima quase temperado, despendeu quinze anos de trabalhos contínuos para que sobrestivesse a mortalidade; e, obedecendo aos pareceres dos seus melhores cientistas, renunciou, depois de longas tentativas, ao povoamento sistemático da África equatorial. O mesmo sucede no geral das colônias inglesas, alemãs ou belgas. Baste-nos notar que a estadia regulamentar dos seus agentes oficiais tem o período máximo de três anos. A volta aos lares nativos é uma medida de segurança indispensável a restaurar-lhes os organismos combalidos. Deste modo, a despeito de tão grandes sacrifícios e dispêndios, e dos prodígios de engenharia sanitária que transformam a rudeza topográfica dos lugares novos, formando-se uma verdadeira geografia artística, o que neles se forma, por fim, são umas sociedades precárias de perpétuos convalescentes jungidos a dietas inflexíveis e vivendo através das fórmulas inaturáveis dos receituários complexos (CUNHA, 2003, p. 83).

A forma de civilizar os indígenas a partir da ideia de se tornar um deles, exige esforços maiores, que vão desde escassez de alimentos, doenças e a decadência de seu próprio físico.

Da terra e do homem. A tarefa é dúplice. Aos **conquistadores tranquilos** não lhes basta o perquirir as causas metereológicas ou telúricas das moléstias imanentes aos trechos recém-conquistados, na escala indefinida que vai das anemias estivais às febres polimorfas. Resta-lhes o encargo maior de justapor os novos organismos aos novos meios, corrigindo-lhes os temperamentos, destruindo-lhes velhos hábitos incompatíveis, ou criando-lhes outros até se construir, por um processo a um tempo compensador e estimulante, o indivíduo inteiramente aclimado, tão outro por vezes nos seus caracteres físicos e psíquicos que é, verdadeiramente, um indígena transfigurado pela higiene. Para isto, o colono, ou o emigrante, torna-se em toda a parte um pupilo do estado. Todos os seus atos, desde o dia da partida, prefixo nas estações mais convenientes, aos últimos pormenores de alimentação ou de vestir, predetermina-se em regulamentos rigorosos. dentro dos lineamentos largos das características fundamentais do clima quente para onde se desloca, urde-se a trama de uma higiene individual, onde se preveem todas as necessidades todos os acidentes e até os perigos da instabilidade orgânica inevitável à fase fisiológica da adaptação a um meio cósmico, cujo influxo deprimente sobre o europeu vai da musculatura, que se desfibra, à própria fortaleza de espírito, que se deprime (CUNHA, 2003, p. 81-82 - negrito meu).

As representações por meio de ideias e valores, geralmente a partir do europeu como modelo, foi muito comum sobre os povos ditos selvagens.

Ao se referir a grupos de indígenas da Amazônia, Buffon, é atraído sobretudo por sinais que identificam esses grupos como portadores de costumes selvagens. E de um ponto de vista evolutivo são classificados entre os povos mais primitivos. O parâmetro da civilização é o do homem branco europeu. E a cor da pele, quanto mais escura, mais se distancia desse padrão civilizado (PINTO, 2006, p. 18).

A Amazônia se tornou um território muito fértil para que essas ideias fossem propagadas pelos viajantes que por aqui passaram. Muito mais forte no período estudado por Euclides da Cunha em livros e relatos. Porém:

Hoje quando se fala em Amazônia, estamos diante da produção de um novo senso comum sustentado pelas noções de meio ambiente, biodiversidade, sociodiversidade, desenvolvimento sustentável, populações ribeirinhas, povos da floresta, que são expressões correntes e presentes em praticamente todos os escritos que têm sido produzidos sobre a região e que frequentemente carregam consigo conteúdos de imobilismo social e conservadorismo romântico, quando se trata sobretudo de lidar com a situação e o destino das populações locais. (PINTO, 2006, p.16).

Durante sua passagem pelo rio Purus, Euclides pôde notar melhor as tribos ou populações indígenas que habitavam a região:

“Não há nomeá-las todas. Quem sobe o Purus, contemplando de longe em longe, até às cercanias da Cachoeira, os **pamaris rarescentes**, mal recordando os antigos donos daquelas várzeas; e dali para montante os **ipurinãs inofensivos**, ou a partir do Iaco, os **tucurinas que já nascem velhos**, tanto se lhes reflete na compleição tolhiça a decrepitude da raça – tem a maior das surpresas ao deparar, nas cabeceiras do rio, com os silvícolas singulares que as animam. (CUNHA, 2003, p. 98-99 - negrito meu).

As metáforas “pamaris rarescentes”, “ipurinãs inofensivos” e “os tucurinas que já nascem velhos” evidenciam características de populações não preparadas para combater possíveis inimigos, devido principalmente por apresentarem idade avançada. No entanto, Euclides também apresenta outros povos com características diferentes:

“Discordes nos hábitos e na procedência, lá se comprimem em ajuntamento forçado; os **amauacas mansos** que se agregam aos *puestos* dos extratores do caucho; os **coronauas indomáveis**, senhores das cabeceiras do Curanja; os **piros acobreados**, de rebrilhantes dentes tintos de rena escura que lhes dão rostos, quando sorriem, indefiníveis traços de ameaças sombrias; os **barbudos cashillos afeitos ao extermínio** em correrias de duzentos anos sobre os destroços das missões do Pachietá; os **conibos de crânios deformados e bustos espantadamente listrados de vermelho e azul**; os *setebos, sipibos e yurimauas*; os **mashcos corpulentos**, do Mano, evocando no desconforme da estrutura os gigantes fabulados pelos primeiros cartógrafos da Amazônia; e, sobre todos, suplantando-os na fama e no valor, os **campas aguerridos do Urubamba...**” (CUNHA, 2003, p. 99 - negrito meu).

Diferentemente das tribos citadas anteriormente, as metáforas em negrito na citação acima, apresentam populações indígenas mais robustas e que poderiam resistir por meio de combates, no entanto no decorrer das descrições percebemos que esses povos não resistiram também às ações dos inimigos, pois não se tinha o pensamento de que seria possível o desenvolvimento da região a partir dos padrões culturais dos povos nativos:

Em suas projeções para o surgimento de uma nova sociedade para fazer prosperar o vale amazônico rigorosamente não haveria lugar para a permanência da maior parte das comunidades nativas conservando seus padrões de organização cultural. Essas deveriam gradativamente se incorporar aos novos sistemas da organização produtiva voltada para o mercado e para a satisfação das necessidades locais e regionais em termos de consumo e de produção de matérias-primas para a agroindústria em expansão (PINTO, 2006, p. 26).

Para Euclides, “é incalculável o número de minúsculas batalhas travadas naqueles sertões onde reduzidos grupos bem armados suplantam tribos inteiras, sacrificadas a um tempo pelas suas armas grosseiras e pela afoiteza no arremeterem com as descargas rolantes das carabinas” (CUNHA, 2003, p.103).

Euclides utiliza alguns termos para se referir aos indígenas da região, tais como: selvagem, aborígene e bárbaro. Os momentos mais marcantes das descrições de Euclides acerca dos indígenas dos encontros com os caucheiros, geralmente os caucheiros são considerados como inimigos dos indígenas já que eles eram sempre vítimas dos extratores do caucho como se apresentam nos exemplos abaixo:

(1) (...) e o domínio das **raças incompetentes** é o começo da redenção dos territórios, num giro magnífico que o Tonquim à Índia, ao Egito, à Tunísia, ao Sudão, à ilha de Cuba e às Filipinas, vai generalizando em todos os meridianos a empresa maravilhosa do saneamento (CUNHA, 2003, p. 81- negrito meu).

(2) “A civilização, barbaramente armada de rifles fulminantes, assedia completamente ali **a barbaria encontrada**” (CUNHA, 2003, p. 99 - negrito meu).

(3) “E os caucheiros aparecem como os mais avantajados batedores da sinistra catequese a ferro e fogo, que vai exterminando naqueles sertões remotíssimos **os mais interessantes aborígenes sul-americanos**” (CUNHA, 2003, p. 100 - negrito meu).

(4) “**Vão em busca do selvagem** que devem combater e exterminar ou escravizar, para que do mesmo lance tenham toda a segurança no novo posto de trabalhos e braços que lhos impulsionem” (CUNHA, 2003, p. 101 - negrito meu).

(5) “O homem perdido na solidão absoluta **vai procurar o bárbaro**, levando a escolta única das dezoito balas de seu rifle carregado.” (CUNHA, 2003, p. 102 - negrito meu).

(6) “**O selvagem** examinou-a, longo tempo, absorto ante a pequenez do projétil.” (CUNHA, 2003, p. 104 - negrito meu).

(7) “Assim, entre os estranhos civilizados que ali chegam de arrancada para ferir e matar o homem e a árvore, estacionando apenas o tempo necessário a que ambos se extingam, seguindo a outros rumos onde renovam as mesmas tropelias, passando como uma vaga devastadora e deixando ainda mais selvagem a própria selvageria – aqueles **bárbaros singulares** patenteiam o único aspecto tranquilo das culturas” (CUNHA, 2003, p. 105 - negrito meu).

(8) “os demandados aventureiros que aquela hora prosseguiram na faina devastadora: abrindo a tiros de carabina e a golpes de machetes novas veredas a seus itinerários revoltos, e desvendando outras paragens ignoradas, onde deixariam, como ali haviam deixado, no desabamento dos casebres ou na figura lastimável do **aborígene sacrificado**, os únicos frutos de suas lides tumultuárias, de construtores de ruínas (CUNHA, 2003, p. 115 - negrito meu).

As metáforas em negrito presentes nos exemplos de 1 a 8 confirmam os termos que Euclides usava para descrever as populações indígenas que habitavam a região. Percebe-se também que no espaço amazônico, os indígenas estavam sempre expostos a constantes ataques, principalmente dos caucheiros. Foi referenciado no tópico “Os caucheiros” que esses personagens eram caçadores de árvores e não ficavam em locais fixos, portanto, para alcançar seus objetivos, entravam para o centro da floresta. Geralmente, encontravam com os nativos indígenas e exterminavam ou os escravizavam.

A exploração do caucho como a praticam os peruanos, derribando as árvores, e passando sempre à cata de novas “conchas” de castilhoas ainda não conhecidas, em nomadismo profissional interminável, que **os leva à prática de todos os atentados nos recontros inevitáveis com os aborígenes** – acarreta a desorganização sistemática da sociedade (CUNHA, 2003, p. 140 - negrito meu).

Assim, Euclides apresenta as metáforas seguidas de argumentos que envolvem a relação cultural entre os povos, que pertencem a um sistema de compreensão conceptual. Com isso, ele transmite esses conceitos para serem entendidos exatamente da forma como foram descritos, como verdade. Porém, Lakoff e Johnson (2002, p. 291) dizem que: “o sentido depende da compreensão. Uma frase não pode significar nada para você a menos que você a compreenda. E mais, o sentido é sempre o sentido *para alguém*”. E, quando se trata de verdade, “argumentamos que a verdade é sempre relativa a um sistema conceptual, que qualquer sistema conceptual humano é, em grande parte metafórico por natureza, e portanto,

que não há verdade inteiramente objetiva, incondicional e absoluta” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 293).

Os conceitos “bárbaro”, “selvagem”, “aborígene” e “raças incompetentes” aparecem nos exemplos com sentidos fixos para que possam ser compreendidos a partir de uma realidade apresentada. As metáforas foram necessárias para se entender o contexto da relação cultural existente naquele momento. Como refiro-me a conceitos, é importante perceber que estamos diante de duas opções de entendimento: objetivismo e subjetivismo. Sobre o objetivismo, pode-se dizer que: “A metáfora e outros tipos de linguagem poética, imaginativa, retórica ou figurada podem sempre ser evitados ao se falar objetivamente, e deveriam ser evitados, pois seus significados não são claros nem precisos e não correspondem de um modo claro à realidade.” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 296). Já na subjetividade:

A linguagem e imaginação, especialmente a metáfora, é necessária para expressar os aspectos de nossa experiência que são únicos e mais significativos para nós. No que diz respeito à compreensão pessoal, os significados ordinários das palavras, baseados no senso comum, não são suficientes (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 297).

Diante desse quadro, as metáforas euclidianas sobre os indígenas, não se separam objetivismo e subjetivismo para serem compreendidas, mas percebemos que tanto um quanto outro se completam pela linguagem. Isso porque:

A razão de focalizarmos tanto nossa atenção sobre a metáfora é que ela une razão e imaginação. A razão, no mínimo, envolve a categorização, a implicação, a inferência. A imaginação, em um outro tipo de coisa o que denominamos pensamento metafórico. A metáfora é, pois, *uma racionalidade imaginativa*” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 302).

Portanto, Euclides não se privou da abundância de metáforas para tratar sobre o homem. Ao se referir a um indígena que encontraram durante a passagem pelos barracões abandonados pelos caucheiros, ele metaforiza a cena da seguinte forma: **“Esta coisa indefinível que por analogia cruel sugerida pelas circunstâncias se nos figurou menos um homem que uma bola de caucho** ali jogada a esmo, esquecida pelos extratores” (CUNHA, 2003, p. 115 - negrito meu). É uma metáfora de comparação, pois ele compara o indígena à própria imagem do produto do qual era escravizado para coletar. A metáfora de comparação nos leva para a cena a partir de nosso senso visual, em que conseguimos visualizar perfeitamente a cena, conceptualizar e compreender os sentidos propostos por Euclides: a de um homem escravizado pelo próprio homem, desprovido de liberdade, cultura e identidade humana.

3.1.3.2 Caboclos

Neste tópico, trato do nativo, como o homem que já estava na região antes da grande migração nordestina. Para Euclides, a população nativa da Amazônia vivia uma vida sem aventuras e sem enfrentamento com a natureza. Para ele, essa condição estava na ideia de que:

Tudo vacilante, efêmero, antinômico, na paragem estranha onde as próprias cidades são errantes, como os homens, perpetuamente a mudarem de sítio, deslocando-se à medida que **o chão lhes foge roído das correntezas, ou tombando nas terras caídas das barreiras** (CUNHA, 2003, p. 46 – negrito meu).

Para Guedelha (2013, p. 216), “Euclides desenha um território onde tudo é efêmero, instável”. Também enfatiza o nomadismo do homem. Na metáfora em negrito, ele demarca um território. “Poucos instintos humanos são mais básicos do que a territorialidade, e essa definição de território, demarcando suas fronteiras, é um ato de quantificação” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 82). Esse meio-ambiente natural demarcado podemos analisar a partir dos conceitos de “dentro-fora”. Para Lakoff e Johnson (2002, p.81), “nós projetamos a nossa própria orientação dentro-fora sobre outros objetos físicos delimitados por superfícies”. Conseguimos conceptualizar o chão em Euclides a partir de uma demarcação natural. Percebemos o movimento das terras sendo consumidos pelas correntezas.

Notamos também, em todo o trecho, a atitude dos indivíduos que agem de acordo com o que a natureza oferece. Porém, os homens que estão em seu interior não têm consciência do espaço que habitam para arrumar a desordem. Euclides descreve que “a natureza é portentosa, mas incompleta. **É uma construção estupenda a que falta toda a decoração interior.** Compreende-se bem isto: a Amazônia é talvez a terra mais nova do mundo” (CUNHA, 2003, p. 35 – negrito meu). Dentro dessa “natureza portentosa”, “construção estupenda”, está o nativo. A metáfora (paradoxo) aponta para dois sentidos. De um lado ela é “portentosa”, de outro ainda não está completa, pois falta “a decoração interior”. Inferimos, por meio dessa “ausência” que Euclides não crê que o nativo, habitante da região, seja parte para completá-la pelo povoamento. Como vimos, a natureza age sobre o homem de duas maneiras: estável ou revolta. Portanto, para Euclides o nativo não tem capacidade de enfrentá-la e conquistá-la.

De acordo com Pinto (2011, p. 09):

É assim que em sua representação da Amazônia insiste na ideia de que essa é uma parte da terra ainda em formação, portanto, ainda em desordem e assim não preparada para receber a civilização. Para isso é necessário domesticá-la. Diminuir gradativamente seu enorme descompasso com o desenvolvimento técnico que passou a se constituir no padrão principal das nações modernas. A Amazônia assim apresentava-se em estágio primitivo de evolução, vivendo próxima ao estado de natureza, portanto à margem da história.

Outros viajantes passaram pela região e observaram a vida dos nativos. Euclides se fundamentou nesses viajantes para conhecer a Amazônia. O “frei João de São José (...), depois de resenhar os homens e as coisas, ‘assentando que a raiz dos vícios da terra é a preguiça’, resumiu os traços característicos dos habitantes, deste modo desalentador: *lascívia, bebedice e furto*” (CUNHA, 2003, p. 48).

Para comparar a situação, Euclides buscou outra fonte que estava separada por cem anos das observações do frei João de São José. Trata-se de Russel Wallace:

Abrem-se as **páginas austeras** de Russel Wallace, e vê-se que alguma vez elas parecem traduzir, ao pé da letra, os dizeres do arguto beneditino, porque a sociedade indisciplinada passa adiante das vistas surpreendidas do sábio – drinking, gambling and lying – bebendo, dançando, zombando – na mesma dolorosíssima inconsciência da vida (CUNHA, 2003, p. 48).

A metonímia “páginas austeras”:

tem, pelo menos em parte, o mesmo uso da metáfora, mas ela permite-nos focalizar mais especificamente certos aspectos da entidade a que estamos nos referindo. Assemelha-se também à metáfora no sentido de que não é somente um recurso poético ou retórico, nem é somente uma questão de linguagem. Conceitos metonímicos (como PARTE PELO TODO) fazem parte da maneira como agimos, pensamos e falamos no dia-a-dia” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 93).

No emprego destacado, ela possui função referencial, pois podemos representar a obra de Russel Wallace sobre os nativos da região. Essas páginas apresentam a vida dos nativos da mesma forma como viviam no espaço de um século:

Assim, essa indiferença pecaminosa dos atributos superiores, esse sistemático renunciar de escrúpulos e **esse coração leve para o erro** são seculares, e surgem de **um doloroso tirocínio histórico**, que vem da ‘Casa do Paricá’ à ‘barraca dos seringueiros’ (CUNHA, 2003, p. 48 - negrito meu).

Observamos questões culturais nessa passagem. Tanto de Euclides quanto dos nativos. Referimo-nos, nesse caso, a “trabalho” e “tempo”. Lakoff e Johnson (2002, p. 138) consideram que “TRABALHO É UM RECURSO e TEMPO É UM RECURSO”. Essas duas metáforas encontram seu fundamento cultural em nossas experiências com recursos materiais. Os recursos materiais são normalmente matérias-primas ou fontes de combustível. Diante disso, Euclides já adaptado a uma forma de “matéria-prima”, em quanto mais se trabalha mais se produz, crítica a forma de vida dos nativos e enfatiza que essa forma de vida aprendida há tempos atinge os barracões dos seringueiros, que necessitam de grande produção.

Euclides segue a conclusão de um médico italiano chamado Luigi Buscalione, que também andou pela Amazônia. Ele acreditava que as questões climáticas influenciavam no comportamento desses indivíduos. Para ele, as duas primeiras fases da influência climática aconteciam da seguinte forma: “a princípio sob a forma de uma superexcitação das funções

psíquicas e sensuais, acompanhada, depois, de um lento enfraquecer-se de todas as faculdades, a começar pelas mais nobres...” (CUNHA, 2003, p. 49). As faculdades físicas e morais acabam travadas. O nativo se rende à natureza. Ele prefere viver uma vida vegetativa e folgada a tentar outra cheia de aventuras e dominação da natureza. No julgamento de Euclides, a natureza se apresenta “estável” para o nativo, pois este não tem a pretensão de subjugar-la, ele absorve somente os bens que a natureza produz:

Diante do homem errante, a natureza é estável; e aos olhos do homem sedentário que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o” (CUNHA, 2003, p. 49).

Nessa visão desoladora de Euclides, o clima da região é favorável ao tipo de vida que o nativo prefere. Para ele, “A adaptação exercita-se pelo nomadismo. Daí, em grande parte, a **paralisia** completa das gentes que ali vagam há três séculos, numa **agitação tumultuária e estéril**” (CUNHA, 2011, p. 27 – negrito meu). Os termos em negrito evidenciam a posição de Euclides sobre os nativos. Subtende-se que eles vivem sem local fixo, mas nessas andanças não constroem, nem produzem nada. É uma vida errante e descompromissada, principalmente com o progresso da região.

Guedelha (2013, p. 208) assim sintetiza a questão: “é uma questão de perspectiva: imobilidade da paisagem para o errante; dinâmica da natureza para o imóvel”. Ainda sobre quem deveria amansar o deserto, Pinto (2011, p. 09) sugere que “o desenvolvimento regional poderia ser promovido com a participação principal do ‘caboclo’, pois este já realizara seu processo de adaptação climática de forma satisfatória”. Porém, Euclides não acreditava nessa possibilidade. Diferentemente do estrangeiro, o nativo já passara pela seleção climática imposta ao homem, portanto poderia domar a natureza, porém não o fez. Segue o processo de aclimação descrito por Euclides:

a afinidade eletiva entre o a terra e o homem. Salvam-se os que melhor balanceiam os fatores do clima e os atributos pessoais. O aclimado surge de um binário de forças físicas e morais que vão, de um lado, dos elementos mais sensíveis, térmicos ou hidrométricos, ou barométricos, às mais subjetivas impressões oriundas dos aspectos da paisagem; e de outro, da resistência vital da célula ou do tônus muscular, às energias mais complexas e refinadas do caráter (CUNHA, 2011, p. 53).

O processo descrito acima mostra a adaptação do homem ao meio. Porém, isso não quer dizer que todo indivíduo que passa por esse processo tenha sucesso. Para Euclides (2011, p. 53) “toda a aclimação é desse modo um plebiscito permanente...” ou seja, só os mais fortes sobrevivem. O clima é posto como adversário do homem ao selecionar e eleger para a vida. Ao mesmo tempo, Euclides reflete que devido os aspectos fisiológicos e morais construídos durante a vivência de cada indivíduo, “ao cabo verifica-se algumas vezes que não é o clima

que é mau; é o homem” (CUNHA, 2011, p. 53). O clima apenas traz à superfície todos os efeitos das mazelas do próprio homem em sua “decadência orgânica”.

Após um naufrágio que sofreu na região, Euclides sente na pele o drama do homem que vive na região e desabafa seus sentimentos no momento para resolver o problema e seguir a viagem.

Porque os homens que ali mourejam – o caucheiro peruano com as sua tanganas rijas, nas montarias velozes, o nosso seringueiro, com os varejões que lhes impulsionam as ubás, ou o regatão de todas as pátrias que por ali mercadeja nas ronceiras alvarengas arrastadas à sirga – nunca intervêm para melhorar a sua única e magnífica estrada; passam e repassam nas paragens perigosas; esbarram mil vezes a canoa num tronco caído há dez anos junto à beira de um canal (CUNHA, 2003, p. 71).

Por suas observações, notamos a inquietude de Euclides. Ele não entende como os homens que habitam o lugar não trabalham para melhorar as condições de tráfego na “única e magnífica estrada”. É mais uma vez a razão de engenheiro que fala nesse instante. Porém, ao adentrar mais ao Purus, Euclides percebe sinais de transformação. Onde vê as primeiras áreas de povoamento na terra até então “sem história” e observa:

De um lado está a fase inicial e tormentosa da adaptação, evocando tristezas, martírios, até gritos de desalento ou de socorro; e o viajante lê nas grandes tabuletas suspensas às paredes das casas, de chapa para o rio: *Valha-nos Deus, Saudade, São João da Miséria, Escondido, Inferno...* De outro um forte renascimento de esperanças e a jovialidade desbordante das gentes redimidas: *Bom Princípio! Novo Encanto, Triunfo, Quero ver! Liberdade, Concórdia, Paraíso...* (CUNHA, 2011, p. 56).

A nova paisagem dá brilho aos olhos de Euclides. Já não possui o mesmo pessimismo em relação ao desenvolvimento da região. Quando vê as estâncias e plantações, ele diz o seguinte sobre as ações dos povoadores, “o esforço carinhoso do povoador que aformoseia a terra para não mais a abandonar” (CUNHA, 2011, p. 56). Vejamos que Euclides mostra que o caráter nômade do homem é transformado para outro modo de vida. O de pertencer a um lugar fixo. Ele exalta esses indivíduos dizendo “os homens são admiráveis” (CUNHA, 2011, p. 56).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na apresentação deste trabalho foram colocadas propostas que nortearam a pesquisa. Enfatizei que somente os textos amazônicos de Euclides da Cunha seriam vislumbrados para analisar as metáforas, especificamente as que se referiam ao homem. Classifiquei esses tipos humanos da seguinte forma: o seringueiro, o caucheiro peruano e o nativo (indígena e caboclo).

Está claro que os textos mostram um escritor atento e preocupado com questões regionais importantes para a época, fins do século XIX e início do século XX. Por isso, percebi que ele não viajou para a região sem informações, mas buscou conhecimentos em textos de aventureiros e pesquisadores que passaram pela região antes dele.

O fato de Euclides chefiar, pelo lado brasileiro, a expedição mista brasileiro-peruana responsável por demarcar as fronteiras brasileiras com o Peru não o deixou acomodado. O seu caráter ligado à literatura e à ciência também tomava seu espírito. As sensações antes, durante e depois da viagem, ele procurava compartilhar com amigos e familiares por meio de cartas. Nelas estavam presentes a intenção de escrever um livro sobre a Amazônia, ao qual chamaria de *Um paraíso perdido*. Porém, como dito no corpo do trabalho, não conseguiu realizar tal tarefa em virtude de sua morte, no Rio de Janeiro em 1909.

Os textos escritos por Euclides a respeito da região amazônica são ricos em presença de metáforas acerca de todos os aspectos que envolvem a região: fauna, flora, clima, geografia e o homem. No presente trabalho, propus verificar as metáforas utilizadas por Euclides para representar o homem amazônico. A base teórica foi sustentada pelos estudos de Lakoff e Jhonson (2002) sobre a Metáfora Conceptual, porém, estão presentes no trabalho, conceitos da metáfora clássica, de Aristóteles e também da Metáfora Interacionista, de Max Black e I. Richards para localizar o leitor sobre o andamento e evolução do pensamento a respeito da metáfora no percurso histórico.

Em resumo, pudemos verificar que a metáfora clássica, em Aristóteles, era vista apenas para ornamentar ou embelezar o textos por meio de substituição de um termo pelo outro, a interacionista avança um pouco mais, e acredita que o sentido é gerado a partir a interação entre dois termos gerando assim o sentido desejado. Por fim, a Metáfora Conceptual, de Lakoff e Johnson (2002), vai muito além, pois eles acreditam que a metáfora não se trata apenas de linguagem, mas também de pensamento, por isso ela está presente no cotidiano das pessoas, ou seja, sempre que pensamos e expressamos pensamentos, estamos

também produzindo metáforas. De acordo com esse pensamento, quando falamos em literatura, é possível que as metáforas estejam presentes em textos ficcionais e não-ficcionais. Ao estudar os textos de Euclides, essa característica é fortemente presente. Tanto nos textos que fariam parte de seu livro *Um paraíso perdido*, quanto nas cartas para amigos e familiares. Assim, “as metáforas amazônicas de Euclides externam, de fato, a visão dele sobre a terra e a gente *da e na* Amazônia, muito além de serem ‘apenas’ recursos retóricos” (GUEDELHA, 2013, p. 294).

Uma das impressões mais marcantes no percurso textual de Euclides sobre a presença do homem na região amazônica foi o seu reencontro com os nordestinos sertanejos, pois a partir desse reencontro, pude visualizar melhor sua posição em relação a outros personagens estudados, como os caucheiros peruanos e os nativos. Digo reencontro com a ideia de que Euclides já havia tido contato com os nordestinos sertanejos em Canudos, quando foi correspondente de guerra do jornal *O Estado de São Paulo*. Fato que o inspirou a escrever o livro *Os sertões*.

As metáforas que Euclides criou para representar os nordestinos sertanejos, transformados em seringueiros na Amazônia, evidenciam a situação de penúria vivida por eles. Pelos escritos, concluímos que o sistema em que viviam era realmente de escravidão, pois desde o momento em que partiam para os seringais, já acumulavam dívidas que nunca conseguiam pagar. Além disso, não recebiam nenhum tipo de assistência por parte do governo que pudesse preservar o direito a uma vida digna. Apesar dessa situação desoladora, Euclides vê o sertanejo, de certa forma idealizada. Ele acredita que o sertanejo é o tipo humano capaz de dominar a região e povoá-la, “amansando o deserto”.

No capítulo “Quem amansará o deserto?” pude verificar os contrapontos entre os seringueiros brasileiros (sertanejos), caucheiros (peruanos) e os nativos (indígenas e caboclos). No contexto amazônico, de maneira geral, cada um desses personagens deu sua parcela de contribuição para o povoamento da região. No entanto, pelas metáforas que Euclides criou para se referir a eles, mostram aspectos que opostos.

Os sertanejos são representados com características de heroísmo, lutador e com atos de nobreza. Os caucheiros aparecem como destruidores, conquistadores pela força da armas e assassinos. Os nativos são descritos como preguiçosos e desregrados, baseado em estudos anteriores, chegou a essa conclusão culpando o clima da região que age sobre o homem, trazendo “o rebaixamento moral” e também “o enfraquecimento de todas as faculdades” tanto

no homem que chega, quanto no que habita a região. Importante ressaltar que os tipos humanos em questão faziam parte do mesmo espaço.

Diante do exposto, naturalmente, Euclides se colocou também como personagem dentro do espaço amazônico. E não somente narrou os fatos e ações vivenciados pelos seringueiros, caucheiros e nativos, mas se fez presente dentro do ambiente e também fez uso de sua posição de sujeito para representar seus personagens de acordo como percebia e vivia as situações. Para isso, ele não se privou em usar metáforas em suas descrições de personagens novos, posso colocar também o nordestino sertanejo, pois na Amazônia se tornou seringueiro, e de uma região desconhecida em seu interior.

“Quando temos a necessidade premente de dizer o novo, o diferente, ou de transitar por territórios distintos, a metáfora pode nos socorrer” (GUEDELHA, 2013, p. 301). Diante disso, percebi que Euclides soube transmitir, pelas metáforas, as representações dos tipos humanos da região. Alocando assim, em cada um deles, as características de uma sociedade que busca a conquista, o progresso ou apenas sobreviver. Se Euclides estava equivocado ou não a respeito de suas posições sobre cada homem amazônico, não cabe analisar neste momento. O importante é que as metáforas nos textos sobre a Amazônia nos fizeram aprender muito sobre Euclides da Cunha, os tipos humanos e a própria metáfora, como parte do nosso cotidiano.

Por fim, o seringueiro, o caucheiro e o nativo são comparados a personagens de Dostoiévsky para comparar a situação do homem na região. Euclides diz:

Há um laivo siberiano naquele trabalho. Dostoiévsky sombrearia as suas páginas mais lúgubres com esta tortura: a do homem constrangido a calcar durante toda vida inteira a mesma ‘estrada’, de que ele é o único transeunte, trilha obscura, estreitíssima e circulante, ao mesmo ponto de partida. Nesta empresa de Sísifo a rolar em vez de um bloco o seu próprio corpo – partindo, chegando e partindo – nas voltas constritoras de um círculo demoníaco, no seu eterno giro de encarcerado numa prisão sem muros, agravada por um ofício rudimentar que ele aprende em uma hora para exercê-lo toda a vida, automaticamente, por simples movimentos reflexos – se não o enrija uma sólida estrutura moral, vão-se-lhe, com a inteligência atrofiada, todas as esperanças, e as ilusões ingênuas, e a tonificante alacridade que o arrebataram àquele lance, à ventura, em busca da fortuna (CUNHA, 2003, p. 89).

O homem amazônico parece castigado à mesma tarefa. Euclides cita também o mito de Sísifo, personagem mítico que fora castigado pelos deuses a praticar a mesma atividade arduamente por toda a eternidade. Assim, o seringueiro, o caucheiro e o nativo, três personagens contrastantes na visão euclidiana fizeram da Amazônia sua terra prometida. Cada um, a seu modo, deu sua contribuição no amansamento do deserto, mas sem um fim, pois, para Euclides, a Amazônia é a última página, ainda a escrever-se, do Gênesis” (CUNHA, 2011, p. 232).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte: Rocco, 1998.
- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro – RJ: Tecnoprint, 1969.
- BACHELARD, Gaston. *A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço*; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha ; traduções de Joaquim José Moura Ramos. São Paulo : Abril Cultural, 1978.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da batalha da borracha*. Manaus: Imprensa Oficial/Governo do Estado do Amazonas, 1992.
- BIERWISCH, M. Sprache und gedachtniss: ergebnisse und probleme. In: BIERWISCH, M, (Hrsg.) *Psychologische effekte sprachlicher strukturkomponrrnten*. Muchen: Fink, 1980. p. 61-130.
- BRAGA, Robério. *Euclides da Cunha no Amazonas*. Manaus: Valer; Fundação Lourenço Braga, 2002.
- COSTA, Craveiro. *A conquista do deserto ocidental*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- COSTA LIMA, Luiz da. *Mímesis: desafio ao pensamento*. 2. ed. rev. Florianópolis: EDUFSC, 2014.
- _____. *Mímesis e modernidade: formas da sombras*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- COUTINHO , Afrânio; COUTINHO, Eduardo de Faria. *A Literatura no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- _____. *Amazônia – Um paraíso perdido*. 2ª. edição. Manaus: Editora Valer, 2011.
- _____. *Amazônia – Um paraíso perdido*. Manaus: Editora Valer, 2011.
- _____. *CANUDOS: Diário de uma expedição*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.
- DUPONT-ROC, R. *La poétique, texte, trad., notes*, Seuil, Paris, 1980.
- FLORY, Suely Fadul Villibor. *O leitor e o labirinto*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* In: *Ditos e escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. pp. 264-298, 1969.

GALOTTI, Oswaldo. *Os notáveis tomam a palavra*. In: GALVÃO, Walnice Nogueira (Org.) *Euclidianos e conselheiristas: um quarteto de notáveis*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclidianos e Conselheiristas – um quarteto de notáveis*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

GALVÃO, Valnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997.

GARBUGLIO, José Carlos. *Os notáveis tomam a palavra*. In: GALVÃO, Walnice Nogueira (Org.) *Euclidianos e conselheiristas: um quarteto de notáveis*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

GUEDELHA, Carlos Antônio Magalhães. *A METAFORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA EM TEXTOS DE EUCLIDES DA CUNHA*. Florianópolis – SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

GUIMARÃES, Iza Vanesa Pedroso de Freitas. *Amazônia Euclidiana*. In: *Revista Espaço Acadêmico*, nº117, ano X, p.32-39, 2011.

HARDMAN, Francisco Foot. *A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HOUAISS, Antônio. *Os notáveis tomam a palavra*. In: GALVÃO, Walnice Nogueira (Org.) *Euclidianos e conselheiristas: um quarteto de notáveis*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

KURY, Adriano da Gama. *Minidicionário Gama Cury da Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD, 2001.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana* [Coordenação de tradução Mara Sophia Zanotto]. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: WDUCE, 2002 (Coleção As Faces da Linguística Aplicada).

LEANDRO, Rafael Voigt. *Judas-Asvero: Euclides da Cunha e os destinos da ficção Amazônica*. Anais do XIII Congresso de Humanidades – Interculturalidade e Patrimônio em Contextos Latino-Americanos. Brasília: 20 a 22 de outubro de 2015. Disponível em <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=judas+asvero&btnG=&lr=>. Acessado em 15/11/2016.

LEÃO, Allison. *Euclides da Cunha da Amazônia: margens da história e reformulação do pensamento*. In: *Arquipélago Contínuo*. Manaus: UEA Edições, 2011.

LIBANORI, Evely Vânia. *A construção do espaço em Ópera dos mortos, de Autran Dourado, e Pedro Páramo, de Juan Rulfo*. Assis/SP: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2006 (Tese de Doutorado em Letras).

LIMA, Lucilene Gomes. *Ficções do Ciclo da Borracha: A selva, Beiradão e O amante das amazonas*. Manaus: EDUA, 2009.

LIMA, Nísia Trindade. A sociologia desconcertante de Os sertões. In. *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos* / organizador José Leonardo do Nascimento. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir*. Revista Estudos Avançados. 16 (45). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002.

MIRANDA NETO, Manoel José de. *O dilema da Amazônia*. 2. ed. Belém: Cejup, 1986.

MOTA, Lourenço Dantas. *Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora Três, 2003 (A Vida dos Grandes Brasileiros, 11).

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. *Desfazendo dicotomias em trono da metáfora*. Revista de estudos da linguagem. Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 179 – 200, 2008.

NASCIMENTO, José Leonardo do. *Euclides da Cunha e a estética do cientificismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NUNES, Benedito. “Prolegômenos a uma crítica da razão estética”. In: *Mímesis e Modernidade: formas das sombras*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

OLIVEIRA, Franklin de. *Os notáveis tomam a palavra*. In: GALVÃO, Walnice Nogueira (Org.) *Euclidianos e conselheiristas: um quarteto de notáveis*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

PINTO, Renan Freitas. *A Amazônia de Euclides da Cunha*. In. *Amazônia – Um paraíso perdido*. / Euclides da Cunha. Organização Tenório Telles. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2011.

_____. *VIAGEM DAS IDEIAS*. Manaus: Editora Valer / Prefeitura de Manaus, 2006.

PIRES, Joelma Lúcia Vieira. *Condi(A)ção Humana e Liberdade. Trans/Form/Ação*, Marília, v. 38, n. 3, p. 25-42, dez. 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>>. acesso em 04 nov. 2016.

RABELLO, Sylvio. *Euclides da Cunha*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2000.

RIZZARDO, Redovino, *O judeu-errante*. Disp. em: <http://www.cnbb.org.br/articulas/dom-redovino-rizzardo/10875-o-judeu-errante>. Acessado em 13/08/2015.

SARDINHA, Tony Berber. *Metáfora*. São Paulo: Parábola, 2007.

SAMOYAUULT, Tiphaine. *A intertextualidade*. Trad. Sandra Nitrini. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

SCHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph von. *Obras escolhidas*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SCHWARZ, Monika. *Teoria cognitiva da semântica e realidade neuropsicológica: aspectos inerentes à representação e à elaboração semântica*. Tradução de Giacarlo Stefani. Manaus: EDUA/Uninorte, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Euclides da Cunha e o Círculo dos Sábios*. In. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 130-160.

SOUZA, Márcio. *Breve história da Amazônia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VALADIER, Paul. *Elogio da consciência*. Tradução Magda França Lopes. São Leopoldo – RS: Editora Unisinos, 2000.